



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

LETRAS – ARTES E MEDIAÇÃO CULTURAL

**O CHIRRÍN CHIRRIÓN NO PLANALTO
O DESNUDAR DA LINGUAGEM E SUAS COMPLEXIDADES**

THIAGO AUGUSTO CARLOS PEREIRA

Foz do Iguaçu
2017

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

LETRAS – ARTES E MEDIAÇÃO CULTURAL

**O CHIRRÍN CHIRRIÓN NO PLANALTO
O DESNUDAR DA LINGUAGEM E SUAS COMPLEXIDADES**

THIAGO AUGUSTO CARLOS PEREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Letras – Artes e Mediação Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Jocenilson Ribeiro

Foz do Iguaçu
2017

THIAGO AUGUSTO CARLOS PEREIRA

O CHIRRÍN CHIRRIÓN NO PLANALTO
O DESNUDAR DA LINGUAGEM E SUAS COMPLEXIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Letras – Artes e Mediação Cultural.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)
UNILA

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho a minha família

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha formidável família e a meus queridos amigos.

Agradeço ao meu professor orientador por sua amável paciência e zelosa preocupação, e por sua amizade.

Agradeço aos professores da banca pelo engajamento de sempre, e por tão nobremente exercitarem os valores solidários que diariamente nos ensinam em aula.

Agradeço ao Alexandre por, no momento em que eu mais precisava, me prover a máquina computadora com a qual pude preparar o presente trabalho.

Agradeço à Laís por seu exaustivo trabalho editorial, sem o qual eu não obteria êxito.

Agradeço, adeus.

***“Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!***

***Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras,
irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,
perderam o sentido, apenas querem explodir”***

Carlos Drummond de Andrade

PEREIRA, Thiago Augusto Carlos. **O Chirrin Chirrión no planalto**: o desnudar da linguagem. 2017. 100 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Artes e Mediação Cultural) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMO

O Brasil pós 2014, em seu campo político, pode ser considerado a partir da dicotômica construção, metonímica, “Golpe” x “Impeachment”, por resumir em tais signos lingüísticos dois distintos projetos de realidade. Em função disso, apresentaremos uma abordagem acerca das propriedades da *Linguagem* humana, seus aspectos constitutivos e atributos outros que nos permitam compreender em tal contexto as relações de dependência e ocorrência entre isso que se entende por realidade social e as potencialidades organizadoras da Linguagem. Auxiliados pela metáfora de Roberto Gomes Bolaños em “Chapulín Colorado”, e amparados por textos da tradição *lingüística* e *filosófica da linguagem*, nos interessa, portanto, compreender de que modo a Linguagem nos permite criar, ocultar e revelar realidades, sobretudo no caso brasileiro, contemporâneo, do “Golpe” x “Impeachment” aqui estabelecido.

Palavras-chave: Filosofia da Linguagem; Lingüística; Golpe; Impeachment; Real.

PEREIRA, Thiago Augusto Carlos. “A case of *Chirrin Chirrión* in Brazilian Planalto” Human Language Made Bare in Intrinsic Complexities na língua estrangeira. 2017. 100 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Artes e Mediação Cultural) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

ABSTRACT

Since the end of 2014, Brazilian political scenery can be best comprehended by means of the dicotomy “Coup” x “Impeachment”, in metonymic fashion, for its capacity to resume, in linguistic signs such as these, two distinct projects of reality. Due to that fact, we propose an approach of those properties of the human Language, its constitutive attributes and distinct aspects of its character that will allow us comprehend, in such context, relations of dependency and occurrence in between that which we call social reality, and the organizing potentialities of *Language*. Aided by the metaphor of Roberto Gomes Bolaños, in “Chapulín Colorado”, and sheltered by texts of both *philosophy of language* and *linguistic* tradition, it behooves us the understanding of the way in which *Language*, through its means, allows us to create, to hinder and to reveal realities, particularly in the contemporary Brazilian case the “Coup” x “Impeachment” established herein.

Key words: Philosophy of Language. Linguistics. Coup. Impeachment. Reality.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Discurso ante Senado.....	85
Fotografia 2 – A História não absolverá golpistas.....	87
Fotografia 3 – Câmara dos Deputados (Impeachment Já!).....	93
Fotografia 4 – Câmara dos Deputados (Tchau Querida!).....	94

BANCA EXAMINADORA.....	3
AGRADECIMENTOs.....	5
LISTA DE FOTOGRAFIAS.....	9

INTRODUÇÃO.....	12
------------------------	-----------

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
------------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	100
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Diante das recentes configurações políticas do cenário brasileiro, no processo que conduziu ao impeachment a presidenta eleita *Dilma Rousseff*, em 2016, e suas subseqüentes implicações, destacou-se, de modo peculiar, a disputa enunciativa em torno das interpretações do processo em questão, sintetizadas, de modo paradoxal, na construção “Golpe” x “Impeachment”, onde, diante do mesmo fato histórico, a não continuidade de Dilma Rousseff na presidência da República, em 2016, logra-se produzir distintos projetos de realidade. Daí que, por considerarmos que o problema em questão não se constitui em sua totalidade à partir de sua configuração sócio-histórica, mas que, para além disso, denuncia em sua própria estruturação vestígios inegáveis de processos de ordem superior, constitutivos da potencialidade disso que conhecemos por *Linguagem* humana, nos propusemos, assim, pensar tal dicotomia, não a partir de suas peculiaridades constitutivas, mas, pelo contrário, a partir de um exame dos processos da *Linguagem* que acreditamos serem responsáveis ou contribuintes para o modo como, na estruturação dicotômica “Golpe” x “Impeachment”, logram relacionar-se com o mundo.

Por conseguinte, intentaremos explicitar o modo como as palavras se estruturam diante do mundo, e como elas podem, por sua lógica e mecanismos inerentes, possibilitar no mundo a construção de realidades sociais, subjetivas, como as que se fazem possíveis na construção “Golpe” x “Impeachment”, e na metáfora escolhida, de Roberto Gomes Bolaños, que aludimos em nosso título. E estabeleceremos, deste modo, conexões entre as tradições que, aqui, nos servem por base, relacionado, desse modo, contribuições de *Ferdinand Saussure*, à respeito do signo lingüístico e suas propriedades, de *Victor Wittgenstein*, e suas considerações sobre o funcionalismo do signo em relação ao mundo dos fatos, de *George Lackoff & Mark Johnsen*, acerca das estruturas possíveis das construções metafóricas, de *Émile Benveniste*, e as propriedades de seu conceito de “enunciação”, de *John Searle*, e suas postulações acerca do papel da *Linguagem* humana na confecção de “realidades sociais”, e igualmente importantes considerações, secundárias, sobre a relação possível entre *Linguagem* e verdade tais como relacionadas nas fases vestibulares da obra de *Jacques Lacan*, o conceito de *Discurso*, na tradição da “Análise do Discurso”, considerações de *Atahualpa Fernandez*, sobre a relação entre direito, “subjetividade” e *Linguagem*, e considerações outras sobre a potencialidade *Linguagem* tais quais elencadas nos escritos de *Mihail Bakhtin*, *Louis Hjelmslev*, *Jean Paul Bronckart* e *Benjamim Whorf*. E um estudo específico, último, sobre a constituição do cenário político nacional que contextualiza a construção “Golpe” x “Impeachment”, aqui

analisada, nos escritos do colunista do jornal Estado de São Paulo, Leon Victor de Queiroz, do dia 15 de Outubro de 2015.

Desse modo, por constituição estrutural, nos organizaremos por 5 distintos capítulos, acumulativos, em cujos quais se farão encontrar, respectivamente, **a)** uma discussão acerca do caráter matricial da *Linguagem*, diante de suas *materializações Língua, fala, escrita, etc.*, a ela atribuídas, e seu respectivo potencial *interno e externo*, exemplificadas em uma narrativa bíblica em recorte; **b)** um estudo sobre o signo lingüístico no “Curso de Lingüística Geral”, de Saussure, e do conceito de “figuração” no “Tractatus Logico-Philosophicus” de Wittgenstein; **c)** uma reflexão sobre a subjetividade dos processos de estruturação e manejo dos símbolos lingüísticos e das construções enunciativas nas contribuições de Benveniste, das supostas relações entre a materialização da *Linguagem* e o entorno perceptível em Whorf e o produto audiovisual por ele inspirado, “A Chegada”, de Denis Villeneuve, além de um estudo acerca dos processos organizações das estruturas metafóricas de nosso cotidiano como denunciadas nas considerações de Lackoff e Johnsen; **d)** uma discussão acerca das possibilidades de confecção de “realidades sociais” mediadas pelas considerações de Jacques Lacan e John Searle; **e)** uma consideração de cunho específico, acerca das propriedades da construção “Golpe” x “Impeachment” e de outras evidenciações a elas relacionadas, precedidas por um estudo acerca da metáfora do “Chirrin Chirrión”, de Roberto Gomes Bolaños, e sua relação com a obra Fausto, parte integrante do título de nossa apresentação, assim mediadas pelas considerações de *Atahualpa Fernandez* acerca da relação entre direito, *Linguagem* e “subjetividade”, e por um artigo jornalístico de *Leon Victor de Queiroz*, do dia 15 de Outubro de 2015, explicitando as contradições do processo em questão.

Por conseguinte, mediante a execução de tal metodologia de trabalho, e da investigação que nos caracteriza, convidamos o leitor a reflexionar, pelos distintos aspectos de nossa abordagem, as contradições dos processos relacionados à *Linguagem*, suas estruturas, potencialidades, e, ultimamente, sua evidenciação no caso específico da construção “Golpe” x “Impeachment”, razão de nossa empreitada.

1 UMA DEFINIÇÃO GERAL DE LINGUAGEM.

No Velho Testamento, em meados do livro de Números, nos deparamos com um significativo relato religioso acerca do retorno de um grupo de espiões, previamente enviado por Moisés – o então líder (teológico e cívico) dos hebreus em exílio –, a uma terra de nome Canaã, com o intuito de reunir informações sobre a constituição do lugar, e assim, na condição de seu retorno, produzir-lhe um relatório oral, favorável ao designo divino de “possuírem” a terra em questão como lugar de “herança” e prosperidade, destino último de seu povo errante, conforme a instrução recebida¹ de Jeová, por intermédio do *profeta* hebreu. Voltando-se ao grupo de espiões em questão, Moisés, em estruturação frasal curiosa – como num *jogo de opostos* –, lhes ordena, em detalhe:

“Veja a terra, que ela é; e as pessoas que lá habitam, **se são fortes ou fracas, esparças ou numerosas**; e o que a terra é, que lhes serve por morada, e **se é boa ou má**; e em que cidades se encontrariam que por habitação constituiriam, **se em tendas, ou edificações fortificadas**; e o que a terra é, **farta ou mirrada, se há lenha nela ou não**”^{2 3}

Assim que, ao fim dos quarenta dias subseqüentes à sua partida (K. J. V., 1979, v. 25), segundo nos narra o relato, sucedeu-se, por fim, o retorno da expedição, sem que nenhum mal lhe houvesse ocorrido, trazendo exemplares de tudo quanto lhes pareceu importante apresentar como prova da prosperidade da terra que examinaram, narrando a Moisés e ao povo, por fim, os pormenores de sua viagem e descobertas, enaltecendo as virtudes da terra. De modo que, como instrui o registro, “e disseram a ele, dizendo, Fomos até a terra a qual nos mandastes, e por certo ela abunda leite e mel; e este é o fruto de seu solo”⁴. Assim que, como se assinalassem com um lápis a opção “positiva” dentre as alternativas (binariamente dispostas) oferecidas por Moisés em sua designação inicial – *vide*: () *bom* x () *mal*, () *boa infra-estrutura* x () *má infra-estrutura*, () *povo saudável* x () *povo debilitado*, etc. –, produziram um relatório inquestionavelmente favorável ao projeto divino, até o momento em que, por vias de um testemunho terceiro, vemos a estruturação binária inicial – isso que, em função desta análise, chamamos de

¹ Números 13:1-3. The Holy Bible, King James Version, 1979

² “See the land, what it is; and the people that dwelleth therein, **whether they be strong or weak, few or many**; and what the land is, that they dwell in, **whether it be good or bad**; and what cities they be that they dwell in, **wether in tents, or in strong holds**; and what the land is, **fat or lean, wether there be wood therein, or not**” - Números Capítulo 13, versículos 17-18. The Holy Bible, King James Version, 1979. Grifos nossos.

³ Todas as traduções são de nossa autoria.

⁴ “they told him, and said, We came unto the land whither thou sentest us, **and surely it floweth with milk and honey**; and this is the fruit of it” (K. J. V., 1979, c.13, v.27)

jogo de opostos: bom x mal, saudável x debilitado, etc –, ser empregada de modo levemente distinto, quando alguns dentre os espiões de Moisés, partindo do binarismo inaugural dos versos em destaque, puseram em cheque a natureza *positivada* do relatório, mas não por vias de uma *negativação*, propriamente dita, daquilo que se fez *positivado* – tentando inverter no discurso as chaves retóricas deste, em atribuições antagônicas às de outrora, alterando a chave unânime dos *sins* para uma nova de *nãos*, como nos pareceria mais óbvio fazê-lo –, mas, justamente, operando o contrário, tentando minar os limites dos *positivos*, por *positivá-los* ainda mais, até não poderem mais conter, em si, *positividade* alguma. Diziam *eles* “Nós não somos capazes de irmos contra o povo; pois eles são **mais fortes do que nós somos**”⁵, ou “todas as pessoas que vimos nela são homens de **grande estatura**”⁶, exclamando, em curiosa constituição retórica, fortemente dependente de um caráter metafórico, didático, ao enunciarem – acerca de si, e em relação a este outro, *cananeu* –, “nós éramos em nossa própria vista como gafanhotos, **e assim também éramos aos olhos deles**”⁷ De modo que, na constituição disso que aqui chamaremos *super-positivo*, transcendendo o *positivo*, aferível, comprovado, o resultado parece ser uma igualmente “super” *negativação*, de proporções tão grandes que, como evidenciado em Números 14, ocasionou uma geral comoção dentre aqueles que a ouviram, de tal modo que o povo, de um modo geral, “pranteou naquela noite”⁸ e, ademais de chorarem, como desdobramento político significativo, “todos os filhos de Israel murmuram contra Moisés”⁹. Tamanha a importância atribuída ao entrave.

É importante estressar a importância de uma personagem em especial, de nome “Caleb”, para o desenvolvimento do relato em recorte. Pois que “Caleb”, um dos espiões enviados por Moisés, em momentos distintos, se interpõe à interpretação de seu povo, na tentativa de apaziguar seus ânimos, convocando seus pares a uma melhor compreensão do conteúdo apresentado em relato, conforme evidenciado na reprimenda que profere aos membros de sua comunidade, versículos adiante: “Não vos rebeleis contra o Senhor, tampouco temais as pessoas da terra; pois eles são para nós, como o fruto do trigo”¹⁰ exaltando, assim, a necessidade imediata de, como povo, controlar sua *subjetividade*, no proferir do comando e motivação “tampouco temais”. Assim que, em sua

⁵ “We be not able to go up against the people; for they are **stronger than we**” (K. J. V., 1979, c13. v. 31)

⁶ “all the people that we saw in it are men of **a great stature**” (K. J. V., 1979, v. 32)

⁷ “we were in our own sight as grasshoppers, and so we were in their sight” (K. J. V., 1979, c13. v. 33).

⁸ “wept that night” (K. J. V., 1979, c.14, v.1)

⁹ “all the children of Israel murmured against Moses” (K. J. V., 1979, c.14, v. 2)

¹⁰ “Rebel not ye against the Lord, neither fear ye the people of the land; **for they are bread for us**” (K. J. V., 1979, c.14, v. 9)

sucinta interjeição, Caleb, valoriza o *positivo* do relato, corrigindo a equivocada atribuição *super-*, a ele subversivamente designada, intentando clarificar ante os que se deixaram ser tomados pelo medo – em virtude deste excesso –, que a mensagem do mesmo, como vimos aqui, não deveria ser compreendida em tom *negativo*, pois que, tal qual se fez comprovar nas evidências trazidas, seu conteúdo inspirava, na contra mão do que haviam sentido, *novas* de coragem e de entusiasmo. Percebam que, diante do impasse instaurado, e pela lógica mesma da *estrutura* do relato, é correto imaginar que deve haver algo mais, além do próprio *conteúdo* e de sua *estruturação*, que lhe habilite convir mais do que o que sua *estrutura* e seu *conteúdo* interno, sozinhos, mediados por metáforas, são capazes de indicar. Ou, do contrário, pela lógica da narrativa, todos os hebreus compreenderiam de modo positivo a *positividade* inerente a mensagem.

É da própria figura de Deus, o Jeová de Israel¹¹, poucos versos adiante, a interposição que nos aponta a uma compreensão mais aprofundada dos mistérios oriundos do equívoco de sentido em questão, na impossibilidade de, diante do *bom*, em disposição binária clara – quando oposto ao *mal*, a ele alternativo –, entendê-lo *como positivo*, mesmo diante de sua sublimação retórica em, por exemplo, *super-positivo*. Pois assim, à Moisés, se registra o lamento divino, “quanto tempo mais se passará até que acreditem em mim, *em função de todos os sinais que mostrei entre eles?*”¹² não compreendendo Deus, em um primeiro momento de lamúrio, que a mera emissão de um signo (ou sinal) não produz, necessariamente, a mesma leitura ou interpretação em quem o recebe. Eis aí a constatação que, à priori, nos interessa de fato, e que, como introdução aos processos investigativos que aqui lhe sucedem, nos auxilia na gradual ponderação de certos fenômenos da *Linguagem*, por caminhos que nos expõem à peculiaridades suas que outrora nos passariam desapercibidas. Pois, tal qual o relato de Números, como cabida ilustração primeira, demonstra sem grandes esforços como a *Linguagem* – esta *potencialidade* que, aqui, nos intriga – interpela as relações sociais e políticas de um povo, em níveis aparentemente imensuráveis. Pois que nos interessa compreender, mediante o estudo da *Linguagem* e de relações suas com o *sujeito*, quais fatores possibilitam que, através de um mesmo conteúdo apresentado, de uma mesma mensagem exprimida – a um mesmo destinatário (ou corpo de destinatários) –, pôde Caleb, no registro bíblico, compreender com exatidão a mensagem que Deus intencionou

¹¹ Jeová é o nome dado a figura divina no Velho Testamento (Ex. 6:3; Ps. 83:18; Isa. 12:2; 26:4). A versão King James Version, aqui adotada, mantém a tradição judia substituir o nome Jeová para “LORD” ou “ADONAI” na maioria das referências a seu nome original.

¹² “how long will it be ere they believe me, for *all the signs which I have shewed among them?*” (K. J. V., 1979, c.14 v. 11),

transmitir na constatação dos atributos de Canaã, por exemplo, e como, em paralelo, não a puderam acessar do mesmo modo os tantos integrantes de sua comunidade – que, ao invés de entusiasmo, sentiram medo. Assim que, como se compartilhássemos nossos questionamentos, num momento imediatamente posterior ao mencionado, as palavras de Jeová direcionadas a Moisés nos apontam para acima das impossibilidades iniciais, como quem sobrevoa uma névoa, no ensaiar equivalente das respostas que buscamos – aos problemas cotidianos que nos cabem. Pois que, arrazoando sobre Caleb, ruminando uma semelhante pergunta em mente, Jeová, de modo bastante didático, nos desvenda o primeiro mistério, em estrutura causativa simples, no recorte que segue, ao revelar o motivo porque Caleb, dentre tantos outros, pode acessar o *sentido preciso* da mensagem, tal qual contida no relatório trazido, enquanto tantos falharam em conseguí-lo. Eis, portanto, em termos bíblicos, a resposta da própria deidade hebraica: “porque possuía um outro espírito consigo”¹³, ou melhor – para emanciparmo-nos dos termos religiosos –, porque ele se valeu *de um fator subjetivo outro*. É, portanto, no rastro deste distinto “espírito”, dessa *condicionante subjetiva* da qual nos fala o Deus hebraico, que seguiremos, em marcha turva, no percorrer desta empreitada, no enalço próprio de um conceito veloz, de difícil domesticação, aos moldes de quem, em um espaço inóspito apropriado, rastreia um astuto animal selvagem.

Intentar, em circunspeção, esboçar uma definição de *Linguagem*, uma que, antes de tudo, abarque em si, no conceito que propriamente lhe comporte, as nuances de sua manifestação – tal como ilustrada no exemplo anterior –, de modo objetivo, é tarefa irremediavelmente contraditória. Delimitar suas fronteiras, demarcar seu escopo constitutivo, imaginar, a partir de uma concepção sua, *interna*, um suposto *exterior*, é desafio tão complexo quanto o seria, aferir, com uma ferramenta qualquer, a *constituição* dela mesma, como se, tomando emprestado um *microscópio* comum, intentássemos, ante a posse do mesmo – e através das propriedades de seu específico funcionamento –, escrutinar, em investigação, suas *próprias* moléculas. Isso porque, à bem da verdade, é por vias afins que um estudo conceitual de *Linguagem*, por melhor estruturado que se faça, aparentaria a um ser consciente outro, *não humano*, hipotético – como a personagem divina de *Números* –, presenciando um estudo antropológico, filosófico, epistemológico, etc., concernente ao fenômeno humano da *Linguagem*. Isto porque ao acercamo-nos a ela em análise, como objeto de estudo de fato, não nos é possível eleger *outra* ferramenta de investigação que não seja, direta ou indiretamente,

¹³ “[...] because he had *another spirit* with him” (K. J. V., 1979, c.14 v. 11).

ela mesma. Eis aí, parcialmente, muito do que constitui a dificuldade encontrada por tantos investigadores ao manejá-la em conceitos objetivos, pois que, não sendo um *item* ou *objeto*, e ademais de não ser, meramente, uma *idéia* ou *conceito* – e de tampouco poder ser apontada, com nenhum grau de facilidade, em qualquer ponto específico disso que entendemos por *espaço* e por *tempo* –, a *Linguagem*, em termos metafóricos, só pode, portanto, fazer-se entender como *matriz* e não como *dispositivo*, convidando, por conseqüência, a aqueles que a examinam, demasiadas abstrações e perspectivas referenciais distintas, ora complementares, ora contraditórias. Isto porque, a título pétreo, a *Linguagem* é bem mais do que a totalidade de sua própria manifestação – assim como o homem é mais que a sombra dele no chão –, menos *rio*, ou *mar*, do que, efetivamente, *água*, menos *coisa*, em si, do que a contínua possibilidade ou viabilização de sua existência.

Uma definição possível de linguagem, dentre outras igualmente possíveis, é a conceituação defendida por Bronckart¹⁴ em sua explanação acerca do tema, ressaltando sua atribuição comunitária, coletiva. Segundo ele, “a linguagem humana se apresenta, inicialmente, como uma produção interativa associada às atividades sociais”¹⁵, de modo que, em conformidade com sua explanação, faz-se definida como um tipo de “instrumento pelo qual os interactantes, intencionalmente, emitem pretensões à validade relativas às propriedades do meio em que essa atividade se desenvolve” (idem). Assim que, na perspectiva em questão, pensar *Linguagem* é conceber, em conceitos, um tipo muito particular de dispositivo coletivo, social, que, nas palavras do autor, faz-se sintetizado na acepção de que seria “primariamente, uma característica da atividade social humana, cuja função maior é de ordem comunicativa ou pragmática”¹⁶. Restringi-la a seu escopo comunicacional, a função sua de mediadora de pensamentos e conceitos, ou, pelo menos, propor privilegiar tal atributo a outros tantos que igualmente lhe definem, destinando assim à comunicação sua coroa e principado, a despeito dos demais contestadores ao trono – e falaremos deles aqui, em um momento posterior –, nos parece querer adequar a *Linguagem* a certas concepções de mundo, inadvertidamente ideológicas, quando, em verdade, carece ser, pelo contrário, liberta de interpretações metonímicas e expandida a domínios que transcendam os limites fixos das disciplinas e concepções desfavoráveis a realização maior de sua vocação. Por esta razão chamá-la

¹⁴ O belga Jean-Paul Bronckart é pesquisador do interacionismo sociodiscursivo e professor da Universidade de Genebra.

¹⁵ BRONCKART, J.P. *Atividade de Linguagem, Textos e Discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 2003, p. 30.

¹⁶ BRONCKART, loc. cit., p. 34.

“matriz” nos parece, aqui, por falta de um termo mais apropriado, um bom começo em direção a uma conceituação mais responsável desta intimidadora empreitada. Pois que, a título axiomático, a *Linguagem* não pode ser compreendida como *coisa em função de* uma tarefa x ou y, ainda que a variável em questão fosse, por exemplo, o manejar dos signos lingüísticos, ou o ato próprio da comunicação. Concepções a fim – abundantes na tradição ocidental –, dessas que, por exemplo, privilegiam o caráter social da *Linguagem*, ou que, por vezes a restringem a ele, fazem-se desdobrar em concepções variadas disso que se compreende por “interação” – em toda sua válida e documentada complexidade –, por fenômenos que, como nos esclarece *Travaglia*¹⁷, salvaguardam a “exteriorização” – ou o processo de condução do conteúdo *interior*, mental, de um indivíduo projetando-o ao meio *externo* –, como tipo ideal da Linguagem, num processo referido pelo autor pelo termo “tradução”, contribuem, em paralelo, tanto para uma melhor compreensão de Linguagem, quanto para uma maior confusão a seu respeito. Isso porque, através do que nos diz Bronckart – e que trouxemos, aqui, a título de exemplo –, a *Linguagem* seria melhor compreendida como *coisa* pela qual se viabiliza o fato de os seres humanos viverem em estado de comunicação. É de nossa opinião que tais alegações e concepções, agreguem o mesmo tanto para o conceituar de *Linguagem* quanto a ele decrescem: é impossível libertarmo-nos de uma compreensão incompleta do termo até estarmos dispostos a olhá-la *também* de fora pra dentro.

Consideremos também a igualmente aceita proposição de pensá-la não como apêndice comunicativo, ou *server*¹⁸, e sim como “*una serie de representaciones y construcciones simbólicas*”¹⁹, tomando-a como unidade em si mesma, centralizando, em lente de aumento, aquilo de *signico* que lhe constitui, retirando os holofotes de funções outras, dentre as quais a comunicativa. Por esta perspectiva, a *Linguagem*, pode ser compreendida como a razão pela qual os sujeitos “*logran categorizar y conceptualizar el mundo desde su conocimiento, capacidad y habilidad*”²⁰. Isso porque, ao pensá-la em tais âmbitos, por intermédios dos prismas elegidos, a *Linguagem* passa a resumir-se a “*la manera racional y lógica para representar el pensamiento y las distintas formas de apropiación e interpretación de la realidad, conforme a una serie de intenciones,*

¹⁷ TRAVAGLIA, L. C. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 1996.

¹⁸ Na computação o Server é um programa ou dispositivo que provê funcionalidade aos outros aparelhos e softwares, fornecendo assim serviços ao usuário.

¹⁹ PINZÓN DAZA, Sandra Liliana. Lenguaje, lengua, habla, idioma y dialexto. *Lenguas del Mundo*. Por La ruta de Babel. Revista La Tadeo, Ed.71, 2005, p. 9-21.

²⁰ AITCHINSON apud PINZÓN DAZA, *ibid.*, p. 12.

motivaciones y necesidades”²¹. Tal concepção, mais interessante que a anterior – desde nosso ponto de vista –, tal qual o Ícaro grego, tropeça bem perto da meta, logrando pluralizar o referencial e escopos de atuação permitidas por ela, mas, todavia, sem libertá-la de sua inexistente instrumentalização.

De um modo geral, a distinção entre a duas formas de abordagem – a primeira privilegiando o aspecto comunicacional, social, da linguagem e, o segundo, seu aspecto constitutivo, sistêmico –, traduz-se na distinção ontológica entre duas das mais importantes correntes históricas, cruciais para a evolução do campo de estudos referentes à *Linguagem* na primeira metade do século último, e cujos expoentes pensadores, à grosso modo, estariam representados na figura de *Ferdinand Saussure*, de um lado, e *Mikhail Bakhtin*, do outro. Pois o embate entre o que se denominou, historicamente, por “Estruturalismo” e aquilo que, à seu lado, pode ser compreendido como “sócio-interacionismo” – expoentes em *Saussure* e *Bakhtin*, respectivamente –, sintetizam, no embate de perspectivas sobre o campo de estudos em comum, desaguando em múltiplos avanços em ambas linhas teóricas ao redor do globo, um retrato de proporções panorâmicas deste intrincado objeto de estudos. Para Bakhtin, em sua visão disposta à *comunicação*, é a partir do que chama “enunciação” – traço constituidor da potencialidade mais indivisível disso que entende por *Linguagem* – que, de fato, se poderia fazer compreender os pormenores desse processo intrincado. Já para *Saussure*, conforme lembraremos em recortes posteriores, o caminho mais eficaz, em oposição indireta a *Bakhtin*, seria compreender as relações derivativas disso que chama de “signo” – partícula crucial do cânone saussuriano, radical impreterível de seu método lingüístico. Assim que, com o suceder dos acontecimentos do século último, no intercalar de interpretações e postulações do cânone em questão – nas apologias e reformulações das linhas de pesquisa representadas, aqui, por *Bakhtin* e por *Saussure* –, ainda que muito se avançou á partir de suas iniciais contribuições, pouco se reformulou acerca de suas ontológicas distinções no que diz respeito à *Linguagem*. É nossa opinião que, á menos que pensemos *Linguagem* para além das impossibilidades de ambas as linhas teóricas, ou melhor, a menos que pensemo-na, concomitantemente, como passível de beneficiar-se das contribuições de ambas as trilhas, estaremos sob o risco de condicioná-la a um modo por demais metonímico de concepção. Entretanto, embora se possa interpretar tal vocação como um tipo infrutífero de conciliação – tratando a *cortina de ferro* como fosse a *roupa do rei* –, a intenção aqui é, pelo contrário, apontar, também através das não

²¹PINZÓN DAZA, *Ibid.*, p.13

líquidas²² distinções mencionadas, que a convicção de ambos os métodos de análise – e subseqüentes escolas –, ademais de propor cisões, denunciam na aplicação mesma das proposições, a natureza fragilizada da perspectiva que ostentam diante da própria natureza disso que aqui intentamos clarificar ser *Linguagem*. Além disso, em nossa presente aproximação ao fenômeno da *Linguagem*, defendemos ser insuficiente depositar sobre a tradição lingüística toda a responsabilidade – ou a expectativa – do desvendar de seus processos e mecanismos, haja visto que, intentar designar tal tarefa à disciplina em questão, já constitui no ato mesmo da designação, um *recorte*. Pois ocasiona restringi-la de sua potencialidade interdisciplinar mais ampla em prol das manifestações específicas que, através da manutenção e manuseio das ferramentas de trabalho que lhe são atribuíveis, constituem o amplo prisma da disciplina.

Do Jainismo²³ indiano, tão logo quanto o século 6 d.C, pelos conselhos de *Mahavira*²⁴, já se fazia evidente o *an-eka-anta-vada*²⁵, do tradicional sânscrito, nisto que, em termos portugueses, traduz-se na negação de um exclusivo ponto de vista. Em conformidade com a tradição em questão, não seria incorreto afirmar que, independentemente do quanto um indivíduo se esforce, e à despeito de qualquer técnica que este incorra aplicar, não se pode atingir a verdade absoluta à partir de um “*vada*”, ou melhor: a partir disso que chamamos *ponto de vista* ou referencial. Da doutrina *anekantavada*, e seu conceito de verdade atrelado a debilidade referencial de qualquer ponto de vista, surge a metáfora que melhor lhe contém: a conhecida parábola dos cegos e do elefante. Neste relato, cada um dos cegos, posicionados diante da grande criatura, sentiam com as mãos a parte do animal que se encontrava disposta imediatamente à sua frente, levando-os a, mediante o caráter subjetivo de suas experiências, afirmar, de modo categórico – à partir de um exame empírico, factual – que compreendiam a verdadeira aparência do animal (elefante), quando, em realidade, não poderiam fazê-lo, com nenhuma possibilidade de sucesso, à partir dos métodos investigativos que dispunham. Entretanto, sobre seu encontro, não se compete dizer que não conheceram aspectos verdadeiros acerca da imagem da criatura, se não que, independentemente dos critérios adotados, não poderiam jamais conhecê-la à partir de suas próprias perspectivas, pois que, diferentemente de poder estar diante de um item mensuravelmente inferior – como,

²² O conceito de “Modernidade Líquida”, conforme *Bauman*, diz respeito a um momento histórico onde a volatilidade e a insegurança são influências dominantes nas relações e estruturas sociais.

²³ O jainismo é uma religião indiana, que possui como uma das suas doutrinas o *anekantavada*, ou não-absolutismo, onde se explica que apenas um ponto de vista não pode representar algo por completo.

²⁴ *Mahavira*, ou *Vardhamana*, é considerado o fundador do jainismo.

²⁵ *Anekantavada* significa doutrina de não exclusividade ou múltiplos pontos de vista, sendo *an* significa “negação” ou “ausência”, *eka* significa “um” e *vada* é o mesmo que “ponto de vista”.

talvez, um copo ou chave –, posicionar-se diante de tão grande objeto, e tão distinto quanto o elefante, se torna insuficiente, para a aferência total da entidade, a limitada extensão da mão humana. De modo que não seria equivocado supor que, tomando apenas a tradição lingüística como referencial, em maior ou menor proporção – seja mediante as contribuições de *Bakhtin* sobre o caráter social da linguagem, ou à luz às de Saussure, sobre o caráter sistêmico desta –, os distintos aportes teóricos que mencionamos, igual e complementarmente, ao invés de solucionarem sozinhas a figura do todo, meramente constroem, à partir de pontos de vista subjetivos distintos, e se tomadas em conjunto, um panorama menos subjetivado à cerca da *Linguagem* diante do coletivo de suas preocupações, ao perpassar, por vias não simétricas, problemáticas inerentes à mesma entidade. Pois que *Linguagem*, como aqui a defenderemos, se define mais à partir do ponto de intersecção entre as distintas leituras do que nos particulares de cada uma delas, *díspar de extremos*, já que nem pode totalmente compor-se de comunicação, e nem tampouco ser esclarecida tendo os signos como referenciais primários.

Relembrarmo-nos de nosso relato inaugural, do impasse hebreu diante do enunciado – tal qual nos é apresentado no livro –, nos auxiliará compreender justamente o que nos cabe entender a esta altura de nosso percurso, pois que, como vimos, a problemática que nos inaugura – e que nos serve por metáfora primeira – designa um equívoco de ordem, ao mesmo tempo, estrutural e social, signico e comunicacional, podendo, com igual nível de sucesso, ser examinado e compreendido por “estruturalistas” e “sócio-interacionistas” – e seus desdobramentos contemporâneos – sem que, de um modo geral, chegassem às mesmas conclusões. Assim que, se num primeiro momento nos perguntamos – concomitantemente a personagem Jeová da narrativa – o que é *isto* no *Sujeito* que o permite acessar enunciados distintos a partir de uma mesma seqüência de códigos, agora, diante das considerações que nos trouxeram aqui, nos é possível acrescentar a esta pergunta algo de seu reverso: o que é isto na *Linguagem* que lhe permite patrocinar, naqueles que se constituem por ela – *como argumentaremos adiante* –, traduções e compreensões tão maleáveis, mesmo a partir de estruturas e convenções tão rígidas. Tal pergunta, mais importante para a natureza de nossa empreitada que “qual a natureza do signo” na de *Saussure* ou “no que consiste a empresa comunicação” na de *Bakhtin*, reflete de modo convexo, à projetar-se para fora dos domínios da lingüística, na busca por sua figura inteiriça, como na parábola do elefante. Isso porque, como conforme estabelecido anteriormente, não sendo ela “coisa” – estando, todavia, em “coisas” –, tende a, por natureza, transplantar à “coisa” aquilo si que a permite ser coisa: seu código

hereditário, por assim dizer, sem que precise gerá-la. Pois a manifestação de uma característica qualquer manifesta em um recipiente qualquer, denota, necessariamente, um vínculo específico entre a origem da característica que lhe é constitutiva e o recipiente mesmo que a ostenta. De modo que, antecipando o que discutiremos em breve, se o fenômeno da “Língua” – na condição primeira de manifestação da potencialidade da *Linguagem* –, demonstre, por exemplo, aptidões sociais inerentes, tal qual sustentado por *Bronckart*, logo, segundo o que aqui se estabelece, *é preciso que haja* também na *Linguagem* – nisto que permite a “Língua” ser o que é – algo de inerentemente social, e assim sucessivamente em relação a atributos outros que, pela mesma metodologia, possam ser aferidos²⁶.

Assim que, diante do que podemos acessar sobre a constituição da *Linguagem* – partindo daquilo que nos é permitido observar a seu respeito através das atribuições constitutivas das atividades que, por intermédio Dela, *existem*, faz-se necessário propor, dentre as abstrações próprias de sua constituição, uma delimitação mais objetiva, que nos permita, ao concluirmos, ancorar nossa propositiva expansão do termo em questão, em fundamentos referenciais mais sólidos. Para tanto, estabeleceremos por metodologia a identificação e categorização das perspectivas de *Linguagem* que, diante dos presentes esforços, não contribuem para uma compreensão devidamente ampliada do termo, e que, como razão de sua não adequação, interpõem-se como obstáculos conceituais à sua genuína caracterização. Assim que, ademais de flexibilizar os parâmetros atuais de nossa busca – a um ideal tipicamente interdisciplinar, que, diante de um objeto de estudo como a *Linguagem* nos parece apropriado –, intentaremos também possibilitar um acesso mais democrático ao domínio de seu conceito – que, como sabemos, é de interesse de todos os campos do saber humano. Assim que, em virtude de tais considerações, constituem equívoco: a) qualquer concepção de *Linguagem*, aplicada como termo substitutivo ao conceito próprio de uma manifestação sua, como freqüentemente se dá com o termo Língua²⁷, por exemplo – seja por razão lexical de um idioma²⁸ específico, ou por generalização conceitual precipitada. b) Qualquer concepção de *Linguagem* que se restrinja a sua vocação comunicativa, em

²⁶ Excluem-se aqui quaisquer juízos feitos acerca das atribuições que ocasionem limitar a potencialidade da *Linguagem* à manifestação material específica que se observa. Ao, por exemplo, tomarmos sua manifestação fonológica como fosse, ela mesma, a totalidade da atribuição (ou caráter da *Linguagem*) nela denotada. Pois o que se deve evitar é pensar que, porque a *linguagem* se manifesta de modo material por vias fonológicas, seria, portanto, *fonológica* em si. Quando, em realidade é a potencialidade de materializar-se, por exemplo, como fonologia, que em realidade nos revela algo a respeito de sua natureza e atributos.

²⁷ Como se dá no dicionário da Real Academia Espanhola, onde as duas primeiras definições de “*lenguaje*” a definem enquanto sons através dos quais o ser humano se manifesta e enquanto “*lengua*”.

²⁸ No idioma inglês é assim.

detrimento de suas outras vocações, como fosse a *Linguagem* um tipo de *pretexto* evolutivo para a ocorrência da mesma. E, em desdobramento de ambas, c) qualquer concepção de *Linguagem* que a defina como objeto ou ferramenta, projetando-a como coisa ou entidade, desassociada do natural humano – por vezes inferiorizada diante do processo que se diz acessar ou se obter através Dela. De tais concepções, quaisquer que sejam as intenções de seus autores, e o grau relativo de prestígio que por ventura experimentem, doravante, nos afastaremos. Por considerá-las incapazes de contribuir para a concepção de *Linguagem* que cremos ser mais adequada, por permitir englobar em conceitos, tudo aquilo que, no humano, é *Linguagem*. Por conseguinte, as posteriores atribuições ao conceito *Linguagem* abarcadas aqui, intencionam confluenciar para a sólida negação de tais proposições – vide: “a, b e c” –, que nada oferecem além de conclusões metonímicas acerca da realidade da *Linguagem*.

Diante das proposições firmadas, é normal questionarmo-nos sobre a existência de evidências que, para além da argumentação presente, ressaltem a participação da *Linguagem* para além do objeto de estudo dos campos *Lingüísticos*, em defesa do argumento defendido de que precisaria ser mais do que sua própria *materialização*, para desempenhar as complexidades a que lhe são atribuídas. Com Noam Chomsky, lingüista norte-americano, aprendemos que “os humanos são programados muito especificamente para a linguagem”²⁹ e que, portanto, “a habilidade de usar a linguagem é, de modo inato, especificado no cérebro humano”³⁰, estabelecendo, na tradição dos estudos lingüísticos, a conceituação que mais adequadamente conciliou, desde o aparato biológico, as considerações que hoje nos permitem distinguir entre *Língua* e *Linguagem*. Mas faz-se ainda insuficiente para dar conta das potencialidades outras – não faladas ou escritas –, que se desenvolvem em função disso que chamamos matriz. É, por conseguinte, a partir das considerações de uma disciplina outra, por vezes indissociável, por outras essencialmente distinta, que lograremos, à princípio, estruturar nossa ponderação acerca do termo, ao avançar no presente capítulo. O antropólogo norte-americano *Leslie-White*, em ponderação acerca do tema em questão, estabeleceu que:

Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos ancestrais antropóides em homens e fê-los humanos. Todas as civilizações se espalharam e perpetuaram somente pelo uso de símbolos... Toda cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o

²⁹MCWHORTER, John. *The Story of Human Language*, Part I. The Teaching Company, 2004, p. 8.

³⁰ *Ibid.*, p. 8.

uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas animal, não um ser humano.³¹

Pela antropologia, também, podemos compreender que o termo “Cultura”, em um quando anterior ao nosso, na Europa e no mundo, denotava um espaço de terra *cultivado* e não, como recentemente o empregamos, um conjunto de práticas – folclóricas, artísticas, intelectuais, etc. Assim que, pensar na palavra *Cultura* como proveniente do termo “cultivo” nos auxiliará na tarefa de compreender seu papel no desenvolvimento humano, tal lhe introduziremos, em seguida, ao pensarmos-no à partir de uma perspectiva *evolutiva*. É de *Laraia*³², em “*Cultura Um Conceito Antropológico*”, o direcionamento que nos auxilia, aqui, no percurso investigativo presente, sanando os equívocos expressos em “a, b e c”, além de, em acréscimo, minar as igualmente equivocadas leituras intervencionistas e/ou apoteóticas acerca do desenvolvimento humano na Terra, ao afirmar que “o conhecimento científico atual está convencido de que o salto da natureza para a cultura foi contínuo e incrivelmente lento”³³. Em resumo, basta-nos dizer que cultura não é espontânea e que nem tampouco é inserida, à corte de bisturi, na história de nossa espécie. *Clifford Geertz*³⁴, abordando a questão de nossas origens em “*A Transição Para a Humanidade*”, elucida, em detalhes, que “a maior parte do crescimento cortical humano foi posterior e não anterior ao início da cultura” o que, em verdade, nos situa em um patamar, penso eu, muito mais interessante do que os outrora postulados ou imaginados já que, também para *Geertz*, o ser humano – à despeito do que muitos possam a seu respeito imaginar (ou crer) –, deve ser compreendido por ser “não apenas o produtor da cultura, mas também, num sentido especificamente biológico, o produto da cultura”. Criador e criação, produtor e produção de um processo que nos distinguiu dos demais e que hoje, ainda nos constitui. Pois somos, tal qual o estudo do léxico “cultura” nos sugere, também *cultivados* por ela. Assim que, diante de tais considerações sobre a *Cultura* – neste estudo primeiro sobre a *Linguagem* –, é comum perguntarmos-nos, por fim, se há distinção evidente entre o que de fato é “cultural” e o que, a transcendê-lo, é compreendido “orgânico” ou “biológico”, quer seja no todo do homem ou em seu imediato entorno – caso aceitemos pensar *Cultura* como, ademais de manifestações pontuais

³¹ Leslie White apud. LARAIA, Roque de Barro. *Cultura, um conceito antropológico*. Editora Zahar, Ed. 27, Rio de Janeiro, 2015, p. 55

³² Roque de Barros Laraia é um antropólogo brasileiro, professor da Universidade de Brasília e, entre outras menções, foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia.

³³ LARAIA, Ibid., p. 56.

³⁴ Clifford James Geertz foi por três décadas o mais importante antropólogo estadunidense, além de ter sido professor da Universidade de Princeton.

humanas, também “cultivadora” de nossa espécie, e disso que chamamos “humanidade”. Pois, como evidencia *Kroeber*³⁵, isso que, de um modo geral, se designa sob o termo “seleção natural”, ou biológico/orgânico, como fizemos acima, contrapõe-se ao que, na literatura do autor, se conceitua no termo “civilização” – chave empregada, cabe aqui dizer, não como argumento validador de uma histórica e impositiva ideologia, essencialmente eurocêntrica, que se interpõe, de modo irresponsável, a aquilo que ela própria denomina “barbárie”³⁶, mas como conceito agrupador da pluralidade inerente às práticas humanas, sociais, tecnológicas, etc. –, designando, em paradoxo, processos inversamente proporcionais, onde, em “civilização”, fazem-se desenvolver de modo “claramente acumulativo”, *conservando* “o antigo, apesar da aquisição do novo”, operando sob uma lógica sistêmica rival ao termo primeiro, designador de uma “evolução orgânica”, onde, de modo essencialmente evolutivo, “a introdução de novos traços só é geralmente possível mediante a perda ou a modificação de órgãos ou faculdades existentes”³⁷. É de *Kroeber*, também, a analogia que melhor nos insere na compreensão de seu predicado, ao descrever-nos, dentre outras coisas, o prólogo evolutivo do animal baleia — caso peculiar por ser mamífero e marinho, como outros poucos — ao nos lembrar que ele, para que pudesse chegar ao que é agora, “perdeu suas pernas para correr, suas garras para segurar e dilacerar, seu pêlo original e as orelhas externas” pelo fato de que “nenhuma utilidade teriam na água”. Daí que o ser humano, diferentemente da baleia, por exemplo, não precisou mutar-se “por alteração gradual de pai para filho” assistindo o tornar de seus “braços em nadadeiras e caldas”, como o fizera a baleia, por razão de haver podido, ou melhor, pela razão de que podemos, enquanto espécie humana, preservar “intactos nossos corpos e faculdades de nascimento, inalterados em relação ao de nossos pais e dos mais remotos ancestrais” por vias de nossa coletiva *industrialidade*. “Nem precisamos absolutamente entrar na água para navegar” porque “construímos um barco”, “nossos meios de navegação”, dentre outros, “são exteriores ao nosso equipamento natural”³⁸, nossa capacidade coletiva de alterar o meio em nosso favor nos preserva, paradoxalmente, inalterados. E, desse modo, convertemos o produto de nossa indústria em apêndices úteis à nossa adaptação individual e coletiva, diante das adversidades da empreitada da *vida*.

³⁵ Alfred Louis Kroeber foi um dos maiores representantes na orientação culturalista na antropologia norte-americana, também foi professor da Universidade da Califórnia e fundador da Associação Antropológica Americana.

³⁶ Termo utilizado conforme Sarmiento o faz em *Civilização e Barbárie*.

³⁷ LARAIA, *ibid.*, p. 40.

³⁸ LARAIA, *loc. cit.*, p. 40.

Diante das postulações acima, talvez nos perguntemos se não seria o suficiente pensar a *Linguagem*, a partir do que a ela se faz por produto, apenas, ou seja: não seria mais fácil simplesmente concebê-la à partir de suas manifestações cotidianas mais acessíveis – como a língua, por exemplo? Ao invés de, como aqui, concebê-la diante do próprio conceito de cultura? A resposta a tais questionamentos se evidencia na constatação de que, para que efetivamente desassociemos o conceito de *Linguagem* da instintiva associação, inerentemente equivocada, de explicá-la a partir de concepções metafóricas como “produto” ou “dispositivo”, é preciso que, primeiro, expandamos nosso entendimento do conceito de *Cultura*, desde senso comum, onde se faz conceber por conjunto de práticas ou costumes, à ciência de se tratar, também e principalmente, de um dos fatores mais cruciais para a configuração evolutiva de nossa espécie, de modo a, pela pertinência da associação do conceito de *Cultura* ao de *Linguagem*, vislumbrar a *Linguagem* como um processo tão essencial ao desenvolvimento da espécie humana quanto o próprio conceito de *Cultura*, por vezes indissociável ao de *Linguagem*, contribuindo, mutuamente, no desenvolvimento de tudo o que em particular se fazem, respectivamente gerenciar. É, portanto, nessa aproximação, que nos baseamos ao referirmos a *Linguagem* sob o conceito ou idéia de “matriz” aqui designada.

Não fosse a *Linguagem* uma “matriz”, como aqui a chamamos, não poderia ser – como inferem “a, b e c” –, mais que *Língua* (ou idioma), e, por conseguinte, não poderia existir – assim *rizomática*³⁹ – nisto que chamamos “Linguagem Cinematográfica”⁴⁰, ou mesmo no que se conhece por “Linguagem de Programação”⁴¹, desvinculada da fala. Pois que, diante de tais exemplos, é preciso haver, para além dos signos lingüísticos, a possibilidade – e a viabilidade – de relacionar e de atribuir valor, significado, nexos, etc., a materializações outras, para além do produto vocálico e o da escrita, para que, por exemplo, um semáforo de fato signifique algo, e um filme – em montagem consciente – nos narre ou conduza, de modo inteligível, mesmo sem o auxílio da fala, a uma “Viagem à Lua”, de Méliès⁴², ou ao “Limite” de Peixoto⁴³. Daí que se conceitue, de modo mais abrangente, como “*una capacidad connatural a la evolución*”

³⁹ De acordo com Deleuze e Guattari, *rizoma* é um modelo epistemológico onde as proposições não possuem raízes, ou fundamentações hierarquizadas, significando assim que o conhecimento é elaborado a partir de diversas observações simultâneas.

⁴⁰ Termo defendido por Marcel Martin no livro “A Linguagem Cinematográfica”, originalmente publicado em francês, no ano de 1955 e em português, no ano de 1963 pela livraria Itatiaia Limitada de Belo Horizonte.

⁴¹ Uma linguagem de programação é um conjunto de símbolos (comandos, identificadores, caracteres ASCII, etc.) e regras de sintaxe que permitem a construção de sentenças que descrevem de forma precisa ações compreensíveis e executáveis para o computador.

⁴² Marie-Georges-Jean-Méliès, “*Le voyage dans la lune*”, 1902 (filme mudo).

⁴³ Mario Peixoto, “*Limite*”, 1931, (filme mudo).

*física y fisiológica de los seres humanos*⁴⁴, e não como *produto* de nenhuma delas. Pensar em *Linguagem*, sob este prisma, é pensar *interdisciplinarmente*, respeitoso de sua própria e curiosa constituição. A este respeito, considerando sua constituição biológica, pensar *Linguagem*, é levar em consideração sua intrínseca relação com os aparatos da fala, e daí talvez a origem da restrição que sofre em algumas interpretações – em especial nas que agrupamos, aqui como “a, b & c” –, uma vez que se desenvolve no humano a partir de “*la manera como sus órganos y procesos articulatorios y mentales se adaptaron a una serie de funciones que inicialmente no realizaban, pero que poco a poco se hicieron posibles*”, sendo portanto tão velha quanto o próprio sujeito, uma vez que não existiria sem *este* – e, como veremos à seguir, tampouco *este* existiria sem *Ela*. Assim que, constitutivamente, poder dizer-se humano é dizer-se possuidor de *Linguagem*, ainda que não necessariamente de fala, ou idioma, ou aparatos de emissão e recepção de codificações. É, por conseguinte, por crermos que o ato da comunicação está para a *Linguagem* tal qual, para o Sol, está à luz que, sem restrição ou controle, ele emite à galáxia – *vivificando e patrocinando tudo aquilo que “está”* –, que, de modo geral, nos aproximamos à leituras da *Linguagem* que a sobrepõem ao conceito e prática humana da comunicação – como, por exemplo, a do norte americano *Noam Chomsky*, em especial, em oposição as de *Searle*⁴⁵, seu contemporâneo –, uma vez que acreditam ser *Esta* ainda mais complexa que a segunda. Neste prognóstico, a ilustração proveniente do *Jainismo* indiano, na narrativa dos *sábios diante do elefante*, nos parece mediar o filosófico impasse, sem que desacreditemos por completo os avanços provenientes das teorias em que “c” é axioma, sabendo serem elas, diante de uma análise interdisciplinar de *Linguagem* – que aqui nos serve por base –, na melhor das hipóteses, metonímicas.

É certo que, de modo mais tradicional, poderíamos haver optado pensar *Linguagem* pelo ponto de vista de uma ou outra teoria, apenas, para que, a partir desta, nos propuséssemos aferir seu desenvolvimento ao longo de seus desdobramentos e contribuições, por este ou aquele autor, privilegiando uma vertente – ou leitura à outra. Mas abriríamos mão da oportunidade de discuti-la para além de uma ou outra disciplina, como intentamos aqui exemplificar, na concisão textual que nos é esperada. A opção pela expansão do foco de análise, embora enfraquecida em pormenores, nos permite, neste primeiro momento, gozar de uma privilegiada perspectiva orbital, movendo-se de *micro* a *macro* – em “*zoom out*” –, disso que chamamos *Linguagem*, na confecção de um

⁴⁴ PINZÓN DAZA, *ibid.*, p. 12.

⁴⁵ Sobre as concepções de Searle acerca do objeto linguagem, ver capítulo 4, “DA CONFECÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A “REALIDADE SOCIAL”.

panorama importante que, a nosso ver, emoldura-a para além das preocupações mais tradicionais á seu respeito, nos permitindo chegar-nos a ela sem maiores interferências. Ademais disso, diante de problemas como o que encontramos em nossa análise introdutória do relato de “Números 13” – no início do presente capítulo –, percebemos que, por se tratar de um relato cujo problema se instaura tanto na estrutura da enunciação (forma) quanto na mensagem a qual esta encapsula (conteúdo), não nos seria suficiente, ao intentar compreender sua natureza, deixarmo-nos levar pelas – igualmente válidas – ferramentas de pesquisa de um lado ou de outro, desconsiderando sua constitutiva totalidade. Daí que, para finalmente estarmos habilitados a acerrar um problema de mesma natureza – e esta, em um momento ulterior, é precisamente a ambição de nossa empresa –, intentaremos, doravante, à partir dos predicados aqui estabelecidos, adentrar na Linguagem – num fluxo reverso –, em mergulho gradual.

1.1 LINGUAGEM: *DENTRO E FORA DO REFERENCIAL HUMANO*

Na estância imediatamente anterior a esta, discorreremos acerca da inadequação natural que, em maior ou menor grau, constitui os pontos de vistas e as teorias *humanas*, quando se voltam para a *Linguagem* com o intuito de investigá-la. Vimos que, como prova de tal inadequação, muito se produziu no intento de desmistificá-la, e que muito do que foi produzido, com maior ou menor intensidade, se prestava, em caráter mútuo, contradizer-se em aspectos axiais de sua abordagem. Demonstramos que, na busca por uma abordagem interdisciplinar do conceito de Linguagem – que nos permita pensá-la para além de um diagnosticar que se faça restrito a uma observação acerca da natureza particular de uma ou mais de suas tantas manifestações –, careceríamos compreendê-la como um elemento constitutivo, inseparável, do fenômeno a que se refere o conceito *antropológico* de cultura⁴⁶, tal qual apresentado por *Laraia* e *Geertz*, nos permitindo ajustar a perspectiva habitual de sua investigação – esta em que o indivíduo humano, enquanto agente, é *sujeito* no processo de observação em que a *Linguagem* se faz *objeto*, e em cuja qual se presta empregar (e desenvolver) ferramentas com o intuito de compreendê-la –, a uma variação no eixo mesmo da perspectiva em questão, na prerrogativa alegórica de um *bird’s eye view*, como no quadro de Dalí⁴⁷, que presenteia ao agente ativo da frase, o *ser humano*, um senso agudo de sua própria “passividade” – no sentido frasal do termo –, ao pensá-lo, em nossas páginas iniciais, não

⁴⁶ Referência ao capítulo anterior quando falamos disso.

⁴⁷ Como no quadro de Dalí Cristo de São João da Cruz, 1951, 205x116, Kelvingrove Glasgow.

como o *gerente de códigos* que é, e nem tampouco como o examinador de manifestações (materializáveis) da *Linguagem* que é, mas, num sentido complexo, ampliando horizontes, pensando-o como sendo, ele próprio, uma espécie de materialização da *Linguagem*, uma vez que, como vimos, só pôde vir a tornar-se isso que lhe designa *humano*, por vias da potencialidade que, ao investigá-la, objetifica. Por conseguinte, munidos da perspectiva que aqui nos inaugura, e diante da caracterização interdisciplinar assim implícita ao termo *Linguagem*, faz-se urgente compreender que qualquer engajamento produzido no âmbito de uma investigação sobre qualquer aspecto das estruturas sociais humanas, traduzir-se-á, em escala mais ampla, em investigação acerca das manifestações ou vestígios daquilo que conhecemos por – e que, particularmente, defendemos, aqui, ser – *Linguagem*. Isto porque, como discutiremos agora, a espécie humana, para além dos atributos biológicos (físicos) que a obviamente a distingue das demais, caracteriza-se, de modo especial, por sua capacidade de gerir e gerar códigos sociais intrincados, constitutivamente compartilhados, que lhe permite, como benefício último, *naturalizar* – ou tornar *natural* – o que, a princípio, *não se encontra* na natureza.

Isso porque, considerar a potencialidade em questão, em qualquer de suas inumeráveis derivações, é, em termos gerais, querer-se orientar por marcos, ao mesmo tempo, *externos* e *internos* ao referencial humano, uma vez que, na definição mesma de sua substantiva *unidade*, e em função de sua inerente denotação coletiva (social), considerar o termo “humano” ou “humanidade” é, por ter em mãos, ademais de um substantivo genérico, o mais importante produto da *soma*, ou coletivo, dos incontáveis “eus” que, em amalgama, se omitem em sua função de sua operabilidade. Por conseguinte, pautado pelas considerações que daí se desdobram, não é de estranhar que o tema em questão, este da proposta *unidade humana* – como categoria contrastiva ao que a ela não se permite pertencer –, já nos primórdios da filosofia, fazia-se presente. *Aristóteles*⁴⁸, dentre outras colaborações, intentou clarificar a distinção entre este ser que é *humano* em relação a aqueles que por essa ou aquela razão *não o são*, empregando ao primeiro grupo o termo (ou conceito) *animal político*⁴⁹, contrastivo, evidenciando – pelo emprego do atributo “político” – seu caráter social inerente, gestor de códigos e signos, pensando-o, já em sua concepção, em função de sua *relacionabilidade*, como essência ou indivisibilidade humana por excelência. Assim que, às demais *criaturas* da natureza – igualmente “animais” –, lhes cabiam *phoné* (voz): a expressão de seus instintos e

⁴⁸ Aristóteles foi um filósofo grego, escreveu sobre diversos assuntos, de lógica e física à ética e teoria política.

⁴⁹ Para Aristóteles o ser humano é um animal que se difere dos outros por ser dotado de razão e discurso, e é um animal político por ser dependente de uma comunidade.

sensações feita *som* – quando expressam prazer, sofrimento, etc. –, pois o usufruto de aparatos vocálicos – pensando a questão em termos acústicos, simplesmente –, não se faz exclusivo ao aparato biológico humano, fazendo-se presente, na vastidão dos territórios do globo, na constituição de diversas espécies de animais. O que se pode inferir, então, é que, em termos gerais: o cão late, o gato mia, a vaca muge, o leão ruga, etc., mas sem que, por razão disso, venham a possuir esse humano atributo *Linguagem*.

É, portanto, mais além do *phoné* – o *exprimir* projetado em *acústica* –, que se encontra a essência da manifestação material disso que chamamos *Linguagem*. Diante disso, o espirituoso comentário de *Russell*⁵⁰, “um cão não pode relatar sua autobiografia, mas pode latir de modo eloqüente”⁵¹, sumariza, em alegoria, o abismo entre as possibilidades do *phoné* diante daquilo que, enquanto humanos, gozamos por *Linguagem*. Conforme explicitado por Aristóteles, diametralmente a seu conceito *phoné*, está o *Lógos* (palavra)⁵², traço humano por excelência, capaz de exprimir, para além das dores e risos – e dos esboços aproximativos dos mais brilhantes chimpanzés e papagaios⁵³ –, complexidades exclusivas ao *animal político*. É do *Lógos* – em oposição aristotélica a *phoné* –, inclusive, a origem das preocupações axiais disso que, como disciplina, tem por nome Filosofia, já que, *de Lógos*, são cultivadas também (e principalmente) as distinções e categorias, *bom x mau*, *belo x feio*, *justo x injusto*, etc. Assim que, tomando emprestada a assertiva anteriormente disposta, já pelo conceito de *Lógos* e sua relação com a atribuição “político” do *animal* humano, qualquer tentativa de escapar, parcial ou completamente, as manifestações e vestígios da *Linguagem* ao pensar as relações humanas, é esforço infrutífero. Pensar o “político” no animal humano – no *Lógos* aristotélico – é, de um modo especial, ecoar, com *Travaglia*⁵⁴, um conceituar de *Linguagem* como “lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentidos entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico”⁵⁵, tornando explícito ao intentar circunscrevê-la, a indissociabilidade de aspectos constitutivos do cotidiano “político” que nos é habitual, como “ideologia”, “historicidade”, “efeitos de sentido”, etc., que, em um momento mais oportuno, faremos abordar em argumentações outras, menos *generalistas*. Basta-nos, por

⁵⁰ Bertrand Russell foi um influente matemático, filósofo e lógico do século XX, e mentor do filósofo austríaco Victor Wittgenstein.

⁵¹ “a dog cannot relate his autobiography; however eloquently he may bark”. MCWHORTER, *ibid.*, p. 03.

⁵² MCWHORTER, *loc. cit.*

⁵³ *Ibid.*, p.5

⁵⁴ Luiz Carlos Travaglia é um lingüista brasileiro, professor da Universidade Federal de Uberlândia.

⁵⁵ DORETTO, Shirlei Aparecida; BELOTI, Adriana. Concepções de linguagem e conceitos correlatos: a influência no trato da língua e da linguagem. *Revista Encontros de Vista*, Ed. 8, p. 89.

hora, saber que *Lógos*, assim compreendido, é o ativo das atribuições do coletivo humano, nome potente sob o qual se agrupam suas tantas disposições – organizacionais, categorizadoras, arrazoadoras, etc. – e é, portanto, partindo de sua anunciada sapiência e essencial aspecto relacional – que patrocinam, no humano, o *cívico*, o *social*, o *político*, etc. – que nos fala *Aristóteles* na obra *Política*⁵⁶. Todavia, é também em função de tais atribuições que, de modo menos exitoso, se desdobram muitos das tantas compreensões metonímicas ao seu respeito, tais quais ilustradas aqui, num momento anterior. Pois, caso sejam tomadas isoladamente, ignorando aspectos outros da tradição, tais explanações interpõem empecilhos à compreensão de um aspecto crucial da *Linguagem*, igualmente constituidor de sua totalidade, e que, embora inerentemente atrelado ao que, a seu respeito, discorríamos, não se faz tão obviamente implícito ao pensarmos-na à partir deste(s) *ponto(s) de vista*. Pois que a dimensão *interna* da *Linguagem*, por conta de sua mais explícita faceta *externa* – aqui abordada –, faz-se menos óbvia ao, de igual modo e importância, constituí-la. Pois, se, portanto, pela *Lógos*, o humano exprime valores, conceitos, etc., e viabiliza a vida em sociedade, é também através deste *Lógos*, antes mesmo de projetá-lo ao meio compartilhado – *traduzindo* subjetividades em códigos inteligíveis –, que se permite a um indivíduo, ainda *indiferente* à presença de seu próximo, relacionar em si (e por si) mesmo isto que se faz – de modo mais facilmente aferível – relacionado em seu *exterior*. Pois *Linguagem*, tal qual apresentada nos caminhos propostos pelo filósofo grego, indica, na insuficiência mesma de sua concepção, carecer também existir às margens do social, por assim dizer, no universo particular, *interno*, do humano: em cada um dos inumeráveis sujeitos que, no termo coletivo “humanidade”, se fazem representar. Daí que, em *Hjelmslev*⁵⁷, ressaltando este aspecto, percebemos que a relação entre este *animal político* (humano) e a *coisa (Lógos) Linguagem*, não só lhe caracteriza – em contraponto aos demais animais –, destacado do mundo *natural*, mas que, também e principalmente, “segue-o em todos os seus atos”⁵⁸, “inseparável”⁵⁹ de si, no banheiro, na sauna ou no metrô, pois define-se por uma modalidade essencialmente humana, indissociável, de se existir no *entorno*. Portanto, *Linguagem*, transcendendo os anteriores predicados de *Aristóteles*, se caracteriza, de modo peculiar – para além da relação *sujeito x mundo, mundo x sujeito* do *animal político* aristotélico –, no posicionamento seu no cerne deste ente humano, associando-se a processos internos –

⁵⁶ *Política* é um trabalho de Aristóteles composto por oito livros, onde política é a ciência que se preocupa com o objeto da felicidade humana individual, na ética, e coletiva, pela política propriamente dita.

⁵⁷ Hjelmslev foi um lingüista dinamarquês cujas idéias formaram a base do Circulo Lingüístico de Copenhague.

⁵⁸ Hjelmslev apud CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. Editora Ática, Ed. 14, 2010, p. 185.

⁵⁹ CHAUI loc. cit., et. seq., itálicos adicionados.

por vezes subjetivos, por outras identitárias – deste *político* animal, relacionando-se a potências intrínsecas outras, como a *memória*, a *consciência* e o *pensamento*. Para *Hjelmslev a Linguagem*, “fio profundamente tecido na trama do pensamento”, se faz registrar nos cânones, transcendendo o conceito aqui introdutório, ao evidenciar, à seu modo, seu potencial *psicológico*, “recurso último e indispensável do homem”, capaz de sanar-lhe conflitos, curar-lhe anseios, refugiar-lhe “nas horas solitárias”, “na meditação do pensador”, para além dos desígnios comunicativos relacionais (informativos). Assim que, em resumo, a despeito de seu caráter externo, social, político, etc., a *Linguagem* precisa também estar viva e plena já no *interior* do sujeito humano, em uma espécie de ante-processo (*sem conotações cronológicas*) do que ressalta *Aristóteles*, nisso que *Hjelmslev* chama de “base mais *profunda* da sociedade humana”.

É curioso pensar que, *Hjelmslev*, ao ressaltar o viés *interno* da *Linguagem* – para além de seu aspecto comunicativo relacional constitutivo, mais óbvio –, incorre no não tão insignificante equívoco de desenhá-la, metaforicamente, como sendo um “instrumento”, ou *aparato*, “graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade, e seus atos”, desprendendo-se, sem que se dê conta, no empregar do termo elegido, daquilo que em síntese faz dela (a *Linguagem*) isso que de fato é. Tal curiosa disparidade, comum a muitos que se enveredam pelos estudos da *Linguagem*, faz-se, de modo mais agudo, discriminado nas contribuições de *Benveniste*⁶⁰, quando, ao abordar uma contradição semelhante a esta de *Hjelmslev*, evidencia, em correção inequívoca, que, ao tratar-se do escopo de *metáforas* possíveis à sua compreensão, “falar de instrumento, é por em oposição o homem e a natureza”, já que, em termos ilustrativos, “a picareta, a flecha, a roda, não estão na natureza. São fabricações”⁶¹. Eis ai, em essência, a necessidade de, a título axiomático, erradicarmos de nosso arcabouço teórico referencial, qualquer alusão a *Linguagem* como instrumento⁶², já que, ao contrário de pensá-la como meios para a viabilização de desígnios do humano – em acordância com o que discutimos em momento anterior de nosso percurso –, é preciso aceitar que ela, a *Linguagem*, “está na natureza do homem, que não a fabricou”⁶³, compondo-o, por estrutura, tal qual lhe compõe o carbono, a água ou suas vivências. Ademais, tal tendência de pensá-la como sendo “instrumento”, reflete,

⁶⁰ Émile Benveniste foi um lingüista francês, conhecido pela expansão do paradigma linguístico estabelecido por Ferdinand de Saussure.

⁶¹ BENVENISTE, Émile. Problemas de Lingüística Geral I, da Subjetividade da Linguagem. Editora Universidade Estadual de Campinas, 1988, p.285.

⁶² Ver capítulo 1: UMA DEFINIÇÃO GERAL DE LINGUAGEM.

⁶³ BENVENISTE, *ibid.*, loc. cit.

por herança mesma de nossa tradição cartesiana⁶⁴, um *silogismo* equivocado, que ocasiona posicionar – em mapeamento mental – a potencialidade *Linguagem* depois do (ou posterior ao) *Eu*, destacada deste segundo, explicitada como efeito ou resultante – em dedução incorreta – diante deste (*Eu*) que, em realidade, por impossibilidade mesma de sua dependência diante do primeiro, jamais poderia gerá-lo. Segundo aponta Benveniste, “inclinamo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem”⁶⁵, sintetizando, por conseguinte, a possível origem de tais contradições, uma vez que, já pela condição mesma da existência da *Linguagem*, e pelos aspectos aqui discorridos de sua constituição, tal hipótese não poderia ser entretida, em nenhuma instância concebível. Ademais, tal insistência nos parece indicar uma empobrecida compreensão dos predicados da evolução⁶⁶, – acrescidos ao legado imagético/retórico da tradição *criacionista*⁶⁷, e seus vestígios na constituição do *sujeito* ocidental –, concebendo-a, por fim, ao que diz respeito a sua origem e funcionamento, de modo incisivo, como elemento de “pura ficção”⁶⁸, pela razão óbvia de que “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a”. A partir do que institui Benveniste, clareando, *à posteriori*, as correções elencadas, a natureza do equívoco se instauraria, de modo mais ou menos direto, no fato mesmo de concebermos-na como “troca”, ocasionando, por conseguinte, tomá-la como coisa material, com “função instrumental ou veicular” pré-concebidas, fazendo-se, assim, traduzir por “objeto”, quando, em realidade, conforme explicitado em indagações pertinentes, “não a estamos confundido com o discurso?” ou algo mais que se instrumentaliza? Quando, em realidade, conforme estabelecido anteriormente, vimos que a *Linguagem* existe para além destas, seja de modo *interno* ou de modo *externo*, situada, ela própria, na *pedra de esquina* do humano, transcendente em sua completude, a despeito das tantas metonímias que lhe almejam por síntese.

Em resumo, nos interessa pensar a *Linguagem* como entidade de grandeza superior às manifestações de sua existência, além do que se produz através desta, mas, todavia, concebendo-a em sentido estrito, similar ao que, à respeito das mídias (comunicacionais) do século XX, postulou McLuhan⁶⁹. Pois que, em realidade, se

⁶⁴ A este respeito ver o capítulo 1 do livro “Mente, Linguagem e Sociedade”, de John Searle.

⁶⁵ BENVENISTE, *ibid.*, loc. cit.

⁶⁶ Ver capítulo 1: UMA DEFINIÇÃO GERAL DE LINGUAGEM.

⁶⁷ Veremos adiante.

⁶⁸ BENVENISTE, *ibid.*, loc. cit. et. seq.

⁶⁹ Herbert Marshall McLuhan foi um educador, intelectual, filósofo e teórico da comunicação canadense. Pioneiro nos estudos culturais e no estudo filosófico das transformações sociais provocadas pela revolução

“o conteúdo de um meio é sempre outro meio”, então, em aproximativo paralelo, no universo das possíveis *materializações* da *Linguagem* – sejam elas acústicas, gráficas, discursivas, etc –, cada qual há de ser, eles próprios, *meios* pelos quais a *Linguagem*, sua base matricial primeira, quando se presta a florescer – por tantas vias quanto lhe convier –, se faz manifesta. De modo que a *Linguagem* – num típico embate *heideggeriano*⁷⁰ entre a unidade do *ente* e a do *ser* – não se deve confundir com nenhuma de suas possibilidades de *objetificação*, em nenhum dos *meios* pelos quais se faz superfície, sob risco de que se ignore a seu respeito, os atributos que não plenamente se fazem mostrar nas materializações que assume, já que, ainda que se apresente de modo pleno, por exemplo, na escrita, na fala, no pensamento, auspiciada, inclusive, por formulações epistêmicas, estruturas, sistemas, etc. – à exemplo das tradições estruturalistas –, seu todo (ou seu *ser*) não se faz encerrado nos objetos examináveis de sua materialidade, de modo que, ao pensá-la, por exemplo, à partir de seu viés *comunicativo* inerente, deve-se, para que não se incorra em simplificações e equívocos, ter em mente seu caráter psicológico, e vice e versa. Ainda, e principalmente, ao saber que estes podem, a partir de suas peculiaridades, reformular-se em *complexificações* futuras – como vemos, à título ilustrativo, no caminhar das *Gramáticas*, no trato das *Leis Jurídicas*⁷¹, etc. Pois, tal como o animal humano que, *simbioticamente*, lhe *possui* – em contraponto aos demais animais que não usufruem disso que chamamos *Linguagem* –, ela própria, como dissemos, não é senão o *possuir* deste, e não necessariamente *objeto* de sua posse: *humana* por fim, como o próprio *ánthropos* – e este, por sua vez, “nunca separado da linguagem”⁷². Insistir em emanciparmo-nos de suas concepções metonímicas, aqui, é apontar, já no cerne da *manifestação*, a perpetuidade e predileção de suas mais amplas atribuições.

Pautando-nos, à priori, pela gradual exposição de um conceito *Linguagem*, para além dos referenciais de sua manifestação, denunciando os perigos de sua simplificação – ainda que por motivos pragmáticos –, fizemo-nos preparar para a exposição que aqui se faz desenvolver, onde, de um modo mais personalizado, discutiremos o atributo da potencialidade *Linguagem* que, em especial, e em função da arquitetura futura de nossa empresa, nos faz justificar o percurso elegido. Nos referimos, portanto, a um atributo da *Linguagem* que, à despeito dos demais que – igualmente – a constituem, embede-a de singular importância, e corrige, de certo modo, já nos eixos das perspectivas que a tomam por objeto de estudo, o equívoco estrutural de suas

tecnológica.

⁷⁰ A respeito disso ver “Derrida” de Darío Sztajnszrajber.

⁷¹ Ver capítulo 4: O CHIRRÍN CHIRRIÓN NO PLANALTO.

⁷² BENVENISTE, *ibid.*, p. 28.

metonímias. Benveniste, que muito contribuiu para os avanços dos estudos sobre *Linguagem* através da disciplina *Lingüística*, imprime em seus escritos aquilo que, mais além da configuração social inerente à espécie como um todo, permite ao humano mirar a *si mesmo* no espelho, logrando saber, precisamente, quem, de fato, *não é*. Pois, segundo o autor, “é na linguagem e pela linguagem”, *matriz e manifestação*, “que o homem se constitui como sujeito”, uma vez que “só a linguagem fundamenta na realidade”, nesta realidade “que é a do ser”, “o conceito de ‘ego’”, sua “capacidade”, enquanto “locutor”, de “se propor como ‘sujeito’” *diante dos outros* e do mundo. Eis então, de modo conciso, nas palavras do próprio Benveniste, a vital importância disso que entendemos por *Linguagem* já em seu âmbito *interno*: possibilitar ao sujeito “a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência”, e cabe aqui enfatizar que, em Benveniste, a *Língua*, atributo observável da *Linguagem*, é fator crucial. Para Benveniste, “subjetividade”, expressão que, em muitos âmbitos, opera por designação antônima ao que se faz *compartido, sociabilizado, político*, etc., em realidade “é a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem”, o “status linguístico da pessoa”, abrangendo, por conseguinte, o escopo da *Linguagem* pra muito além de sua representação *no mundo*, ou de distinção, coletiva, do ente humano “político” em relação aos demais animais. Pois que, através de si, a *Linguagem* destaca o *sujeito* (indivíduo) do coletivo de sua espécie, imbuindo-lhe valores pessoais, fator que, em termos de perspectiva, inverte o raciocínio tradicional da *Linguagem* como unidade ou amalgama do coletivo humano – lhe distinguindo dos animais –, ao explicitá-la como razão da distinção *interna* entre os integrantes aos qual se refere à distinção primeira da abordagem. Pois, “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada em contraste”, já que “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso”. Inaugurando, no percurso de nossa empresa, a crucial compreensão de que *Linguagem*, ademais de nos distinguir de *phoné* e demais animais, é, ela mesma, *subjetivadora* e, como tal, indissociável ao *sujeito*.

Em conclusão, *Linguagem*, como conceito aqui defendido, primeiramente diz respeito a um fenômeno exclusivamente humano, sem rival na natureza, e que, por razão mesma de si, permite destacar, dentre o restante dos animais, o “animal político” humano, por justamente imbuí-lo capacidades, possibilidades, abstrações, acordos, etc., de modo coletivo. Em acréscimo, por promover a coletiva atribuição do animal político em contraste aos não políticos, faz-se, irremediavelmente *comunicacional*. Todavia, sem que se careça desconsiderar os atributos anteriormente listados, faz-se crucial ponderar a

Linguagem, tal como aqui se fez apresentar, em seu âmbito *interno*, no campo psíquico, identitário, referencial, etc., no *interior* do indivíduo humano, promovendo-lhe, junto ao todo que lhe constitui humano, experimentações autônomas, descoladas das relações político-sociais existentes em seu entorno, e que, em especial, ocasionam, por desdobramento natural de seu existir no humano, seu mais comendável traço: a viabilidade mesma (ou estabelecimento) daquilo que se entende por “subjetividade” no *ánthropos*. Por essa razão, em síntese explanatória – nas palavras do próprio *Benveniste* –, compreende-se que “a linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade”, se caracterizando, de modo dual, por sua relação *externa* – social, política, etc. –, e sua relação *interna*, recentemente abordada, no pináculo maior da ocorrência disso que chamamos “subjetividade”.

2 “FIGURAÇÃO”⁷³: O DESNUDAR DA LINGUAGEM E O TRADUZIR DO REAL.

A esta altura, tendo, aqui, discorrido sobre o posicionar da *Linguagem* para *dentro* e para *fora* de seu referencial humano, sua potencialidade *externa* (social) e *interna* (subjetiva), num de seus mais curiosos paradoxos, compreendemos que, mais que manifestar-se nas formas escritas, faladas, etc., a *Linguagem* possibilita, ademais da comunicação, o fenômeno da “subjetividade”, ou *noção de si*, do indivíduo humano. Fator que, como outrora tratado, lhe torna indissociável da própria entidade humana – esta que, por sua vez, existe, ela mesma, “*nunca separada da linguagem*”⁷⁴. Assim que, caso intentássemos agora, munidos de uma compreensão mais panorâmica acerca da potencialidade que chamamos *Linguagem*, compreender em circunspecção, como no caso encontrado em *Números*, a natureza de um “problema” que, por ventura, se manifeste por seu intermédio, e que, inevitavelmente, se fizesse, simultânea e ambigualmente, evidente por sua *estrutura*, pela relação relacional de seus *signos* e por fatores *sociais* específicos, poderíamos então, por razão da nuance ou sofisticação adquirida de *Benveniste*, ao menos compreender que, como ocasionou deduzir a personagem divina do relato, independentemente das peculiaridades de suas modalidades de manifestação (estruturais, signicas, sociais, etc.), está implícita em todo desenvolvimento possível da *Linguagem*, qualquer que seja sua materialidade e funcionamento, isso que compreende-se por “subjetividade”, ou pelo termo metafórico proposto – em superstição – nas linhas do relato bíblico, introduzida pela personagem

⁷³ Veremos adiante.

⁷⁴ BENVENISTE, *ibid.*, 285.

Jeová ao chamar de "espírito" isso que conduzia um agente a compreender de modo distinto, ou *subjetivo*, o que se julgava ser, inefavelmente *objetivo*. Acreditamos ser este distinto caráter da *Linguagem*, sua "subjetividade" e "subjetivação", seu aspecto constitutivo mais facilmente relegado ao segundo plano, em prol de um outro qualquer que lhe seja igualmente importante, na tentativa de estudá-la não à partir de sua potencialidade total, necessariamente interdisciplinar, aqui advogada, mas à partir das demandas e possibilidades particulares das oferecidas pelas ferramentas de análise que se elegem e empregam em sua investigação. Por isso, e em razão da economia particular de nossa empreitada, ao engajarmo-nos em considerações estruturais acerca das manifestações da *Linguagem*, com o intento de identificar, por meio delas, aspectos dessa *matriz* que a possibilita e patrocina, optaremos, aqui, priorizar, dentre o possível escopo de suas materializações, seu desdobramento naquilo que, em termos superficiais, nos referimos cotidianamente como "palavra". Isto porque, ademais de materializar-se em sons (como na sirene de uma ambulância), em imagens (como nas placas de trânsito), etc., é a materialização "palavra", e suas intrincadas complexidades associadas, a tecnologia que mais adequadamente nos auxilia na compreensão dos fenômenos específicos que, em um capítulo posterior, nos proporemos analisar. É relevante, contudo, para além da razão instrumental descrita, compreender que o estudo da materialização "palavra", como tudo a que se atribui à *Linguagem*, requer ser reflexionado para além das possibilidades únicas de uma só disciplina, caso não se queira dissociá-la por acidente das potencialidades de sua *matriz*, ao emoldurá-la tal qual é/está. Assim que, na tentativa de evidenciar na *materialização* os atributos da *matriz*, ou seja, ao tentarmos desvendar na "palavra" confirmações efetivas do processo "subjetivador" ao qual chamamos *Linguagem*, nos pautaremos por contribuições distintas, oriundas de campos diferentes do saber, e que, em função de seu objeto de estudo – *Linguagem* – em comum, nos permitirem compreendê-la à luz daquilo que a transcende e que, através desta, se faz denunciar. É, portanto, à partir de tal proposição e economia, que nos parece necessário ponderar a "palavra", em revisitação bibliográfica, através de sua conexão natural com o conceito e funcionamento da *Língua* e, de um modo geral, permeada por contribuições da disciplina lingüística, de um modo geral.

É, hoje, evidente a contribuição das distintas aproximações ao conceito e natureza disso que chamamos *Língua*, na tradição recente dos estudos filosóficos e lingüísticos. De modo que, para citarmos apenas alguns, é muito em função das pertinentes adições e reformulações propostas por pensadores como *Saussure*, *Jackobson*, *Benveniste*, *Wittgenstein*, *Greimas*, *Derrida*, *Foucault*, etc., ao indagarem-se,

em questionamentos diversos, acerca dos mecanismos e/ou implicações disso que chamamos *Linguagem*, através de sua manifestação pelo domínio das "palavras", que podemos, através da observância da mesma materialização, alçar uma mais amadurecida compreensão do conceito de *Linguagem*, e permitir-nos, por consequência disso, atribuir à realidade cotidiana de tais materializações, para além das teorias e abstrações, em um estudo de caso específico, à devida proporção do condicionamento que impõem à realidade experimentável. Assim que, prover uma compreensão mais acertada dos mecanismos da "palavra", através das teorizações da materialização da *Linguagem* na *Língua* – conforme definida à seguir –, é, em realidade, propor pensarmos a *Linguagem* à partir daquilo que possui de constitutivamente *objetivo*, à despeito de sua vocação "subjativadora", logrando, assim, no proposto contato com sua materialização, acessar, pelas frestas que exhibe, a substância da Linguagem que a anima e transcende, seu *ghost in the shell*⁷⁵, do modo como, num denso bosque, se faz interpelar, nos tantos distintos feixes, a luz aquecida do Sol, à quem ali se refugia.

2.1 FIGURAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A "COISA" SIGNIFICANTE.

Se nos norteássemos pela delimitação conceitual do termo *Linguagem* tal qual sustentado pela "*Real Academia Española*", encontraríamos, dentre as sete conotações exibidas, uma única entrada, no verbete de número seis, capaz de, de modo bastante ambíguo, sustentar, por aproximação, o que defendemos ser, de fato, *Linguagem*. Todo o restante se dispõe a, de modo metonímico, reduzir *Linguagem* a distintos aspectos de sua materialização. De um modo geral, sua preocupação nos parece ser a de resumir-la ao domínio da *Língua*, e designá-la, como verbete primeiro, transcendente ao conceito de *phoné*, simplesmente. É certo que, em um momento anterior a este, intentamos discorrer acerca de equívocos conceituais afins, no intuito de melhor compreender o que é *Linguagem*. Todavia, no instante em que a materialização *Língua*, dentre todas outras, nos faz cara, é crucial que, por conseguinte, nos prestemos remontar as motivações de tal recorrência. Pois que, ademais de circunscrever-se em comunicação, em signos, em relações sociais, etc., aproximando, no atribuir que sustenta, *matriz* e *manifestação* ao ponto de *quase* indistinção, é através da *Língua*, e não da *Linguagem*, que nos faz acessar a *coisa* "palavra", e, por essa razão, carece aqui ser tomada com especial atenção. É importante considerarmos que, em linhas gerais, o gerativismo *chomskiano*, como vimos anteriormente, não preconiza à *Linguagem* a existência – predisposta – da "palavra", por si mesma, se não a existência designada de seu *devenir*. A "palavra", tal

⁷⁵ Ghost in the Shell, na obra de Masamune Shirow, é um termo que designa aquilo na máquina que provoca nela a consciência.

qual a compreendemos, coisa signica, acústica, etc., é fruto da *Língua*, e, precisamente, daí é que se originam muitas das contradições referentes a sua relação com a *Linguagem*. É preciso que, à despeito do que habitualmente se concebe a seu respeito, pensar a "palavra" como materialização de uma já existente potencialidade, predecessora à *coisa*, em si, ainda que, não necessariamente, em uma perspectiva cronológica. Levando em conta, uma vez mais, a influência do cânone religioso judaico-cristão, de modo bastante curioso, o relato parece incentivar o equívoco em questão, na atribuição monádica⁷⁶ da *coisa* "palavra", ao deliberadamente despi-la do *ventre* (ou *matriz*) *Linguagem*, anunciando-a como *coisa* primeira, ou nascente, através da qual, junto a Deus, toda outra veio a ser⁷⁷. Eis ai, na concepção de "palavra" como aproximada de Deus, sacralizada, sua inerente atribuição encantatória, mágica, que nos será importante em um momento posterior. No presente momento de nossa empresa, contudo, nos basta compreender que tal perspectiva, necessariamente, contribui em alienação ao favorecer a autonomia da "palavra" ante a matriz *Linguagem*. Por esta razão, desnudá-la em pormenores, na observância de seus processos, nos possibilitará compreendê-la sob o auspício de sua relação com iguais, nisso que, no coletivo de suas intrincadas articulações, compõem o aspecto *Língua* da *Linguagem*. Para tanto, nos validaremos das contribuições de "*Curso de Lingüística Geral*", de *Ferdinand Saussure*, obra de status fundacional para a disciplina que se desenvolveu sob o termo "Lingüística", e que inaugura, no cânone em questão, as sistematizações que fizeram estimular os rumos da disciplina, ao propor pensar a *Língua*, antes de tudo, como *totalidade* (e/ou *sistema*), promovendo uma histórica ruptura no caráter das preocupações e das investigações acerca desta distinta manifestação (*Língua*). Assim que, por sua inquestionável relevância, faz-se necessário pensá-la, aqui, à luz da estruturação que lhe designa, para que, em virtude dos saberes que lhe constituem, estejamos devidamente amparados no percurso investigativo presente, no pensar da *Linguagem* que nos cabe.

2.2 PECULIARIDADES SAUSSURIANAS

É, precisamente, de "*Curso de Lingüística Geral*" a afirmação saussuriana da distinção ontológica entre *Língua* e *Linguagem*, que, embora não se inaugure ali, nos serve de base em nossa empreitada, ao, por marco zero inicial, diante das considerações que são suas, em primeira pessoa do plural, endossar, à nosso favor, que "para nós, ela

⁷⁶ Mônada, no sentido leibniziano, se refere a um átomo que exerce função espiritual, sendo componente inerente de toda realidade física ou anímica.

⁷⁷ "*In the beginning was the Word, and the Word was with God, and the word was God*". "(K. J. V., 1979).

não se confunde com linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente”⁷⁸. Este princípio fundamental do estudo da *Linguagem*, já exaustivamente percorrido no presente trabalho, não carece, aqui, de explicações futuras. É de um segundo atributo contido no “Curso de Lingüística Geral”, ainda mais curioso que este primeiro, que nos carece, aqui, discutir. Pois, segundo Saussure, a *Língua*, em termos gerais, é “ao mesmo tempo, produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”⁷⁹. Assim que, no momento presente, nos carece apontar que, à luz das contribuições saussurianas, a *Língua*, antes de mais nada, necessita ser compreendida como uma manifestação “social”, não natural – não contida na natureza –, e que, ademais disso, diante dos predicados saussurianos, demanda ser compreendida como uma “convenção”, *ou acordo*, termo que, inescapavelmente, demanda a, *ainda que oculta*, presença de um “coletivo” a ela constitutiva. Portanto, para Saussure, a materialização *Língua* é manifestação relacional das potencialidades da *Linguagem*, e *considera*, em um momento inicial, a relevância de cada indivíduo constituidor da convenção que lhe estabelece e sustenta. Em decorrência das assertivas trazidas acima, a *Língua*, fenômeno independente da natureza, demanda ser adquirida, de modo geral, nos primeiros anos de vida humana, e, por fatores diversos, faz-se materializar de modos tão plurais e distintos em relação umas às outras, quanto os próprios agrupamentos humanos ao redor do planeta. Pensá-la como construto social, aos moldes do argumento saussurianos, é indissociá-la do conjunto humano da comunidade na qual se desenvolve, e, desse modo, permitir-nos acessar por suas arestas a vocação “subjektivadora”, “subjativa”, da *Linguagem*. Entretanto, para que seja, de fato, *Língua* – e, por conseguinte, para que seja, de fato materialização da *Linguagem* – não pode ser compreendida como completa “subjatividade”. Daí que, em função de sua melhor compreensão, nos cabe realçar que o sujeito (*ánthropos*) inserido em qualquer das comunidades humanas, se apresenta de forma passiva diante da local *instituição* da *Língua* que aprende, porque lhe cabe recebê-la tal qual é (ou está), já que esta, como vimos, não lhe vêm naturalmente ao nascer ou ao se inserir em uma dada comunidade ao migrar-se. Isto é dizer que, desde a perspectiva do sujeito – da perspectiva de cada um de nós, de um modo geral –, a *Língua* precisa, primeiramente, ser *incorporada*, adotada, assumida, por ele e, em um momento anterior a sua inserção em uma dada comunidade, precisa haver sido *incorporada, adotada, assumida*, etc., também pela própria sociedade

⁷⁸SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. Org. Charles Bally; Albert Sechehaye. Editora Cultrix, São Paulo, 2006.

⁷⁹SAUSSURE, *ibid.*, et. seq.

em questão, *convencionando-se*. Por conseguinte, é correto afirmar que, diferentemente da matriz *Linguagem*, a *Língua*, assim compreendida, não está *no* indivíduo, e que, por assim dizer, tampouco poderia pertencer a um só ser humano, sendo, portanto, correto afirmar que ocupa muito do que, em um momento anterior, estabelecemos por *externo* na *Linguagem*. De modo que, tendo Saussure assim estabelecido o argumento de que a *Língua* possui, por definição, um “caráter social” inerente, sendo, por conseguinte, um tipo particular de “contrato social”, prossegue em sua explanação, pautado pelo cadenciar (subseqüente) de atributos outros da mesma – agora mais acercados às questões de suas *estruturas* que das de *contextos sociais* –, reconhecendo, por definição, ser a *Língua* uma abstração mental, fortemente atrelada a aspectos *internos*, levado a, por fim, de modo não tão distante ao de Benveniste, concluir que “tudo é psicológico na língua”⁸⁰.

Seu viés psíquico, “interno”, para além do que já vimos, se evidencia ao ponderarmos as considerações do autor acerca dos demais elementos envolvidos no funcionalismo dos processos lingüísticos, como, por exemplo, o aparato biológico da fala, já que, segundo Saussure, “os órgãos vocais são tão exteriores à língua como os aparelhos elétricos que servem para escrever o alfabeto Morse são estranhos a esse alfabeto”. Pois que não cabe a *Língua*, por propósito ou finalidade última desta, ser mera produtora de sons ou grafias. Seu objetivo – se é que podemos dizê-lo dessa forma –, parece ser o de se relacionar, em primeira instância, com o humano processo do pensar, propondo-lhe mediações. De modo que, por esta postulação, aquilo de material que emprega e adéqua, embora lhe projete e recolha, não constituem *Língua* ao permiti-la expressar. O que nos vem a ser uma conclusão razoável, haja vista a seguinte declaração de Saussure, em “Curso de Lingüística Geral”:

O papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das ideias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. O pensamento, caótico por natureza, é forçado a precisar-se ao se decompor. Não há, pois, nem materialização do pensamento, nem espiritualização de sons; trata-se, antes, do fato, de certo modo misterioso, de o pensamento-som“ implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas⁸¹.

Por esta razão a *Língua*, tal qual é, não pode ser, ela mesma, *pensamento* e nem tampouco pode ser *voz*, tamanha a complexidade de sua composição. Não pode porque, como a materialização da *Linguagem* que é, e por esta constituir-se de potencialidades de sua própria materialização, ainda atribui-se, como produto legítimo

⁸⁰BENVENISTE, *ibid.*, 285.

⁸¹ SAUSSURE, *ibid.*, et. seq.

desta, de todos os elementos constituidores da matriz Linguagem, e, portanto, faz-se incapaz de encerrar-se em apenas um *meio*. Em outras palavras, é preciso que se saiba, para além das materializações isoladas da *Língua* – sejam elas *internas* ou *externas* –, que não se pode concebê-las como objetos ou ferramentas em função de uma tarefa maior, instrumentalizadas, mas que, tal qual lhes cabem ser, elas próprias, *potencialidades de Linguagem*, também lhes cabem fazer-se constituir somente daquilo que igualmente for *potencialidade de Linguagem*, sendo, portanto, quando pensamento, um tipo Linguagem de pensamento, e quando Som, um tipo Linguagem de Som, ao qual *Saussure* se refere pelo termo "pensamento-som", que nada mais é do que o produto do condicionamento da *Linguagem* manifesta pelo *Som-Pensamento* que lhe denunciam. O que, em termos claros, quer dizer que: nem todo som é *Linguagem*, e, portanto, nem todo som é *Língua*, do mesmo modo que, nem todo pensamento o é, pois tampouco se faz definir, *by default*, como constituinte do que compreendemos por Linguagem e/ou *Língua*. Outro aspecto caro é pensar que, embora *Língua* e *Linguagem* sejam ontologicamente distintas, e sendo a *Língua* uma materialização da *Linguagem*, todavia tal materialização não se dá necessariamente "material", uma vez que também, por razão de seu *devenir*, materializa, imprimindo-se em "coisa", sem que, necessariamente, seja, *Linguagem*. Diante de tais considerações, complexificando os conceitos outrora elencados, é preciso que, primeiramente, compreendamos outras definições saussurianas, instintivamente preliminares, cruciais, para o andamento de nossa apresentação, intentando fazer sentido dos processos de sentido da *Língua* e, em especial, da *coisa* "palavra" que nos carece compreender. Começaremos, portanto, por introduzir aqui o conceito saussuriano de *Signo*, uma de suas mais conhecidas contribuições ao campo dos estudos lingüísticos – termo que, com igual relevância, fez-se desenhar nas contribuições dos domínios da Semiótica, em tipo de empresa não tão distinta aos processos saussurianos, e cuja qual, por razão da própria economia de nosso empreitada, não lograremos abordar.

Assim que, em *Saussure*, o *Signo*, caracteriza-se, primeiramente, por ser "arbitrário", desprovido de motivações, sem constituição *nexo causal* em relação aos artigos que denota. Desse modo, uma vez que não possui vínculo natural com o conceito a ele atribuído – e tampouco com a "imagem-acústica" que lhe cabe –, o *Signo* se constitui na relação entre seu **a) significante** e seu **b) significado**. Um *significado*, assim definido, é o termo saussuriano que diz respeito ao *conceito*, propriamente dito, a que um *Signo* faz referencia. Enquanto que um *significante*, por sua vez, faz referência ao nexo representativo, mental, "interno", que um determinado barulho (como da fala, por exemplo), e ademais disso, extrapolando os limites impostos pelo "*Curso de Lingüística*

Geral”, também nas gestualidades (como, por exemplo, os associados ao que chamamos “Linguagem de Sinais”), na presença dos ícones (como, por exemplo, se instituíram as placas de trânsito, etc.), ou grafia (tal como desempenhada na lógica da escrita. Contudo, para que possamos pensar suas definições para além da própria “lingüística”, é importante que se faça aclarada a distinção entre o que *Saussure* denomina “significante” daquilo que entendemos por “palavra”, uma vez que, ainda que facilmente se façam confundir, não se tratam necessariamente da mesma coisa. Uma palavra é um tomo encerrado, de representabilidade acústica (vocal) ou gráfica (escrita), que, por sua vez, faz-se compor por uma ou mais “significantes”. Se tomarmos como exemplo a *palavra* “subjetividade”, e levarmos em conta seu “significado”, muito provavelmente, haveremos *internalizado* suas “significantes” sem que lhe tenhamos dado maior atenção. Isso porque, trocando em miúdos, a relação entre “significante” e “palavra” é equivalente, na *Língua*, à relação entre os tijolos e paredes nas edificações (construção civil). Assim que, na formação da palavra “subjetividade” e na relação de seu conceituar, seu “significado”, encontram-se ainda outras micro relações inerentes à complexidade de cada *Língua*, constituindo o produto “palavra”, como um *clockwork*. Indicativos diversos (temporais, modais, etc.), prefixos adicionados, sufixos elegidos, apontamentos de gênero (masc. e fem. – quando existentes), de grau, etc., emitem codificações aos “produtos” palavras, e, ao fazê-lo, emitem também idéias – ou componentes basilares destas –, no impressionar dos “significados”. De modo que, tal procedimento sistêmico, por mais intrincado que seja, não pode valorar-se por si, ou designar-se importância em si mesmos, uma vez que cada *Signo*, distinto em suas bases constitutivas, depende exclusivamente dos demais para imbuir-se de valor, já que, em virtude de sua configuração arbitrária e de seu caráter convencional, seu valor “resulta tão-somente da presença simultânea de outros”. Isto é particularmente significativo se consideramos certos nomes próprios vigorantes em nossa própria sociedade, especialmente aqueles que não fazem alusão direta a nenhuma entidade outra, como a título ilustrativo, o nome “Thiago” – meu nome primeiro –, que, independentemente do que possa um dia haver ou não significado (enquanto conceito), se apresenta, na função de código lingüístico, resumido à sua condição de integrante, ou componente, de um vasto agrupamento de *Signos* que se estabelecem por “significantes” de com designações semelhantes – no coletivo arbitrário de um grupo que, por qualquer razão que seja, é responsável por designar *Signos* como nomes –, neste caso em particular, estando ainda constituído, para além do fator acima, a um significante adicional, imanente, que lhe imprime valores de gênero específicos, tornando-o, por fim, distinguido dos demais, e valorado no ato próprio de distinguir-se, como nome masculino.

Assim que, por não designar um objeto, um conceito, animal, uma planta, etc., “Thiago”, diante das regras convencionais da *Língua* que lhe abarca e contém, se habilita a bastar-se pelo que se presta ser: um signo, por contraste e exclusão, destinado à nomeação de indivíduos humanos, um nome próprio, *meu* nome próprio, contudo empregado, de modo irrestrito e injustificado, por tantos indivíduos quanto intencionarem utilizá-lo.

Seu caráter arbitrário, desígnio último de suas associações e empregos, promove, para além de categorias e complexidades outras, a crucial demanda do *Signo* por aquilo que, em termos saussurianos, denominou-se “imutabilidade”. Aí que, antes de aprofundarmo-nos nas especificidades lingüísticas saussurianas, estamos, até aqui, permitidos pensar o *Signo*, *em subtexto*, também como objeto de estudos da Semiótica, já que, antes que se radique em *palavra*, nos carece pensá-lo, *tão logo quanto agora*, como *também* um processo estrutural manifesto da *Língua*, também porque, para além desta, faz-se florescer de modo semelhante em produtos outros da *Linguagem*. Perceba que a “imutabilidade”, tal qual nitidificada por *Saussure*, impulso razoável de auto-proteção dos códigos trabalhados, em especial esta do *Signo* lingüístico, designa o funcionamento pontual de um dispositivo da *Língua* que, como implicado no nome, promove a demanda própria de sua continuidade. Isso porque, como outrora discutimos, se o valor do *Signo* se encontra em sua relação com os demais, logo, a este não interessa que lhe dissolva ou atenuie as fronteiras entre o que designa e o que é designado pelos demais. O risco é demasiado. É preciso subsistir a todo custo. Pois que, em outras palavras, se, por convenção, um “pneu”, antes de mais nada, precisa não ser um “tiro”, ou um “grilo”, ou um “giro”, etc., uma suposta ruptura de suas barreiras, vazando-lhe representações genéricas indiscriminadas, anularia, na particularidade mesma que o torna relevante, seu propósito e peculiaridade. O mesmo vale para o “vermelho” de um semáforo, ou para um grito de socorro, ainda que em uma língua estrangeira. A “imutabilidade” do *Signo* é fato *sine qua non* no desenvolvimento e manutenção da *Língua* saussuriana e critério axial do que constitui aquilo que, em termos próprios do “Curso de Lingüística Geral”, se conhece por “arbitrariedade”. Fator que, por conseguinte, designa um dos aspectos menos dependentes do *subjetivo* (e/ou agência do indivíduo) dentre toda a teoria saussuriana.

Quanto à “arbitrariedade” do *Signo*, para além do que dela discorremos, cabe-nos, agora, apontar que esta, segundo as proposições de *Saussure*, sofre uma reação – de similar impacto e escopo –, na existência peculiar de um *nemesis* causal, que lhe oferece contraponto, no todo (contínuo) de um sistema lingüístico qualquer, culminando em um inevitável paradoxo. Pois que, como vimos, interessa à *Língua*, *tal qual* aos demais mecanismos manifestos da *Linguagem* – como os sinais (de trânsito ou

gestuais) –, enquanto instituição ou convenção, apresentar-se de modo vertical, impositivo, assegurando a condição imotivada, randômica, de sua disposição signica. A título de esclarecimento, é preciso clarificar que os comentários dispostos acima, provocando a teoria saussuriana para além dos domínios da Língua, são o que são: proposições dialógicas entre o campo de estudos de Saussure e manifestações signicas outras, por ele excluídas em sua busca. O exercício da provocação acima apresentado, intenciona, antes de mais nada, antecipar nas discussões acerca das contribuições de Saussure, aquilo que, em um momento posterior, nos servirão de desdobramento desta exposição primeira, sobre a “*Curso de Lingüística Geral*” e o pensamento saussuriano, de um modo geral. Pois, a despeito dos intrincados mecanismos autônomos da *Língua*, ela ainda – e principalmente – se desenvolve em meio a seres irreparavelmente descolados uns dos outros, dissociados entre si, *subjetivos*, autônomos, etc., humanos, e que, ademais da Língua, se arquiteta em coletivo por convenções tão complexas quanto aparentam, eles próprios, poderem ser. Por essa razão, *Saussure*, pensando a *Língua* como item humano e, por conseguinte, também sujeita às mesmas limitações a que estes se prezam enfrentar, constatou que na relação entre *Língua* e tempo cronológico (diacrônico) – o tempo das coisas e das pessoas –, esta, “arbitrária” e “imutável”, ocasiona experimentar modificações estruturais a todo o momento, sejam elas atualizações, regulagens, inserções, omissões, etc., seja na transição “vosmicê” x “você” – exemplo emblemático da história da língua portuguesa – ou no caso peculiar da palavra/verbo “arredar”. O fato de a *Língua* ser modificável, passível de interferência – e reescrituras mil –, justamente por, como o humano, se sujeitar aos processos do tempo, acentua em nossa apresentação sua característica mais essencial e curiosa: a de se tratar de um fenômeno coletivo, um constructo social, sujeitado a, independentemente de sua arbitrariedade, poder *desarbitrarizar-se*, por assim dizer, quando e como lhe convier fazê-lo, já em seu campo social. Em sua “Sincronia” – naquilo que não se submete ao deslocamento contínuo inerente à passagem do tempo –, a *Língua*, por definição preliminar, caracteriza-se por sua imutabilidade e resiliência, *sustentando as configurações que lhe atribuem exatamente como são ou estão*, regulando em normativas a coerência do sistema. Concomitantemente, quando pensada à partir de referenciais temporais não “sincrônicas”, naquilo que Saussure conceitua por “diacronia”, ela experimenta mutações e/ou atualizações distintas, em função própria de sua *pervivência*: sua continuidade. E este é, precisamente, o fluxo constitutivo das manifestações lingüísticas, de modo específico, e do *Signo* de modo geral: sua inerente relação dinâmica entre *normativa* e *interferência*, seu constituir, parêlo, de *códigos* (Signos, regras, etc.)

em relação uns com os outros. Fazendo-se, nas entrelinhas, mutável e subjetivada, mesmo antes de considerar a distinção saussurianas de *Langue x Parole* – ou *Língua instituição*, gramática, etc., VS. o uso pessoal de um indivíduo específico diante dessa *instituição* – que, por vias de "*Curso de Lingüística Geral*", se fez notória. Nos interessa, portanto, estressar que, optando por, do modo como elegeu Saussure, ignorar as variações particulares das performances de um indivíduo específico – por serem numerosas e por intervirem, individualmente, de modo quase insignificante diante do todo da *Língua* –, ao optar abordar a totalidade *Língua*, ainda não a encontramos segregada de "subjetividade". Ou seja, ao ignorar-lhe o processo lingüístico individual de um sujeito em seu particular, condição máxima de subjetividade, não encontramos plena "objetividade" na *Língua*, e isso porque, como discutimos em um momento anterior, sendo a *Linguagem* subjetivadora, ao materializar-se nos processos da *Língua*, atribui-lhe com aquilo de seu que possui. Ademais, caso a tomássemos desconsiderada da *Linguagem*, ao percebêmo-na constituída por "convenção", a despeito de sua arbitrariedade, já aí a veríamos, em paradoxo, dependente de um sujeito, ou simplesmente subjetiva, psicológica. Pois, "tudo na língua é psicológico"⁸².

2.3 O CONCEITO DE "FIGURAÇÃO" EM WITTGENSTEIN.

Munidos, portanto de um conhecimento maior acerca do funcionalismo estrutural da *Língua*, como manifestação e manifestante de *Linguagem*, imbuídos de um senso mais aprimorado da *coisa* "palavra", substância "pensamento-som" indivisível ao processo estudado, nos carece agora pensá-la não apenas em relação à outras, num sistema de signos – como no de "*Curso de Lingüística Geral*" –, mas em relação à aquilo que designam para além de si mesmas. Com Saussure, nos aproximamos do *signo* e o compreendemos "arbitrário", percebemos que, mesmo coerente em si mesmo, se compõe por "significantes" diversas, e que, na própria estrutura da *Língua*, se fazem processar valores, firmarem-se conexões, estabelecerem-se pressupostos, etc. Mas o método saussuriano, em contrapartida, por si só, não nos auxilia na tarefa de compreender a relação entre o que de fato *existe*, e aquilo que, através da "palavra", se faz *significar*. Por conseguinte, é do jovem *Wittgenstein*⁸³, em seu "*Tractatus Lógico-Filosoficus*"⁸⁴ as

⁸² BENVENISTE, *ibid.*, 285.

⁸³ Ludwig Joseph Johann Wittgenstein foi um filósofo austríaco, naturalizado britânico, considerado um dos principais atores da virada linguística na filosofia do século XX. Suas principais contribuições foram feitas nos campos da lógica, filosofia da linguagem, filosofia da matemática e filosofia da mente e suas teorias impulsionaram um movimento filosófico chamado "filosofia da linguagem comum".

⁸⁴ O "*Tractatus Logico-Philosophicus*" ("Tratado Lógico-Filosófico") tinha o objetivo amplo de identificar a relação entre linguagem e realidade e para definir os limites da ciência. Foi influente, principalmente entre os positivistas lógicos do Círculo de Viena.

considerações que, doravante, nos embasam no trajeto presente, ao nos propor considerar a relação entre a *coisa* (ou entidade) "palavra" e aquilo que "existe" no mundo, ou, em um âmbito mais geral, a relação entre a "Linguagem" e o que entendemos por "Realidade". Wittgenstein, sujeito emblemático do cânone da filosofia contemporânea, acreditou, no "*Tractatus*", haver solucionado todos os problemas da Filosofia, ao explicitar a relação entre os produtos da *Linguagem* e a natureza da *Realidade*. Tal postulação, ainda que argumentavelmente ingênua, muito nos agrega no difícil percurso que constitui o momento presente de nossa empresa, ao indagarmos sobre a potencialidade *Linguagem* e seu efeito no mundo. Nosso objetivo, ao nos voluntariarmos na revisitação de aspectos do "*Tractatus Lógico-Filosófico*", contudo, não é o de, necessariamente, *solucionar* problemas filosóficos, se não que, através de tal visitaçã, possibilitarmos a compreensão de características da *Linguagem* – através da materialização "palavra" – que não se fizeram transparecer por intermédio de outros esforços, aqui elencados. Neste sentido, embora infrutífero em alguns âmbitos, o "*Tractatus Lógico-Filosófico*" de Wittgenstein faz-se, em função mesma de sua importância, cara contribuição aos propósitos de nossa investigação, e aos estudos da *Linguagem* de um modo mais amplo.

Para que intentemos compreender a relação entre *Linguagem* – e, em especial, sua materialização "palavra" – e o mundo em Wittgenstein, é preciso que, primeiramente, compreendamos que uma das dificuldades impostas pelo "*Tractatus*" é a atenção redobrada que demanda de seu leitor diante dos subseqüentes conceitos escalados pelo autor. Pois Wittgenstein, em seu livro inaugural, diante de sua explanação acerca de nosso objeto de estudo, organiza seus predicados estabelecendo e relacionando referenciais seus, organizando novas alcunhas, em sua retórica, referindo-se a fenômenos já trabalhados anteriormente por outros autores da tradição. Assim que, por exemplo, no linguajar do "*Tractatus*", referir-se a "figuração" ou a "proposição", é, de um modo menos particular, referir-se a processos conhecidos, experimentados diariamente, e que, em Wittgenstein, recobram características lógico-analíticas não tão acessíveis, pouco óbvias, e que, por benefício, fazem expandir em sua obra problemáticas centenárias. Por essa razão, durante a visitaçã aqui proposta, intentaremos, em brevidade, designar à exposiçã que segue, uma atenção diferenciada no sentido de, na medida do possível, respeitar a seqüência argumentativa que arquiteta, uma vez que, de modo especial, no "*Tractatus*", de modo semelhante à maturaçã de uma flor, mais que no *ponto-final* ou conclusã de seu escrito, é no desenvolvimento de seu processo, na cadência particular de sua argumentaçã, na complexificaçã de suas

ferramentas de análise, que nos faz singularmente relevante a empresa presente, ainda que de modo menos intuitivo.

Na relação *Linguagem e Realidade*, no *Wittgenstein* do "*Tractatus*", antes de mesmo de indagarmos acerca desta primeira, é preciso que saibamos como, na arquitetura de sua obra, se conceitua o "real", para que, por conseguinte, nos questionemos, não acerca da Linguagem, em primeira instância, mas à respeito do teor disso que, tão gratuitamente, nos referimos por "relação". Todo o resto, todas as demais definições e conceitos, nos parece organizados de modo subserviente a este embate primeiro – e, por conseguinte, é exatamente o que *Wittgenstein* intenta realizar no primeiro tomo de seu livro. Para ele, isso que chamamos "mundo" – o equivalente aproximado de "realidade" – é "tudo o que ocorre"⁸⁵, a totalidade das coisas que *acontecem*, e a este *acontecer das coisas*, *Wittgenstein* atribui o termo "fato". Desse modo, pensar o "mundo" é pensar no produto dos "fatos", pois, assim explicitado, faz-se constituir por eles. Diante de tal postulação, é comum que nos indaguemos – em alternativa a afirmação do autor – se não seria mais fácil compreender o mundo, ao invés de por *totalidade dos fatos*, como compondose pela *totalidade das coisas*. Há uma razão boa para isso; uma que, ao ser compreendida, muito nos auxilia. O fato de *Wittgenstein* afirmar ser o mundo a *totalidade dos fatos* é pela relevante constatação de que o "mundo" não se dá, tal qual é, a partir de um somatório ou inventário de coisas, pois a distinção *coisa x fato* no "*Tractatus Lógico-Filosoficus*" já em sua gênese nos acerca do caráter fundamental da *Linguagem* e, em paralelo, do próprio "mundo" ou realidade. Pois, nas palavras de *Wittgenstein*, "o mundo se resolve em fatos", e o "fato", ou *ocorrência de coisas*, é, ali, definido como "o substituir dos estados de coisas". E é a partir dessa conceituação sua, denominada "estados de coisas" que a relação em questão se faz evidente, uma vez que atribui ao "estados de coisas" a inerente ligação – ou relação – entre os objetos (coisas) que *existem*, o que, por consequência de seu argumento, imprime, por condição primeira de sua existência, a realidade de um continuo trânsito, e, por conseguinte, diante dos argumentos elencados no decorrer de nossa empreitada, a possibilidade primeira de um *narrar*. Assim, pra que o mundo (ou a realidade) não seja uma espécie de censo ou inventário, faz-se "essencial" que as coisas (no *mundo* ou *realidade*) possam ser "parte constituinte de um estado de coisas". Pois, diante de tal predicado, "não podemos pensar nenhum objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros", e, por desdobramento, "se posso pensar o objeto ligando-o ao estado de coisas,

⁸⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Cia. Editora Nacional, v. 10, USP, São Paulo, 1968, p. 55, et. seq.

não posso então pensá-lo fora da possibilidade dessa ligação". Assim que: "cada coisa está como num espaço de estados de coisas possíveis. Posso pensar este espaço vazio, mas não a coisa sem o espaço". De modo que, desde os primeiros momentos do "*Tractatus*" nos deparamos com uma campanha deliberada em prol da evidenciação da materialidade das coisas do mundo, para além das abstrações filosóficas, em estado de plena correlação. Por conseguinte, uma vez compreendido as proposições elencadas, é crucial que, em relação à coisa (objeto), se entenda que "a possibilidade de seu aparecer nos estados de coisas é a forma dos objetos", ou seja, que, *à priori*, "ao serem dados todos os objetos, dão-se também todos os possíveis estados de coisas", pois "se conheço o objeto, também conheço todas as possibilidades de seu aparecer em estados de coisas", de modo que, por fim, caso, como se afirma, haja uma possibilidade de forma(s) do objeto(s), mediada pelas possibilidades de sua relação com outros, logo, é preciso que haja também uma "substância" ou materialidade no mundo, e que, por assertiva mesma, tal substância se faça existir pela própria relação dos objetos⁸⁶. É isso que implica *Wittgenstein* em seu argumento primeiro, e, por desdobramento natural, é isto também que lhe embasa na argumentação posterior de que, para além das potencialidades naturais da *Linguagem*, e, por conseguinte, da "figuração" – termo que introduziremos em instantes –, é preciso haver um "mundo" ou realidade ao qual tal instância, necessariamente, se submeta ou *aterrisse*. Pois, se assim não fosse, e o "mundo não possuísse substância", logo, "para uma proposição ter sentido dependeria de outra proposição ser verdadeira" sem aferências externas. Tanto que, como conclui o autor, "seria, pois, impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa)", não fosse a falsidade da assertiva. Desse modo, em retomada, a existência dos objetos patrocina o existir da "forma fixa do mundo", uma vez que, tal qual explicitada, tal "forma" possibilita também a "estrutura" do mundo, e a "estrutura", por sua vez, "é constituída pelo estado de coisas". É considerando tais afirmações, axiomáticas em essência, que nos faz possível compreender, em função da empresa presente, que "se houver objetos, pode haver forma fixa do mundo" e que, se houver "forma fixa no mundo", portanto, "um mundo, pensado muito diferente do real, deve possuir algo — uma forma — comum com este mundo real" e é em função de tal necessidade anunciada que *Wittgenstein* nos instrui acerca do conceito de "figuração", a potencialidade da representação dos "estados de coisas", ou "fatos" do mundo, através do processo *figurativo* da *Linguagem*.

⁸⁶ Para aprofundamento nesse tema ver John Searle em "Mente, linguagem e sociedade: filosofia do mundo real".

Assim que, se é possível compreender o mundo através da relação entre os objetos, os "estados de coisas", logo, é igualmente possível determinar o que é ou não real, pautando-nos pela "totalidade dos subsistentes estados de coisas", ou pelas possibilidades que, de algum modo não explicitado, logram subsistir. Este é o mundo na concepção de *Wittgenstein*, uma vez que a "totalidade dos subsistentes estados de coisas determina também quais estados de coisas não subsistem", sagrando, assim, através dos sucessos em questão, concluir – e conceituar – "realidade" como a "subsistência e a não-subsistência dos estados de coisas", de modo que, por conseguinte, faz-nos compreender que, de modo bastante claro, "a realidade inteira é o mundo". Assim que, propor uma aproximação ao conceito de "figuração" em *Wittgenstein*, é supor a possibilidade de "um modelo da realidade", onde, em tal modelo, "os elementos da figuração substituem nela os objetos", representando-os, não em forma física, como réplicas, mas em uma forma figurada, como *Linguagem*. Assim que, se o ser humano é também objeto constituidor do mundo, e, portanto, designado um "estado de coisas", logo, também "a figuração é um fato" e, portanto, "enlaça-se com a realidade; deste modo: estendendo-se para ela". É precisamente aqui que *Wittgenstein*, de modo gradativo, institui seu *antídoto aos males da Filosofia*, ao discorrer sobre o que estabelece por "figuração", uma vez que é justamente a partir desta complexidade que se permite estabelecer, quatro tomos mais tarde, em axioma único, o juízo escatológico que faz recair sobre a *Linguagem* e suas tantas possibilidades, ao estabelecer o que, por seu intermédio, se deve ou não dizer⁸⁷. Por isso, diante dos predicados do "*Tractatus*", a "figuração", na condição de "modelo" ou representação da realidade, "concorda ou não" com ela, e, por conseguinte, constitui-se "correta ou incorreta, verdadeira ou falsa", pois, de modo mais claro, é "na concordância ou na discordância de seu sentido com a realidade que consiste sua verdade ou sua falsidade". Em resumo, através dos preceitos do "*Tractatus*", a receita para a aferência da "figuração" é o sucesso ou não de sua capacidade de oferecer-se enquanto modelo, ou seja, que "para reconhecer se uma figuração é verdadeira ou falsa devemos compará-la com a realidade", porque, "não é possível reconhecer apenas pela figuração se ela é verdadeira ou falsa", pois que, já por princípio, não pode haver "figuração" que, sem referencial, possa *figurar* apropriadamente, uma vez que é mediante a *representação* que se pode saber ser uma *representação* apropriada ou não. Conclui-se, portanto, que "não existe uma figuração a priori verdadeira", e tal conclusão, diante dos caminhos de nossa empresa, nos parece sobremaneira valiosa. Pois, uma vez nitidificado o conceito de "figuração" em *Wittgenstein*, e suas axiais propriedades, podemos, através de seu

⁸⁷ Sobre este tema ver o sexto e o sétimo tomo do *Tractatus Logico-Philosophicus*.

estabelecimento, considerar, finalmente, o caráter da *Linguagem*, o da "palavra" e o do pensamento, do modo como nos é cabido.

Em *Wittgenstein*, a "figuração" representa o "estado das coisas", os fatos que compõem a "realidade", que, por sua vez, é o "mundo" e as "coisas" que nele são. "Figurar", também, como previsto, é reverberar "estado de coisas", ocasionando, por si, ser "fato", *estendendo-se para a realidade*. Assim que, diante de tais assertivas, o "pensamento é a figuração lógica dos fatos". Pois se a "figuração pode afigurar qualquer realidade cuja forma ela possui", então "o que cada figuração, de forma qualquer, deve sempre ter em comum com a realidade para poder afigurá-la em geral — correta ou falsamente — é a forma lógica, isto é, a forma da realidade", assim, ao introduzir o pensamento na metonímia "lógica", *Wittgenstein* estabelece que a coerência na relação entre "figuração" e "afigurado" (coisa representada) se dá de modo a reproduzir-se também no modo como se constitui o pensar, o que é propriamente dizer que, ainda que deliberadamente tentássemos, "não podemos dizer como pareceria um mundo "ilógico"", pois, por vias do possível, "a figuração representa uma situação possível no espaço lógico", somente. Daí que, por não nos ser permitido avançar em demasia nas proposições do "*Tractatus*", em função da economia particular de nossa empresa, cabe-nos, por conseguinte, à partir dos pressupostos trazidos em recorte, concluir a presente visitação com elementos do terceiro e quarto tomos do livro, naquilo que se concretiza, de modo obscuro, nas considerações acerca da *Linguagem* que, mais particularmente nos compete reflexionar. Consideremos, portanto, antes disso, que se "um estado de coisas é pensável", logo, "podemos construir-nos uma figuração dele"; daí que, por razão disso, se nos é possível pensar em "estados de coisas", e que tal *pensar* constitui um "fato", logo, tal "pensamento contém a possibilidade da situação que ele pensa", já que, segundo o "*Tractatus*", "o que é pensável também é possível". Desse modo, a própria "possibilidade" de um pensamento já lhe seria o suficiente para que à seu respeito se dissesse ser *verdadeiro* ou *falso*. Já na própria lógica do pensamento, sem que, necessariamente, lhe contrastemos à alguma realidade material específica, pode-se saber se um pensar é real ou não, ou melhor, "se a verdade dele [é] reconhecível a partir do próprio pensamento", e a ciência disto, no percurso atual de nossa empresa, se faz impreterível.

No conceito "proposição", de modo enigmático, *Wittgenstein* nos oferece um desafio especial ao que diz respeito às especificidades de sua conceitualização. Não nos é claro se por "proposição" *Wittgenstein* se referia ao que aqui defendemos ser *Linguagem*, de modo direto, tal qual o construímos, ou se pelo termo, se referia a alguma

potencialidade específica desta – como a *Língua*, por exemplo. Fato é que, diante de tal impossibilidade, na ambígua designação de sua referência, saibamos, também, não se tratar de uma incongruência. Pois, ainda que, particularmente, nos comprouve investigá-la em oportunidade posterior, nos basta, contudo, na presente instância, estabelecermos que por "proposição", no quinhão do "*Tractatus*" que lhe é devidamente designado, *Wittgenstein* intentou compreender a relação entre os "signos" – de um modo aparentemente não muito dissociado às postulações de *Saussure* sobre o mesmo fenômeno, por exemplo –, assim que, por razão de nosso percurso pregresso, e em função da economia que nos designa, não nos carece, em por menores, distinguir o quanto da *matriz (Linguagem)* – tal qual a concebemos – se faz circunspeta no termo "proposição", ou se designa, de um modo menos amplo, um aspecto metonímico desta. Pois, uma vez que tal distinção não, necessariamente, constitui relevância (interna) no escopo conceitual que designa, e que, desde nossa perspectiva, nos interessa apenas em função do que atribui à interação do "signo" com aquilo que chama de mundo, resigna-se, portanto, em relação às postulações que outrora construímos, a indicar caminhos futuros, em um possível desdobramento de nossa empresa, em um momento futuro propício. Todavia, no desenvolvimento presente que nos constitui, a "proposição", segundo *Wittgenstein*, se estabelece pelo "signo proposicional em sua relação projetiva com o mundo". É crucial que se compreenda que, por "projetiva", *Wittgenstein* se referia, ainda que reservadamente, em caráter embrionário, à possibilidade (ou potencialidade) de um fenômeno tal qual a *enunciação*, ou, como veremos adiante, como aquilo que, em *Greimas*, se faz conhecer por "veridicção", uma vez que ao considerar a projeção de um "signo" – da morada do pensamento ao meio externo –, há de se considerar, também, em maior ou menor intensidade que, por "proposição", não se faz designado "uma mistura de palavras", já que, como adjetivada por *Wittgenstein*, "é articulada" do mesmo modo como, por comparação, "o tema musical não é uma mistura de sons", e sim um complexo em si. Pois, diante do fenômeno da "projeção", seu conteúdo, portanto, se resume, em termos constitutivos, a tudo aquilo "que pertence à projeção, não, porém, o que é projetado", do modo como a palavra designa o mundo sem, necessariamente, agregar à *Língua* os objetos que designa. Ademais, "está contida na proposição a forma de seu sentido, não, porém, seu conteúdo", o que, como outrora se fez estabelecer, preconiza na *Linguagem*, ou no aspecto "proposição" desta, tudo aquilo que não é, de fato a coisa em si, se não sua representação ou "modelo", substância da metonímia que, por representação, designa a potencialidade da *Linguagem*, como um todo. Assim, em concomitante inflexão, ao nos apresentar seu conceito de "signo", ou, como vimos, "signo proposicional" – nesta

léxica explicitação de sua dependência para com a potencialidade da "proposição" –, *Wittgenstein* nos convida a, para além de sua concepção escrita, os perceber como "composto de objetos espaciais (tais, como mesas, cadeiras, livros)", pois, como esclarece adiante, "nenhum signo isolado e autônomo possui denotação", e, como o todo do "*Tractatus*" parece indicar, é por sua relação com o mundo que logra ser aquilo que é. Pois "o que no signo não vem expresso é indicado pela aplicação", de modo que, diante daquilo que não se faz implícito no signo, o contexto de seu emprego lhe designa, ou, pelos termos próprios do "*Tractatus*", pode se dizer que "o que os signos escondem, a aplicação exprime". E daí sua condição indissociável a realidade.

Por tais razões, em conclusão, é crucial saber que a "proposição", em *Wittgenstein*, é força que "possui sentido", e que o "signo determina uma forma lógica somente junto de sua utilização lógico-sintática". Por razão disso "nenhuma proposição pode assertar algo sobre si mesma" uma vez que o "signo proposicional não pode estar contido em si mesmo", e que, como vimos, não se contendo, tampouco substituí-se pela coisa que designa. Por vezes, diante de uma abordagem menos paciente do "*Tractatus*", pode-se pensar que este se contradiz à medida que avança em complexidade. Tal impressão, obviamente equivocada, traduz, contudo, um aspecto crucial da arquitetura de *Wittgenstein*, que muito nos ensina à respeito da possibilidade mesma de abordar a *Linguagem*, de modo direto ou indireto, em trabalho intelectual. Pois que, como o próprio "*Tractatus*" presta testemunho, prestar-se a abordar, em campo investigativo, a potencialidade *Linguagem*, é fazer evidenciar, em seus argumentos e reflexões, sua pluralidade disciplinar inerente, e sua vocação *externa x interna*. Daí que, nas considerações que promove, "o signo proposicional", *entidade fluxo*, uma vez "empregado e pensado", não apenas constitui adorno, mas define, em termos gerais, o que *Wittgenstein* entende por "pensamento". Desse modo, compreendemos que, no "*Tractatus*", "o pensamento é a proposição significativa" e que, de um modo particularmente relevante – em função das preocupações que constituem a presente empresa –, "a totalidade das proposições é a linguagem". A esta altura, se, em um momento imediatamente anterior, nos indagávamos acerca dos limites possíveis do conceito *wittgensteiniano* de "proposição", é no tomo 3 do "*Tractatus*" que, de modo mais explícito, fazemo-nos, de fato, contemplados. Pois que, no percurso trilhado ante os caminhos conceituais de "proposição" – e incluíamos aqui a própria concepção de "figuração" mais facilmente circunspecta –, nos é dado encontrar, nas palavras de *Wittgenstein*, apoio e incentivo aos preceitos que, na presente empresa, propriamente nos inauguraram. Assim que, ao propormos visitar suas contribuições em recorte,

validaremos, como em retrospectiva, aspectos cruciais de nossa proposição, em preparação à conclusão que, em momento oportuno, apresentaremos.

Nos primeiros momentos de nossa jornada, estabelecemos que, já na constituição do humano – em primazia às tantas materializações da *Linguagem* –, fomos (e somos) *constituídos por e em Linguagem*, de modo que a associamos, em argumento exposto, ao conceito antropológico de cultura. No "*Tractatus*", em rara explicitação, Wittgenstein nos elucida que "a linguagem corrente forma parte do organismo humano e não é menos complicada do que ele", assim que não sabemos ao certo se, para ele, o processo se concebe em *zoom out* – como propomos observá-lo em um primeiro momento no presente estudo –, ou em *zoom in* – como, por exemplo, *Benveniste*, não se valendo de ferramentas de análise de outros campos de saber, que não os que constituíam a disciplina que melhor lhe caracterizava. Independentemente da dúvida, a constatação segue em claro suporte: "o homem possui a capacidade de construir linguagens nas quais cada sentido se deixa exprimir". Com *Saussure*, *Wittgenstein*, compartilha a noção de "arbitrariedade do signo", fazendo complementar – através da filosofia – aquilo que *Saussure* nos exhibe em lingüística. O usuário da Língua, em *Wittgenstein*, se mune das potencialidades a ela inerentes, "sem contudo pressentir como e o que cada palavra denota. — Assim se fala sem saber como os sons singulares são produzidos". Todavia, em relação a um ponto específico de sua apresentação, ofereceremos contraponto. Pois Wittgenstein, sob a lógica de seu argumento, acreditava que, por conseqüência das relações aqui transcritas, "a linguagem veda o pensamento", pois não se deixa compreender à partir de seu exterior. Auspiciado pela metáfora que segue, *Wittgenstein* arrazoia seu prognóstico acerca da impossibilidade do acesso à linguagem, já que "do mesmo modo, não é possível concluir, da forma exterior da veste, a forma do pensamento vestido por ela", assim que, em conclusão, nos diz que "a forma exterior da veste não foi feita com o intuito de deixar conhecer a forma do corpo". Desse modo, na razão última de nossa apresentação acerca do conceito e o processo da "figuração" em *Wittgenstein*, nos cabe dizer que, se não concordamos com o referido prognóstico, não é por razão de incorreta evolução do mesmo, se não que, conforme defendido anteriormente, falhar em reconhecer na materialização da Linguagem sua irreduzível metonímia, é, por conseguinte, produzir equações precisas, com valores não tão precisos. De modo que, se, em Wittgenstein, a conclusão concebida diante de *uma veste que não revela a forma do corpo* é assumir que tal veste, por razões obscuras, é por essa razão estruturada, em nossa concepção, baseando-nos nas contribuições que aqui nos precedem, não é a veste *Linguagem* que se faz obscurecedora da forma

pensamento, e sim que, por outro lado, não há, de fato, como no Édem, razão alguma para pudores, já que, em si mesma, *subjetiva*.

Eis aí a natureza de nossa insegurança diante do termo "proposição", por não fazer-se explícito, tanto quanto nos interessa, a relação entre *Linguagem* e *subjetividade*, embora nos permita inferi-la em todo seu processo. Em resumo, clarifiquemos que, no "*Tractatus*", a relação entre "proposição" e o conceito que dele, de fato, nos interessa – o de "figuração" –, se dá sem mediações, pois, para *Wittgenstein*, já "a proposição é figuração da realidade" e, portanto, designa, no pensamento, "o modelo da realidade", seja de forma escrita ou pensada, ou falada. E que, por não nos ser clarificado se, para *Wittgenstein*, a Linguagem se faz concebida como potencia maior que a própria "proposição", o conceito de "figuração" nos serve de modo particularmente desafiador, porque, como vimos, se faz condicionado ao conceito de "proposição". Assim que, em "proposição", nos bastará compreender que se resume a uma "descrição de um estado de coisas" e que, portanto, nos magnífica, em suas particularidades, o processo que, de fato nos importa, que é o de "figuração". Desse modo, diante das contribuições de *Wittgenstein* – conforme introduzidas, aqui, pelas de *Saussure* –, e diante da economia particular de nossa apresentação, nos caberá resumir a proposta visita ao "*Tractatus*", em preparação ao aspecto próximo de nossa empreitada, no ponto em que logramos chegar. Assim que, de modo peculiarmente provocativo, concluiremos nossa presente visitação, com a reflexão de *Wittgenstein*, que melhor nos exima ou condene, diante dos conflitos que nos pautam, já que, segundo ele, "a maioria das questões e das proposições dos filósofos se apóiam, pois, no nosso desentendimento da lógica da linguagem". Assim que, em *Wittgenstein*, pensar a relação *Linguagem* e "mundo", mais além dos pormenores que postula, é pensar, metonimicamente, o fenômeno da "figuração", e sua relação com as demais forças de sua ontologia – como a "proposição", o "signo", etc. E que, de modo particular, nos possibilita aplicar os pressupostos de *Saussure* – dedicados à compreensão sistêmica da materialização *Língua*, da *Linguagem* – à peculiar atividade humana da "figuração", tal qual explicitada por *Wittgenstein*, de modo a, para além de seus pontos conflituosos específicos, possibilitarem-nos pensar a *Linguagem* por uma mais ampla consideração – interdisciplinar – de seus mecanismos.

3 SUBJETIVIDADE COLETIVIZADA: ELEMENTOS ESTRUTURAIS DENUNCIATIVOS.

Se pela "figuração", na *Linguagem*, fazemos sentido dos fatos, – na condição mesma de fato –, é preciso que tal processo, legítima atribuição da potencialidade *Linguagem*, evidencie também em sua estruturação os atributos "subjettivos" e/ou "subjettivadores" da matriz *Linguagem*. Diante disso, as considerações acerca das contribuições de *Saussure* e *Wittgenstein* acerca do "signo" em seu processo de "figuração", nos permitiram considerar o *devenir* matricial *Linguagem* – que chamamos aqui "potencialidade" – também à partir de sua micro estrutura, materializada, no elencar das frações que lhe configuram. Tal compreensão, para além de instrutiva, comunica, em pormenores, que a *Língua*, naquilo que se confunde à *Linguagem*, como um queijo suíço, configura-se pela substância de seu sistema operacional e simultaneamente pelas frestas que lhe modulam. Conclusivamente, é através de tais frestas que, para além da materialização *Língua*, percebemos a presença de uma potencialidade outra, de nome *Linguagem*, cuja atribuição mais relevante, para o todo de nossa empresa, é configurar "subjettividade" a tudo o que possibilita *vir a ser*. Daí que, para além das descrições de seu funcionamento – seja através do modelo lingüístico saussuriano ou do refletir filosófico de *Wittgenstein* –, por todo o percurso que nos define, optamos por negligenciar as contribuições individuais dos sujeitos ou indivíduos nos processos referidos da *Linguagem* – na distinção melhor exemplificada por *Saussure*, na dicotomia *Língua x Fala* –, com o intuito de, desde sua configuração ontológica, conceitual, mais facilmente associável ao campo do "objetivo", a explicitássemos, desnuda, irremediavelmente "subjettiva" e/ou "subjettivadora". Daí que poderíamos agora, munidos de um conhecimento maior a seu respeito, convencidos de seu processo "subjettivador", "subjettivo", e seu caráter *materializador* – seja acústico, seja lexical, seja semiótico, etc. -, indagarmo-nos, em contraponto, sobre sua "objetividade", uma vez estabelecida a sapiência de seu oposto nos processos que exhibe. Quando dizemos aqui que a *Linguagem* é "subjettiva", é preciso que compreendamos que não se trata de um emprego do termo "subjettivo" que lhe permita ser compreendida como algo *não existente*, ou não *objetivamente comprovável*, pois se trata de uma realidade objetiva, mesmo sendo, nas palavras de *Searle*⁸⁸, "ontologicamente subjettiva". Daí que, por "subjettiva", queremos dizer que a *Linguagem* se opõe, não enquanto fenômeno, ou ocorrência, já que, sim, existe e, sim, pode ser aferida objetivamente, mas na condição de *fenômeno específico* cujo atributo é *negociar subjettividades*. Por essa razão, os enunciados do capítulo presente, de modo breve, consideram aspectos adicionais da estruturação e funcionalismo da *Linguagem materializada* que, a despeito de sua aparente "objetividade"

⁸⁸ Ver capítulo 4: O CHIRRÍN CHIRRIÓN NO PLANALTO.

configuram processos "subjativadores" latentes. É óbvio que, no intuito presente, não nos caracteriza a pretensão de apontar, em detalhes, as origens ou as condições para o ocasionar dos processos subjetivos que a constituem para além do que já elencamos, pois que, aqui, nos interessa, na condição investigativa que nos é cabida, apenas constatar que no processo de *materialização a Linguagem*, matriz, se faz transparecer em vigor, tal qual, num bosque, das copas altas das árvores (sólidas), a luz do sol, em radiância, se faz perceber. Desse modo, se através do exame da *materialização* – qualquer que seja –, como visto em Saussure ou Wittgenstein, por caminhos distintos, podemos ver transparecer, através de si, aquilo que não é, necessariamente *materialização*, como no exemplo do bosque, é, necessário que, haja, na condição própria da *materialização* um impulso ou propriedade que não seja, ele mesmo, *transparência*. O que é dizer que, por coerência, haja na Língua, no Cinema, na Literatura, etc., dispositivos suficientes para que se possa *ocultar e/ou explicitar* a "subjetividade" que lhe transfere a *Linguagem*. Pois que, assim como num dia de verão buscamos frescor ante a sombra qualquer de um arvoredo, sem que no ato o Sol deixe de existir, assim também a *materialização da Linguagem*, diante de sua matricial "subjetivação", interpõem-se em recorte, no equivalente "figurativo" da *sombra de nossa hipotética árvore*, nisso que se entende "objetivo" à seu respeito. É comum acreditarmos que o termo "objetivo" denote, simplesmente, aquilo que transcenda os limites ou fronteiras do "sujeito", encontrando, no coletivo, o termo que, por razões distintas – sobretudo em função da mentalidade científica⁸⁹ –, ocasionou ser sinônimo de "verdade", ou, de modo indistinto, "verdade objetiva". Todavia, como se pode atestar na existência mesma de cultos religiosos, células terroristas, etc., o conforto do *coletivo*, simplesmente, não elimina ou inibe o vigor máximo da "subjetividade". Daí que, como veremos aqui, por ser a *materialização* uma "convenção", ainda que munida de "sombra" – ou "objetivação" –, já no coletivo uso de sua potencia, atuam-se, por vezes imperceptivelmente, elementos estruturais de viés, intrinsecamente, "subjativadores". Por conseguinte, diante das exposições cadenciadas à seguir, consideraremos, à partir de abordagens distintas, mecanismos da *materialização* que nos pareçam ser, tal qual a *matriz Linguagem*, em si mesmos, "subjativadores".

3.1 "RELATIVIDADE LINGUÍSTICA" MAIS ALÉM DE "A CHEGADA".

⁸⁹ Falaremos sobre isso adiante.

"Relatividade Linguística"⁹⁰ ou "*Sapir-Whorf hypothesis*"⁹¹, é uma interpretação da relação entre a materialização *Língua* e o mundo que existe, que designa às diferenças entre as distintas "linguagens, gramáticas e vocabulários"⁹² a possibilidade ou condição de influenciar ou determinar "como seus falantes pensam"⁹³ de modo a, através de si, criar "distintas visões de mundo"⁹⁴, ou de modo mais objetivo, que "nossas formas de processar o mundo são canalizadas pela estrutura da linguagem"⁹⁵. Tal argumentação, por distintas razões, tem sido desacreditada por lingüistas ao longo dos anos, e, paradoxalmente, atraído a curiosidade de leigos, seja nos campos das artes ou suas adjacências. Pois *tal "hipótese que tão freqüentemente intriga aos leigos"*⁹⁶ relega à *materialização*, ou estrutura da Língua, a possibilidade de, de modo imanente, substituir os processos que, se canalizam por suas arestas. Em função de nossa empreitada, de um modo mais específicos, a podemos sintetizar na seguinte construção interrogativa: *se, através de uma Língua, figura-se a realidade, seria, portanto, possível figurá-la de modos distintos através das distintas manifestações desta?* ou, de modo mais simplificado, *sucederia um idioma como o russo, figurar a realidade de modo distinto ao idioma português, por exemplo?* A resposta para tal pergunta, tal como a concebemos, se justifica no capítulo da presente análise, ao propormos nos acercar a um conceito mais amplo de *Linguagem*, já indissociado ao conceito de cultura, desse modo, denunciando concepções equivocadas, metonímicas, à seu respeito, como as que justificam questões como "relatividade Linguística". Todavia, ainda que não advoguemos em sua defesa, a proposição de *Whorf* faz-se um pouco mais complexa do que, por vezes, recebe crédito, e suscitou em certos ramos da Linguística um renovado interesse por questões vinculadas às preocupações da tradição *behaviorista*⁹⁷, por seu caráter linguístico-comportamental. Em 2016, de modo relevante, o cineasta hollywoodiano *Dennis Villeneuve* – que, três anos antes, trouxe aos cinemas a celebrada adaptação do livro de *Saramago*⁹⁸ "*O Homem Duplicado*"⁹⁹, em filme de mesmo nome – nos presenteia com a produção de sua primeira

⁹⁰MCWHORTER, John. *The Story of Human Language, Part I*. The Teaching Company, 2004, p. 65

⁹¹ MCWHORTER, *ibid.*, p. 65

⁹² "languages' grammars and vocabularies". MCWHORTER, *ibid.*, p. 66

⁹³ "how their speakers think"

⁹⁴ MCWHORTER, *Ibid.*, loc. cit. "distinct views of the world"

⁹⁵ MCWHORTER, *Ibid.*, loc. cit. "our ways of processing the world are channeled by the structure of our language"

⁹⁶ MCWHORTER, *Ibid.*, p. 64. "hypothesis that so often intrigues laymen"

⁹⁷ Behaviorismo é um grupo de abordagens que propõe que o comportamento é o objeto de estudo da psicologia.

⁹⁸ José de Sousa Saramago foi um escritor português, Nobel de Literatura de 1998, considerado o responsável pelo efetivo reconhecimento internacional da prosa em língua portuguesa.

⁹⁹ *O Homem Duplicado* (*Enemy*) é um filme canadense-espanhol de suspense de Denis Villeneuve, de 2013, baseado no livro homônimo de José Saramago.

obra de ficção científica, "*A Chegada*"¹⁰⁰, onde, em *diegesis*, massivos corpos alienígenas se fazem perceber ao redor do globo, levando as potências da Terra a unirem esforços para investigar, dentre outras coisas, a intenção das inteligências que adentraram o planeta. Afixada do ponto de vista dos personagens norte-americanos, acompanhamos, como espectadores, a personagem lingüista Dra. Louise Banks¹⁰¹ e sua interdisciplinar trupe de cientistas, adentrarem os vasos alienígenas e intentarem, por longas semanas, decifrar o específico processo de "figuração" dos extraterrestres, em comparação aproximativa à língua humana das personagens – em especial o idioma o inglês. Na trama, em paralelo aos sucessivos progressos alcançados pelo time da personagem linguísta, linguístas de outros países – e seus respectivos times –, por sua vez, intentavam contatos de natureza similar, mediados por suas respectivas línguas nativas, diante de vasos alienígenas idênticos aos encontrados pela protagonista, em seus respectivos territórios. De modo que, como conta o enunciado, China, Rússia, Estados Unidos, dentre outros, ao mesmo tempo, intentavam decodificar a *Língua* das criaturas extraterrestres, de modo mais apressadamente quanto possível, por temerem que outras nações a decodificasse primeiro, obtendo vantagens importantes acerca do processo das relações inter-espécies e potenciais acessos a, a ainda não plenamente compreendida, tecnologia alienígena. É então que, para fins específicos de nossa empresa, a obra de Villeneuve – que, por sua vez, se baseia nas obras de *Ted Chiang*¹⁰² – nos proporciona, num campo alegórico, compreender a suposta relação (encerrada) entre a "figuração" e a estrutura da *Língua*, propriamente dita. Pois que, no desvelar da peça fílmica em questão, à medida que as distintas nações logravam traduzir e, por conseguinte, comunicar-se com as figuras exógenas, habilitavam-se a realizar traduções de seu idioma baseadas na matriz lingüística original de suas respectivas línguas maternas, o que, na estrutura da trama, conduz à crista de seu ponto dramático: o paradóxico léxico caracterizado pela resposta alienígena ao questionamento humano sobre a razão ou motivação para sua "chegada" ao planeta. No enunciado em questão, os alienígenas afirmam *haverem vindo entregar* "algo" que, diante da complexidade da transcrição, não se fazia dissociar, por vias de sua tradução, dos *signos* do idioma inglês "weapon" e "tool" – "arma" e "ferramenta", respectivamente. Segundo a narrativa, diante da momentânea impossibilidade de uma tradução precisa, os países que exitosamente conseguiram avançar a um ponto de comunicação inteligível, ao esbarra na dicotomia "arma" x

¹⁰⁰ *Arrival* (*A Chegada*) é um filme de ficção científica norte-americano de 2016 dirigido por *Denis Villeneuve* e escrito por *Eric Heisserer*, baseado no conto *Story of Your Life* (1999), de *Ted Chiang* e lançado pela *Paramount Pictures*.

¹⁰¹ Personagem interpretado pela atriz norte-americana *Amy Adams*.

¹⁰² *Ted Chiang* é um escritor estadunidense conhecido por suas histórias de ficção científica.

"ferramenta" fizeram-se suspeitosos das demais nações, por não poderem aferir, naquele instante, quão avançados estavam nas negociações de recebimento desta coisa – "arma" x "ferramenta" – que lhe seriam presenteada pelas entidades exógenas. Eis aí, portanto, no universo da trama, um conflito global de proporções universais, provocados por um problema linguístico, ou em outras palavras, por um problema oriundo do processo "figurativo" da realidade em questão. De um modo particular, nos preparamos aqui para analisar um conflito, real, de propriedades dicotômicas semelhantes, em um momento posterior de nossa empreitada. Por esta razão, para além de ilustrar as considerações de *Whorf*, "A Chegada" nos auxilia, ademais, a considerar o poder da "palavra" *afigurada*, de modo correto ou incorreto, objetivo ou subjetivo, na percepção da realidade que formulamos ao empregá-la. Todavia, o filme de *Villeneuve*, não se encerra na condição de metáfora útil a nossa investigação e empresa, de um modo específico, mas como analogia – radicalizada – das proposições de *Whorf* aqui consideradas, pois, à partir desse ponto de sua narrativa, faz relegar à *Língua*, em inverossímil metonímia, tudo aquilo que, para além de si mesma, como na relação entre as copas das árvores e a luz do Sol projetada, se atribui, em realidade, a *Linguagem* – e à *Cultura*, de um modo geral. No enunciado de *Villeneuve*, de modo fantástico, ao atingir um estado de fluência, no domínio do idioma exógeno, a personagem lingüista Dra. Louise Banks se percebe não mais restrita aos domínios cronológicos do tempo físico – *diacrônico*¹⁰³ –, podendo acessar eventos futuros e presentes sem distinção, em função da suposta lógica inerente à língua que aprendera. Desse modo, na resolução da trama de *Villeneuve*, a resposta para o enigma alienígena "arma" x "ferramenta" era a própria *Língua* exógena, a língua dos que *chegam*. Desse modo, "A Chegada" nos sugere, por toda sua projeção, reflexionar os processos da *Língua* e sua relação com a realidade perceptível do mundo, na apresentação de um processo de "figuração" inverossímil, pois retrata o humano como capaz de se moldar pela materialização da *Linguagem*, *Língua*, tal qual um software de computador é capaz de ser por vias de sua *Linguagem*¹⁰⁴. Daí que, no campo dos estudos linguísticos, proposições como a "Relativização Linguística", que aqui discutimos, e outras como, por exemplo, a PNL¹⁰⁵ – programação neurolinguística – que, em função da própria economia de nosso trabalho, não poderemos abordar, constituem, como metaforizado na obra fantástica de *Villeneuve*, um esforço sem vínculos possíveis com o método científico,

¹⁰³ Do grego: *diá*, "através", mais *khronos*, "tempo".

¹⁰⁴ Ver capítulo 1: UMA DEFINIÇÃO GERAL DA LINGUAGEM.

¹⁰⁵ PNL, ou Programação Neurolinguística, é uma abordagem da psicoterapia, desacreditada cientificamente, onde se afirma existir uma conexão entre os processos neurológicos, linguísticos e experiências vividas.

habitando, por conseguinte o terreno da pseudo-ciência, da auto-ajuda e, de um modo bastante frutífero – como atesta "A Chegada" –, nos domínios da ficção científica.

Todavia, de *Whorf*, a quem se credita a hipóteses, muito do que se propôs aproximar entre os estudos psicológicos sobre o comportamento humano e os estudos relativos à *materialização Língua* – em especial a Linguística –, se fizeram relacionar a seus postulados, devido a popularidade de sua abordagem. Isto não é dizer que embasaram, por pressuposto, nos ditos de *Whorf*, mas que, como *Villeneuve*, com ele compartilharam certas inquietações. De *Whorf*, se sabe que se dedicou aos estudos lingüísticos através da observância dos mecanismos dos idiomas originários das civilizações (indígenas) nativas das Américas¹⁰⁶, todavia, de modo a lhe render, ambigualmente, tanto admiração como demérito, o fez enquanto desempenhava trabalhos na condição de engenheiro químico, numa repartição destinada supervisionar seguros contra incêndio¹⁰⁷. Tal informação, para além de uma curiosidade banal, se faz, em especial, relevante porque foi precisamente à partir de sua experiência como segurador engenheiro que, surpreendentemente, se fez conhecer como *lingüista*. Pois que, analisando situações insalubres nas estações industriais que tinha contato, *Whorf* supôs haver uma correlação entre o comportamento descuidado apresentado por funcionários das instituições, e o modo como *traduziam* os avisos de segurança afixados. Em uma dada situação, como na obra de *Villeneuve* e a dicotomia entre "arma" x "ferramenta", *Whorf* concluiu que a designação "*empty*" (vazio) atribuída aos grandes contêineres de gasolina que, por ocasião, inspetorava, poderia ser compreendida, tal qual estava, de duas distintas – e contraditórias – formas: a) *sem gasolina* e b) *vazia*. Assim, no exemplo elencado por *Whorf*, compreendê-la como "sem conteúdo", ou "vazia", ocasionava, pelo equívoco em questão, a voluntária ou independente exposição dos trabalhadores fabris à situações de risco¹⁰⁸. De modo comparativo, no idioma português, tal qual falado em partes do Brasil, a palavra "vazio", assim como no idioma materno de *Whorf*, pode patrocinar desentendimentos, promovendo equívocos e acidentes, já que a empregamos, *sem tanto critério*, tanto como a) *sem conteúdo algum*, ou como b) *menor conteúdo*, quando, em ocasião específica, for contrastado a um de *maior conteúdo*¹⁰⁹. Em *Whorf*, as preocupações na área lingüística, portanto, se nortearam pela investigação acerca da relação transcendental entre "figuração", realidade e comportamento, na forçosa relação

¹⁰⁶ BOROWSKI, Maciej. Language and its influence on how we understand reality. SKASE, Journal of Theoretical Linguistics, vol. 12, n. 2, 2015, p. 70 et. seq.

¹⁰⁷ BOROWSKI, p. 70-91, passim.

¹⁰⁸ BOROWSKI, p. 70-91, passim.

¹⁰⁹ Ex.: diante de dois frascos de perfume, um meio cheio outro meio vazio, um falante nativo pode se referir ao segundo como "o vazio" ou "aquele vazio" ao requerer a alguém que o traga.

as diferentes línguas – português, russo, inglês, etc. – e a possibilidade de, já na estrutura constitutiva de cada uma, haver condicionantes distintos que habilite ou desabilite um falante a acessar ou desempenhar "figurações" capazes de lhe prover um retrato singular, exclusivo, do "mundo" e dos "fatos".

Ademais de *Whorf*, em pesquisas científicas aplicadas – ao redor do globo –, pouco a pouco se faz transcender as inquietações infundadas de outrora, *que tão freqüentemente intriga aos leigos*¹¹⁰, para uma perspectiva real, comprovável, acerca da influência do modo da estrutura lingüística da "figuração" e o modo como os indivíduos humanos estabelecem seus pensamentos e convicções. São foco de tais experimentações e pesquisa as relações entre o gêneros (masculino e feminino) constituinte de línguas como o português, o espanhol, o francês, por exemplo, no uso de artigos definidos, "significantes" diversas, etc., e processos como o desenvolvimento da identidade de gênero¹¹¹ dos falantes em questão, ou as percepções de gênero que desenvolvem em relação aos objetos e as pessoas, assim como sua relação com a memória¹¹², ou com os processos de construção da percepção de culpa ou exercício de julgamento¹¹³, e muitas outras possibilidades de investigação, produzindo em grande parte dos resultados estatísticas positivas, ainda que não expressivas ou definitivas, em favor da hipótese da relação entre um e outro. A este respeito, *Maciej Borowski*¹¹⁴, conclui que "apesar do que pesquisadores mantêm, é difícil dizer que há qualquer influencia"¹¹⁵, pois, como mantêm a tradição linguísta, "os falantes são perfeitamente capazes de compreender conceitos que não estão fortemente no presente de suas linguagens e que seus comportamentos e que seus comportamentos parecem não estar influenciados pela sintaxe das enunciações" pois, "o que é apenas estatisticamente significante tem pouca importância quando a abordagem do senso comum é adotada". Todavia, estabelece Borowski, "quando usar uma estrutura significa adotar uma certa perspectiva ao enxergar as coisas de que nós falamos, as diferenças apenas não são pronunciadas, mas elas também parecem ter um impacto na nossa maneira de pensar e comportar"¹¹⁶, o que é

¹¹⁰ MCWHORTER, *Ibid.*, p. 64.

¹¹¹ Ver "Influence of grammatical gender on perception and gender identity development". BOROWSKI, *ibidem*, p. 79.

¹¹² Ver "Influence of agentive and non-agentive structures on agent memory and blame assignment" development". BOROWSKI, *ibidem*, p. 71.

¹¹³ Ver "Influence of language on decisions about blame and punishment". BOROWSKI, *ibidem*, p. 76.

¹¹⁴ Maciej Borowski é pesquisador de lingüística, natural da Republica Checa.

¹¹⁵ BOROWSKI, *ibidem*, p. 89. "despite what the researchers maintain, it is difficult to say that there is any kind of influence at all"

¹¹⁶ BOROWSKI, *ibidem*, p. 89. "the speakers are perfectly capable of understanding the concepts that are not saliently present in their languages and that their behaviour does not seem to be influenced by the syntax of utterances [...] what is only just statistically significant has little importance when a common sense approach is adopted [...] when using a structure means adopting a certain perspective of looking at the things we talk

dizer, em suma, que ainda que sejam irrelevantes diante do uso cotidiano, o mero fato de se construírem de um modo específico, denotativo, já demandam, por razão mesma de sua existência nos idiomas que às possuam, que sejam, cotidianamente, não necessariamente abolidas, mas sim *ignoradas*. À nós, conforme anunciado, não nos cabe defender tais proposições diante de suas postulações conclusórias, pois que, diante do corpus presente, nos parecem ser pautadas por um equívoco de caráter metonímico já no cerne de sua relação com o que chamamos Linguagem. Assim que, por fim, em benefício de nossa empresa, as relações de "relatividade linguística" e as subseqüentes conclusões de *Borowski*, trazidas aqui em recorte, nos explicitam, em contra-exemplo, que, como estabelecemos anteriormente, aquilo de subjetivo transparente na Língua, precisa vir de uma instância superior à esta, a que chamamos Linguagem, e que, ademais, ao percebemos a importância do subjetivo diante de uma estrutura fixa da materialização Língua – como os gêneros, por exemplo –, isto não influencia na percepção e nem tampouco na "figuração" da realidade, pois a objetividade que por ventura se contenha na *materialização*, quando convém, no uso cotidiano de sua potencialidade, não se despe da subjetividade ao propor "objetivações".

3.2 SUBJETIVIDADE COLETIVIZADA: A METÁFORA.

Lackoff e Johnsen, em "*Metaphors We Live By*", defendem uma perspectiva bastante ampla do conceito disso que nos referimos cotidianamente por "metáfora". Segundo *Lackoff e Johnsen*, pensar a metáfora como recurso poético ou pedagógico, simplesmente, é pensar que poderíamos, caso quiséssemos, nos desvencilhar dela por completo, em função de uma construção mais objetiva, direta, o que, segundo a perspectiva em questão, um claro equívoco. Pois "na base da evidencia linguística"¹¹⁷ *Lackoff e Johnsen* afirmam haverem descoberto que "a maioria de nosso sistema de conceitualização comum é metaforizado na natureza"¹¹⁸, o que, em termos de nossa empresa, muito nos interessa porque, em deliberado transcender da materialização Língua, considerar a metáfora não como mero recurso narrativo, ou linguístico, mas como elo direto e claro com isso que, em "*Metaphors We Live By*", se estabelece por "sistema conceitual", aspecto mesmo disso que, em nossa empresa, defendemos constituir o termo *Linguagem*. Assim que, também através da metáfora, faz-se evidente o transparecer de

about, the differences are not only more pronounced but they also seem to have an impact on our thinking and behaviour"

¹¹⁷ "on the basis of linguistic evidence" LAKOFF, George. JOHNSEN, Mark. *Metaphors we live by*. the university of Chicago press, London, 2003, p. 3

¹¹⁸ "most of our ordinary conceptual system is metaphorical in nature" LAKOFF; JOHNSEN *ibid.*, p. 3.

uma matriz "subjativadora", "subjativa", maior que a materialização, lhe imbuindo complexidades. Pois "metáforas, como expressões lingüísticas, são possíveis precisamente por serem metáforas no sistema conceitual de uma pessoa"¹¹⁹, e que, por transcenderem a *Língua*, se manifestam e revelam processos não "objetivos" através dela, no modo como nos comunicamos, nos organizamos, nos expressamos, etc. *Lackoff* e *Johnsen*, por exemplo introdutório nos apresenta a construção metafórica (sistêmica) "argumentação é guerra"¹²⁰, que, segundo postulam, evidencia, em múltiplos referenciais, a maneira como nos permitimos conceber e atuar diante de uma situação de "argumentação" e em relação a "ideia" que sustentamos à seu respeito. No caso em questão, onde "*argument is war*", *Lackoff* e *Johnsen* explicitam o caráter sistêmico de sua concepção por vias de sentenças como a) "suas alegações são indefensáveis"¹²¹, b) "ele atacou cada ponto fraco do meu argumento", c) "eu nunca venci uma discussão com ele", etc. É, portanto, já diante do conceito "argumento" percebido interconectado com o referencial "guerra", em construção metafórica predecessora da *Língua*, e não, como normalmente se atribuiu o papel da metáfora, como analogia explícita, poética ou pedagógica – como as que, por distintas vezes, empregamos na presente empreitada –, que se estrutura o objeto de estudo de *Lackoff* e *Johnsen*: dependente da subjetividade coletiva de um povo, por vias de seu convencimento. O conceito de "argumento" conforme apontado em "*Metaphors We Live By*", não carece ser associado ao campo metafórico que designa "guerra", poderia, em outro campo cultural, ser compreendido, inclusive, por outro campo metafórico, como talvez a "dança" –como sugestionam os autores. Com *Lackoff* e *Johnsen*, estendemos a provocação: "tente imaginar uma cultura onde discussões não são vistas em termos da guerra, onde ninguém vence ou perde, onde não há o senso de atacar ou defender, ganhar ou perder"¹²², quão diferentes não seriam nossas concepções de conceitos como "eleições" ou "política" caso, ao invés de uma "forma de discurso estruturado nos termos da batalha"¹²³ compartilhássemos uma outra, que as dispusesse em *termos de* "educação" ou algo mais, distinto em essência deste que, em coletivo, configura nossa percepção de tais conceitos. Segundo *Lackoff* e *Johnsen*, à respeito do exemplo "argumentação é guerra"¹²⁴ empregado – mas se

¹¹⁹ "metaphors as linguistic expressions are possible precisely because there are metaphors in a person's conceptual system" LAKOFF; JOHNSEN *ibid.*, p. 6

¹²⁰ "argument is war" LAKOFF; JOHNSEN *ibid.*, p. 4

¹²¹ "your claims are indefensible" "he attacked every weak point in my argument" "I've never won an argument with him" LAKOFF; JOHNSEN *ibid.*, loc. cit.

¹²² "try to imagine a culture where arguments are not viewed in terms of war, where no one wins or loses, where there is no sense of attacking or defending, gaining or losing" LAKOFF; JOHNSEN *ibid.*, loc. cit.

¹²³ "discourse form structured in terms of battle" LAKOFF; JOHNSEN *ibid.*, p. 5.

¹²⁴ "argument is war" LAKOFF; JOHNSEN *ibid.*, loc. cit.

referindo ao fenômeno de um modo geral –, o modo como tais metáforas se estruturam, na condição mesma de "conceitos metafóricos", estruturam "ao menos em parte, o que nós fazemos e como nós entendemos o que estamos fazendo quando discutimos"¹²⁵, pois, em resumo, para além da construção imagética, "o conceito é metaforicamente estruturado, a atividade é metaforicamente estruturada, e, conseqüentemente, a linguagem é metaforicamente estruturada"¹²⁶. Daí que, como vimos, tal processo, necessariamente, aponta, à todo tempo, para um referencial que transcende os domínios da *Língua*. Assim, de modo sumário, em *Lackoff e Johnsen*, "metáfora não é apenas uma questão de linguagem, isso é, meras palavras"¹²⁷, porque, em oposição a isso, é justamente o "processo do pensamento humano" – "processo do pensamento humano"¹²⁸ –, que se caracteriza por ser, nas alegações dos autores, "grandemente metafórico"¹²⁹. Desse modo, diante das considerações em recorte, faz-se possível, para além da pífia relação "subjativadora" imposta pela *Língua* (idioma) no processo de "figuração" do mundo (realidade) – exibida, aqui, no tomo anterior de nossa presente empresa –, por vias de um compreensão dos processos conceituais, sistêmicos, da "metáfora", nos deparamos com uma possibilidade real de "figuração" essencialmente enviesada, já no campo do coletivo, por vezes imperceptível, pautando nosso modo de estar no mundo e, em especial, de nos portar diante dele.

3.3 NOTAS SOBRE "ENUNCIACÃO" EM BENVENISTE.

Nitidificando, ademais, a realidade daquilo que, na *Língua*, a perpassa e denuncia, no evidenciar de uma relação entre *matriz* e *materialização*, Benveniste, sem, necessariamente, compreendê-la do modo como compreendemos, declara que "as condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua. São, em realidade, dois mundos diferentes"¹³⁰. Isso porque, no recorte em questão, tratava da distinção que lhe deu notoriedade, ao, por assim dizer, corrigir as assertivas de *Saussure* – à quem sempre validou –, referentes as postulações acerca do signo lingüístico – apresentada, aqui, no capítulo segundo de

¹²⁵ "(at least in part) what we do and how we understand what we are doing when we argue" LAKOFF; JOHNSEN *ibid.*, loc. cit.

¹²⁶ "the concept is metaphorically structured, the activity is metaphorically structured, and, consequently, the language is metaphorically structured" LAKOFF; JOHNSEN *ibid.*, loc. cit.

¹²⁷ "metaphor is not just a matter of language, that is, of mere words" LAKOFF; JOHNSEN *ibid.*, p. 6.

¹²⁸ "human thought process" LAKOFF; JOHNSEN *ibid.*, loc. cit.

¹²⁹ "largely metaphorical" LAKOFF; JOHNSEN *ibid.*, loc. cit.

¹³⁰ BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*. "o aparelho formal da enunciação". São Paulo, 1989, p. 81-90.

nossa empresa. As contribuições de *Benveniste* – para além das já anteriormente elencadas –, fizeram alterar, no eixo saussuriano padrão, o teor do processo cunhado por ele, à respeito da *mutabilidade* e *imutabilidade* do "signo", reposicionando-a, de modo proposital, das relações entre "significante e o significado" para os referentes "signo e o objeto"¹³¹, inaugurando nos campos lingüísticos uma perspectiva complementar, radicalizada, que, feito *mitose*, fez dividir as perspectivas da disciplina em duas partes constitutivas, igualmente relevantes, ao introduzir ao plano dos tratados signicos saussurianos sua dimensão "semântica" ou "discursiva", que, para fins de nossa empresa, pode ser compreendida também como aquilo de explicitamente "subjetivo" que se fez reconhecer, e sistematizar, nos campos lingüísticos. Desse modo, em compreensão futura ao recorte trazido ao início, "enquanto forma, a língua constitui uma estrutura, mas, enquanto funcionamento, a língua se transforma em discurso e somente o discurso tem referência"¹³², ou seja, se pensarmos no processo de "figuração" tal qual explicitado em *Wittgenstein*, onde o *modelo* pressupõem um *modelado* – *representação* e *representado* –, a relação entre mundo e *Língua*, em *Benveniste*, permite-se incrementar em transcendência, na dimensão própria do prático, *funcional*, constitutivo da *Língua*, em conceito atualizado, ademais de sua já *concordante* dimensão estrutural.

Uma vez estabelecido seu viés pragmático, semântico, abre-se às portas para que, por vias de sua acrescida concepção, estabeleçam-se ferramentas e domínios referenciais, eis aí, já por demanda, a instância *benvenistiana* por excelência: aquilo que define por "enunciação". E o faz através de uma estruturação triádica que agrupa sob o termo/conceito "Dêixis", onde *Benveniste*, em própria pedagogia, organiza, em blocos indivisíveis, os designados *indicadores de subjetividade*, e os aponta ou denuncia – seja na escrita e/ou na fala –, no campo semântico que inaugura, sob os referenciais "*Ego Hic et Nunc*", do latim, nisto que, em tradução, designa os funcionalismos estruturais referentes aos indicadores de *tempo*, de *espaço* e de *pessoa* – por ele introduzidos e delimitados. Isto porque, segundo *Benveniste*, há no conteúdo da Língua, para além das convenções signicas que lhe estruturam, elementos que, mesmo diante de sua decodificação, se fazem obscuros, demandando *futuros esclarecimentos*. Assim que, ademais de caracterizar-se pelas condicionantes "*Ego Hic et Nunc*", a "enunciação", nas palavras de *Fiorin*¹³³, faz-se "pressuposta no enunciado", de modo lógico, nas próprias instâncias em que se faz projetar. Pois, na lógica em questão, tudo o que é dito é dito por

¹³¹ CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. Benveniste: enunciação e referência. Revista Estudos da Linguagem, n.5, v.1, Belo Horizonte, 1997, p. 67. 65-86.

¹³² CARDOSO, *ibid.*, p.72

¹³³ FIORIN, José Luiz. Conceito de Enunciação, aula 1, Cursos Livres, Univesp TV, TV Cultura, 2012.

alguém, e a noção que tal perspectiva atribui, por desdobramento, imbuí o todo elencado – a que chamamos "enunciado" – de inerentes variáveis e subjetivações; eis então o motor do processo analítico patrocinado pelo "*Dêixis*" de *Benveniste*. Agrega-se ao todo também a ciência de uma potência narrativa, inerente, já na mediação entre a *Língua* e seu empregar, ao discernir entre, por exemplo, as figuras "enunciador" e "narrador", "enunciador" e "enunciatário", "narrador" e "narratário", etc., já nos campos linguísticos, logrando, a todo tempo, considerar a dimensão subjetiva, semântica, do fenômeno que caracteriza o objeto próprio da Linguística. Sob esta ótica, desnudando a *Linguagem* – na materialização *Língua* –, faz-se explícito que, de um modo geral, tendo em mente os idiomas mais comuns do Ocidente, somente a terceira pessoa do singular/plural faz requerer explicitar-se, por exemplo, em masculino ou feminino, uma vez que, já na estrutura da *Língua* – que, por sua vez, é um "fato", na dimensão *wittgensteiniana* do termo –, faz-se antecipar um processo de "subjetivação" materializado pelos signos "eu" / "tu", por exemplo. Em sua dimensão "pessoa", por exemplo, a "enunciação" se coroa e denuncia em sujeição (subjetiva). *Fiorin*¹³⁴ esclarece que, diferentemente do que imaginamos, o "eu" não faz plural em "nós", pois, em realidade, este último se caracteriza pela condição de "pessoa ampliada" ou "estendida", e o mesmo logra ocorrer, na maioria dos casos, em função da dita pluralização do "tu" à "vós". Por isso, faz-se impreterível abordarmos a materialização *Língua*, ainda que "semiótica", como altamente "semântica", constitutiva de subjetivações à todo tempo, por condição *sine qua non*. Desse modo, nos habilitamos a propriamente questionarmo-nos acerca da constituição disso que se entende por "objetividade" no usufruto da Língua, uma vez que, em *Benveniste*, se advoga sua "subjetividade". "Objetividade", no "*Dêixis*", é um arranjo semântico, apenas, uma vez que, desnudada a figura do "eu" e do "tu", como indissolúveis e condicionadas, restam-nos ainda as demais figuras designatárias, que, por não serem "eu" e "tu", simulam, no léxico e estrutura, a discursividade imparcializada, isenta, dissociada, autônoma, emancipada do "eu" e do "tu". Assim que, nas palavras de *Fiorin*, "a linguagem não tem objetividade" porque "a objetividade é uma criação", e nada mais. Pois "cada escolha lexical revela um efeito enunciador", e é no que *Benveniste* denomina "embreagem actancial", ou o ato de se gerir o evocar da "pessoa" que melhor convém a um propósito específico, com o valor de outra, é que se faz criar tais efeitos de objetividades. Entretanto, o processo, tal qual visto em "pessoa", é perfeitamente reproduzível nas instâncias outras de "tempo" e de "espaço", logrando, como dito, por toda extensão do "*Dêixis*", desnudar na materialização *Língua* a subjetividade que lhe é

¹³⁴ FIORIN, *ibid.*, 2012.

constitutiva – daí as aplicações de "embreagem" e "debreagem" constitutivas de sua metodologia¹³⁵. Desse modo, para os fins específicos de nossa busca, nos basta, aqui, concluirmos a visita a Benveniste – e Fiorin –, ressaltando o papel da subjetividade já no coletivo da Língua, e não, simplesmente, no interior do sujeito. E que, assim compreendida, a própria ideia de "objetividade", à luz dos postulados de Benveniste, se faz ruir. E é, em termos de nossa empresa, justamente na possibilidade do ruir disso que se entende por "objetividade", que logramos continuar em nosso percurso presente.

3.4 NOTAS SOBRE IDEOLOGIA E DISCURSO.

O modelo filosófico de *Descartes*, um dos grandes influenciadores do projeto da modernidade, predicava, por razão da certeza de um Deus, a irreparável cisão entre o que pertence a *mente* e o que, em oposição, se relega pertencente ao *corpo*. Tal posicionamento diante do real, como tudo o mais que, a respeito de seu legado, se fez perpetuar em relação à si, imprimiu-se sobremaneira por toda a tradição do Ocidente. Esse predicamento, conhecido por "dualismo" – e suas variantes –, se resume, nas palavras de *John Searle*, à seguinte assertiva:

"há propriedades físicas como pesar três libras, e propriedades mentais, como estar com dor. Todas as formas de dualismo compartilham o ponto de vista segundo o qual os tipos são mutuamente exclusivos. Se algo é mental, não pode uma vez que é mental, ser físico; se é físico, não pode, uma vez que é físico, ser mental" (SEARLE, 2000, p. 36)

Em "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado"¹³⁶, *Althusser*¹³⁷, interpondo-se em oposição a isso que, na tradição, fez interpor à perspectiva de mundo a persistente dissociação entre o que é (e ocorre na) mente – ou espírito – e o que é (e ocorre na) matéria – ou corpo –, denunciou, pela régua disso que, na filosofia, se conhece por materialismo histórico¹³⁸, o inocente equívoco de se conceber a *ideologia* como

¹³⁵ Ver Benveniste, Problemas de Lingüística Geral I, da Subjetividade da Linguagem. Editora Universidade Estadual de Campinas, 1988.

¹³⁶ O estudo "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado" constrói uma visão de organização social, onde tudo é rigidamente organizado, planejado e definido pelo Estado, que se utiliza de aparelhos geradores de ideologia (igrejas, a escola, a família, a justiça, a imprensa, etc.).

¹³⁷ Louis Althusser foi um filósofo argelino, considerado um dos principais nomes do estruturalismo francês dos anos 1960 e influente pensador da filosofia marxista. Amplamente conhecido como um teórico das ideologias.

¹³⁸ O materialismo histórico é uma abordagem metodológica ao estudo da sociedade, da economia e da história, que procura as causas de desenvolvimentos e mudanças na sociedade humana nos meios pelos quais os seres humanos produzem coletivamente as necessidades da vida. As classes sociais e a relação entre elas, além das estruturas políticas e formas de pensar de uma dada sociedade, seriam fundamentadas em sua atividade econômica, a tese do materialismo histórico defende-se que a evolução histórica, desde as sociedades mais remotas até a atual, se dá pelos confrontos entre diferentes classes sociais decorrentes da "exploração do homem pelo homem". A teoria serve também como forma essencial

fenômeno clausurado no campo das ideias, quando, em realidade, segundo aponta *Althusser*, define e habita também a *matéria*, e, portanto, em função de nossa empresa, o mesmo pode ser dito à respeito da *materialização*. Assim que, em primeira instância, por ideologia, deve se compreender "uma concepção de mundo do sujeito inscrito em determinado grupo social em uma circunstância histórica"¹³⁹ e que, se na relação entre as *materializações* da *Linguagem* e o referencial "ideologia", em questão, se afirma que "esta se materializa naquela", logo, por "ideologia", como ocorrência denunciativa de uma *instância* por detrás da *materialidade*, se pode dizer que, tal qual a *matriz* que se ocasiona *materializar*, faz-se configurar, também e especialmente, por "subjetividade" e "subjetivação". Em *Althusser*, portanto, o "subjetivo", por excelência, carece ser compreendido, ademais de sua ocorrência psicológica, interna, também como constituinte de *materialização*. É esta, em termos gerais, na ciência de uma relação implícita entre o *materializado* e o que lhe *atravessa*, o pavimento através do qual a disciplina "Análise do Discurso", pelo menos parcialmente, se fez marchar. O termo "discurso", assim compreendido, por evolução às considerações elencadas, se constitui por "aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas", e que, à despeito de sua *materialização* por meios constitutivamente "convencionais", semióticamente "arbitrários", não são, eles mesmos, em nenhuma forma possível, entidades "fixas", pois, à despeito das características sistêmicas das formas que ocupam, "estão sempre se movendo e sofrem transformações, acompanham as transformações sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana". Eis aí a dimensão de sua potencialidade "subjetiva e "subjetivadora", por sobre as possíveis *materializações* da *Linguagem*. Daí que, segundo *Orlandi*¹⁴⁰, já em sua etimologia o termo "discurso", em questão, "tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento" (1999, p. 15), podendo se compreender, em sentido abstrato, como "palavra em movimento", na plena fluidez de sua constituição. É assim, no transcorrer da "palavra movimento" por sobre as estruturas materiais da fala – em seu sentido mais amplo, englobando a expressão inteligível de um modo geral –, que "a ideologia materializa-se no discurso", e nele faz-se constituinte. Em resumo, pode-se dizer que a "ideologia é inerente ao signo em geral", e que, já em sua composição discursiva, denuncia, na razão disso que se compreende por "sentido", ou "intenção", na evidência maior da potencialidade "subjetiva" e "subjetivadora", constituir-se produzida ou projetada em "face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução", de modo que "uma mesma palavra pode ter diferentes

para explicar as relações entre sujeitos.

¹³⁹ FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso*, reflexões introdutórias. Sem páginas, et. seq.

¹⁴⁰ ORLANDI, apud., FERNANDES.

sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam". É, portanto, diante da evidencia discursiva, maleável, nos caminhos rígidos da *materialização*, que, em função de nossa empreitada, logramos, em acréscimo às considerações que lhe precederam, compreender, também através dela, a impossibilidade "objetiva" disso que se constitui "subjetivador" na *materialização*.

4 DA CONFECÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A "REALIDADE SOCIAL".

Despertarmo-nos para a realidade de que, como afirma *Fiorin*, "nada é objetivo na linguagem"¹⁴¹, nos promove, à princípio, uma genuína preocupação, argumentavelmente escatológica, acerca do coletivo humano e sua *excessiva dependência* dos processos da mesma. Daí que, distinguirmos de sua essência e constituição aquilo que, de si, é *matriz* e aquilo que de si que é por ela *materializado*, nos elucida, diante disso, perceber a importância de uma concepção não metonímica da potencialidade *Linguagem*, para que não tomemos alegações como a que aqui destacamos de modo errôneo. Porque, como bem ilustra a existência de algo como a própria *Linguagem*, que é, em si mesma, um fato objetivo do mundo, das coisas "subjetivas" não nos cabe dizer que anulam ou repelem coisas "objetivas", pois já está implícito no processo de "subjetivação" que caracteriza a Linguagem a existência de um não "subjetivo" a se "subjetivar". Por isso, caso nos desiludíssemos em função da onipresente extensão da "subjetividade" – em tudo aquilo que é humano e, portanto, social –, e cogitássemos lançar fora tudo aquilo a que lhe cabe e reflexiona, abdicaríamos, com ela, de inúmeras realidades objetivas que, em razão dela, se fazem desenvolver. Assim que, diante de tal compreensão, faz-se essencial, desde a *subjetiva* do indivíduo a do coletivo social, que, como espécie, desempenhemos confiança e, ademais, cumplicidade diante daquilo que, não sendo natural, logre ser, por vias da linguagem, "realidade". Pois a própria experiência humana, já na essência das relações econômicas, sociais, afetivas, etc., constitui-se pela impossibilidade de, à partir de tal ruptura – "subjetivo" x "objetivo" –, lograr restituí-la ou repará-la em genuína e alicerçável confiabilidade. É que tal raciocínio denota uma equivocada compreensão dos predicados que, aqui, nos constituem empresa, pois, como veremos na presente instância de nossa apresentação, isso que, aparentemente, convenceria ser sua ruína, sua impossibilidade "objetiva", é, em realidade, quando propriamente compreendida, a causa mesma de sua grandeza. A causa mesma de *nossa* grandeza.

¹⁴¹ FIORIN, *ibid.*, 2012.

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE EM LACAN.

Na concepção de *Lacan*¹⁴², num primeiro momento de sua escritura, faz-se evidenciar o paradoxo aqui descrito, na assertiva de que *"el lenguaje del hombre, ese instrumento de su mentira, está atravesado de parte a parte por el problema de su verdad"*¹⁴³. Problema que, na própria psicanálise lacaniana, constitui a práxis de seu labor, assumindo "verdade" como o ato de se revelar ou aferir, no humano, sua "subjetividade" constitutiva, já nos domínios do "inconsciente". Para ele, inclusive, "inconsciente", de um modo mais amplo, faz-se constituir pela *"relación entre lenguaje e historia"*, evidenciando, assim, o papel das convenções, da cultura, do social, etc. – que são, como vimos em relação a *Língua*, produtos históricos, necessariamente –, unido ao que, da Linguagem, por vias de *Benvenistes*, se faz explicitar: sua "subjetividade". Daí que, psicanálise, diante de tais considerações, mediante um conhecimento das constituintes mencionadas, se permite, por seu método, *"saber eso que el paciente dice que no sabe"*. Desse modo, considerar a psicanálise, no processo que aqui nos configura, é condição *sine qua non* para empreitada em questão, uma vez que tal disciplina, por vias das contribuições de *Lacan*, prescreve que *"la verdad no tiene que ver con los objetos materiales"*, ou melhor, que não é, necessariamente num processo de "figuração" *ipsis litteris* que, ante o humano, se faz caracterizar a totalidade possível do que constitui o real, mesmo diante de *feitos* ou *natureza*. Desse modo, nos importa saber que, em *Lacan*, o processo de abordagem disso que chama "verdade" tampouco se daria, em totalidade, na *"adecuación del discurso" diante dos objetos que existem, "sino que se constituye por el reconocimiento que los sujetos hacen de sus seres en cuanto que se interesan por ella"*. Daí que, diante de tais predicados, pensar a "subjetividade" do humano, em contexto coletivo – nas *materializações* que dela dispomos –, é pensar, à despeito do "objetivo", não uma *não-verdade*, em oposição, mas, do contrário, uma expansão definitiva do próprio conceito de "verdade", que, se apresenta restrito no imaginário popular, mas que, ao contrário, faz-se constituir, também e especialmente, em função de um caráter "subjetivo", que igualmente lhe abarca. Assim que, em resumo, não é que o "subjetivo", enquanto categoria, *mereça* agora adentrar, junto ao que se entende "objetivo", ao *pantheon* das "verdades", por razões das causas aqui elencadas à seu favor, mas que,

¹⁴² Jacques-Marie Émile Lacan foi um psicanalista francês que utilizou-se da lingüística de Saussure, de Jakobson e de Benveniste, além da antropologia estrutural de Lévi-Strauss para desenvolver seus trabalhos.

¹⁴³ MONTANO, Eugenia Allie. El concepto de verdad en Lacan: los Escritos. TRAMAS, Ed. 17, 2001, p. 137-155, passim.

em si mesma, para além do senso comum de verdade e de objetividade, "*la realidad no es verdadera ni falsa*", uma vez que a totalidade do real, à partir do potencial humano latente sobretudo na *Linguagem*, não se restringe, à princípio, a "*un problema de sujeto-objeto en el mundo "real"*", pois, em função da própria impossibilidade da *des-subjetivação*, há, portanto, para além daquilo que existe no mundo, um outro tipo de real que, por sua vez, se *realize* tal qual qualquer outro *real*, de modo "objetivo", não em detrimento de, mas em função do "subjetivo".

4.2 "REALIDADE SOCIAL" EM SEARLE.

É de Searle¹⁴⁴, e seu "*Making the Social World*" – explicitado, à *posteriori*, em "*Social Ontology and Political Power*" –, as considerações que propõem conciliar as relações entre "subjetividade" e "objetividade", até agora elencadas, de modo a, à partir das potencialidades inerentes a *Linguagem*, transcendê-las em campos distintos, ao justamente propor-nos pensá-las não à partir de si mesmas, como habitualmente se sucede fazer nas disciplinas, mas ao propor-nos pensá-las estrategicamente distanciadas de tais imediações, pensando o mundo das *coisas*, ou o mundo dos *fatos*, sem intermediários, como um mundo que constitui-se, tal qual é, também e principalmente por mediações "subjetivadoras", indivisivelmente atreladas à fábrica do *real* – ante os olhos do humano. É por vias de uma investigação acerca do "papel da linguagem e intencionalidade coletiva na construção da realidade social"¹⁴⁵, que Searle, em suas distintas aproximações acerca do tema¹⁴⁶, prescreve a relação disso que chama "realidade social" e o papel da "linguagem" diante de sua condição e constituição. Para compreender o termo, "realidade social"¹⁴⁷, em Searle, é preciso compreender a distinção que estabelece acerca da natureza dos "fatos" do mundo – e por "fatos", de um modo geral, nos referimos ao conceito firmado por *Wittgenstein*, outrora explicitado –, uma vez que na vera distinção de suas respectivas constituições, se faz, por desdobramento natural do processo, revelar isso que nos constitui *distinto dos animais*. Sua proposição, portanto, é distinguir a natureza do mundo entre aquilo que chama "condicionado a

¹⁴⁴ John Rogers Searle é um filósofo e escritor norte-americano, professor da Universidade de Berkeley, conhecido por desenvolver trabalhos filosóficos à respeito da linguagem, da realidade e dos estados mentais.

¹⁴⁵ "*Role of language and collective intentionality in the constitution of social reality*". SEARLE, John. *Social Ontology and Political Power*, 2003, et. seq.

¹⁴⁶ Temáticas abordadas nas obras "*Making the social world*", de 2009, "*The Construction of Social Reality*", de 1995, e "*Social Ontology and Political Power*", artigo de 2003.

¹⁴⁷ "Social Reality"

observação¹⁴⁸ do que chama "não condicionado a observação"¹⁴⁹ – e utiliza, ao longo de sua explanação, o termo "*observação*" quase indistintamente do termo "intencionalidade"¹⁵⁰. Elucidando a questão, nas palavras de *Searle*, um método possível para saber se o fato é "condicionado a observação", "é caso ele existiria se não houvesse nenhum agente consciente no mundo"¹⁵¹ e desse modo, pelo mesmo teste, saberíamos também se o fato é "não condicionado a observação". Segundo *Searle*, este teste observável só não é perfeito porque "consciência e intencionalidade são, elas mesmas, não condicionadas a observação, mesmo que sejam fonte de todas as propriedades condicionadas a observação do mundo"¹⁵². Essa ressalva, mais que impor limites ao *método observável*, nos revela muito acerca da natureza dos fatos "não condicionados a observação", em *Searle*. Pois, segundo ele, "dizer que uma propriedade é dependente de observação não necessariamente implica dizer que não podemos obter conhecimento objetivo acerca de tal propriedade"¹⁵³, uma vez que, de modo axialmente estruturado em sua teoria, "subjetividade" não designa, necessariamente, impossibilidade de "objetividade". É aqui que, para além de *Searle*, nossa apresentação nos habilita transcender tais pressupostos já que, diante dos pontos outrora elencados, sendo a "Linguagem" uma potencialidade "subjetivadora" por excelência, que, como estabelecido, se faz manifesta em matéria – ou *materializações* –, já de modo essencial, por vezes indissociável, gerencia no objeto tangível que significa, na *matéria*, as vicissitudes do "sujeito" ou *ghost*. É cabido dizer, entretanto, que em *Searle*, a distinção conceitual aqui advogada, entre *Linguagem e Língua*, *Linguagem e Fala*, *Linguagem e Escrita*, não são, em nenhuma parte consultada, defendida ou insinuada. Tal distinção, ingenuamente ignorada – o bastante para se fazer propriedade comum em várias fontes consultadas –, é, como compreendemos, razão suficiente para o perpetuar de certos equívocos, como evidenciamos no primeiro capítulo de nossa empresa, e que, muito particularmente, nos impediriam de compreender o problema de pesquisa que nos norteia. Assim que, à despeito de tal ressalva, reiteramos a importância da abordagem de *Searle*, por, de modo claro e "objetivo", desnudar no materializar da Linguagem, tal qual a compreendemos, a intrincada potência criadora que chama "*social reality*". Pois que, após explicitar a distinção "*condicionado a observação*" x "*não condicionado a observação*", *Searle* esclarece, em

¹⁴⁸ "observer dependant". SEARLE, *ibid*, loc. cit., 2003.

¹⁴⁹ "observer Independent" SEARLE, *ibid*, loc. cit., 2003.

¹⁵⁰ "intentionality" SEARLE, *ibid*, loc. cit., 2003.

¹⁵¹ "is weather it could have existed if there had never been any conscious agent in the world" SEARLE, *ibid*, loc. cit., 2003.

¹⁵² "consciousness and intentionality themselves are observer-independent even though they are source of all observer-dependent features in the world" SEARLE, *ibid*, loc. cit., 2003.

¹⁵³ "to say a feature is observer-dependent does not necessarily imply that we cannot have objective knowledge of that feature" SEARLE, *ibid*, loc. cit., 2003.

complemento, a cara concepção constitutiva, também de modo binário, da distinção “objetividade ontológica”¹⁵⁴ e seu oposto complementar: “subjetividade ontológica”¹⁵⁵. Isso para que, de modo adjacente, organizemos tal modelo analítico em contraponto a outro aspecto binário, igualmente constitutivo, que lhes sustentam em perspectiva. Assim que, para *Searle*, ao considerarmos a relação entre *objetividade* e *subjetividade ontológicas*, é preciso também compreender a função da “objetividade epistêmica”¹⁵⁶ em contraste a “subjetividade epistêmica”¹⁵⁷. Nos cabe então, agora, compreender cada um de seus sentidos e relacioná-los, como intenta *Searle*, uns diante dos outros. É diante do termo “*claim*”, doravante referido por “*alegação*”, que, em *Searle*, se faz compreender o segundo dentre os *jogo de opostos* em recorte, “*objetividade epistêmica*” x “*subjetividade epistêmica*”, uma vez que, conforme estabelecido, “são propriedades de alegações”¹⁵⁸, e que, por conseguinte “uma alegação é epistemicamente objetiva se sua veracidade ou falsidade puder ser estabelecida independentemente de sentimentos, atitudes, preferências e etc.”¹⁵⁹ dos indivíduos que, ou fazem “alegações” ou as interpretam. Na ilustração proposta pelo autor, a sentença *Van Gogh é melhor que Manet*, em função de sua adequação ao modelo, deve ser compreendida como “epistemicamente subjetiva”, enquanto, pelo contrário, uma frase como *Van Gogh nasceu na Holanda*¹⁶⁰, que contém uma alegação passível de aferição independente dos *sentimentos, atitudes, etc.* do enunciador, deve, portanto, ser compreendida na categoria do que é “epistemicamente objetivo”. Com isso em mente, compreendendo o caráter intrínseco das *subjetividades* x *objetividades* ditas “epistêmicas”, *Searle* nos explicita a constituição do que, como vimos, classifica o *jogo de opostos* “*objetividade ontológica*” x “*subjetividade ontológica*”. Estes, conforme estabelecidos, se classificam, não pelo caráter da “alegação”, mas pelo caráter da *realidade*. São “propriedades de realidade”¹⁶¹ e comprazem os fenômenos do mundo observável em relação aos fenômenos experimentáveis de modo individual, independente. Desse modo, as “montanhas, plantas e moléculas são ontologicamente objetivas pois suas existências não dependem de experiências subjetivas”¹⁶², enquanto, como ilustração dos fenômenos “ontologicamente subjetivo”, em contraste, faz elencar

¹⁵⁴ “ontological objectivity”

¹⁵⁵ “ontological subjectivity”

¹⁵⁶ “epistemic objectivity”

¹⁵⁷ “epistemic subjectivity”

¹⁵⁸ “are features of claims”

¹⁵⁹ “a claim is epistemically objective if it’s truth or falsity can be established independently of the feeling, attitudes and preferences and so on”

¹⁶⁰ Ambas frases são inseridas por *Searle* como exemplificação na p. 4

¹⁶¹ “features of reality”

¹⁶² “mountains, planets and molecules are ontologically objective because their existence is not dependent on subjective experiences”

“dores, cócegas e coceiras”¹⁶³ já que “suas existências dependem de serem experimentadas por um sujeito humano ou animal”¹⁶⁴. Desse modo, o que, entretanto, precisa ser compreendido, é que “subjetividade ontológica não implica subjetividade epistêmica”¹⁶⁵ e que, precisamente por isso, “podemos ter domínios como “política” ou “economia” cujas entidades são ontologicamente subjetivas, e ainda conceber o fato epistemicamente objetivo de que George W. Bush é o presidente atual”¹⁶⁶. No modelo analítico de *Searle*, e sua estruturação da “realidade social”, é, portanto, primeiro contrastada aos fenômenos cuja *substância* e potencialidade *relacional*¹⁶⁷ independem da existência de um observador e, segundo, à natureza das proposições deste observador, ao meramente “figurar” a “afiguração”, no sentido imposto em *Wittgenstein*, utilizando a *matéria Linguagem* como conduto “objetivo”, ou interpondo-se “subjetivamente” por tal *materialização*, como explicitado em *Benveniste*, que se pode, à princípio, conceber que, para além do que vimos, a *Linguagem* ademais de *materializar-se*, e, portanto, de se projetar, à todo tempo, de *não matéria* a *matéria*, pode também, em sentido supostamente oposto, conceber propriedades “objetivas” a realidades que, de fato, não existem para fora da “subjetividade”. Diante disso, é o conceito de “poder deôntico”¹⁶⁸ em *Searle*, abordado à seguir, que, diante dos outrora elencados, nos auxilia compreender o papel da *Linguagem*, materializada ou não, na confecção disso que se entende por “realidade social”¹⁶⁹. Para tanto, depois de clarificada as possíveis relações entre “subjetivo” e “objetivo” nos campos “epistêmicos” e “ontológicos”, nos resta introduzir, de seu glossário, o termo que lhe serve por eixo. Para o autor, o conceito “poder deôntico” faz menção a propriedades “como direitos, deveres e obrigações”¹⁷⁰, que constituam e exerçam poder, e que, por ilustração, possam ser observados no funcionamento dos “*direitos e obrigações de cidadania e emprego*”¹⁷¹, ou nas normativas associadas a áreas outras do escopo social humano, cultural, como, por exemplo, o campo das etiquetas sociais, das relações entre *formal* e *informal*, das regras não ditas dos relacionamentos afetivos, etc. É, portanto, através do estabelecer de diretrizes e regras que um “poder deôntico” logra ser, de fato, um *poder*. “Poderes deônticos”, estão, de um modo geral, vinculados a outro

¹⁶³ “pains, tickles and itches”

¹⁶⁴ “their existence depends on being experienced by a human or animal subject”

¹⁶⁵ “ontological subjectivity does not itself imply epistemic subjectivity”

¹⁶⁶ “one can have a domain such as politics or economics whose entities are ontologically subjective, but one can still make the epistemically objective fact that George W. Bush is now president”

¹⁶⁷ A união entre as constatações de “substância” de algo e sua “relação” com outros é, como vimos no capítulo 2 da presente obra, o que constitui, em *Wittgenstein*, o conceito de “fato”.

¹⁶⁸ “deontic power” *Jonh Searle, Making the Social World, 2009, p. 91.*

¹⁶⁹ “Social reality”

¹⁷⁰ “such as those of rights, duties and obligations”

¹⁷¹ “rights and obligations of citizenship and employment”

conceito importante na literatura de *Searle*, o conceito de "instituição", também apresentado em *jogo de opostos*, e se compreende pelo contraste de si em relação à entidade que institui ou institucionaliza. Daí que, em *Searle*, em "a Igreja Católica é uma instituição, religião não é; a Fundação Nacional da Ciência é uma instituição, a ciência não é; Propriedade Privada é uma instituição, um carro não é"¹⁷², pautado pelo critério, por ele estabelecido, de que uma "instituição", para sê-lo, não basta simplesmente ser instituída – como, por exemplo, "o calendário cristão"¹⁷³ –, mas que, para ser assim compreendida, necessita derivar de si uma "direitos e obrigações", ou "poderes deônticos", constitutivos de uma: *realidade social*. Toda instituição "gerará fatos institucionais de maneiras que serão claras para as pessoas familiarizadas com os modos de operação da instituição"¹⁷⁴. Assim, uma vez estabelecido a existência dos *processos deontológicos*, e, de modo específico, evidenciado aspectos chave do funcionalismo das "instituições" humanas, faz-se impreterível, de modo conclusório, pensarmos sua relação com a *Linguagem* e suas complexidades. Segundo *Searle*:

"A capacidade de impor funções a objetos e pessoas onde objetos e pessoas não possam performar tais funções somente em virtude de suas estruturas físicas. A performance da função requer a existência de um status coletivamente reconhecido possuído pela pessoa ou objeto, e é somente em virtude de tal status possuído que a pessoa ou objeto pode performar a função em questão"¹⁷⁵

Desse modo, na "capacidade de impor funções", como descrita por *Searle*, reside a correlação, outrora anunciada, entre as propriedades da *Linguagem* e a realidade do *fatos*, são as tais "funções de status"¹⁷⁶ impostas através do manejo diretivo dos signos e demais convenções sociais, através de "nossa habilidade de seguir regras, procedimentos ou práticas em que consideramos uma coisa como tendo um designado status"¹⁷⁷. É isso que, de modo complexo, possibilita a existência e manutenção disso que, em *Searle*, se faz entender por "social reality". Pois, desse modo, tomando um

¹⁷² "the Catholic Church is an institution, religion is not; the National Science Fundation is an institution, science is not; Private Property is an institution, a car is not" SEARLE, *ibid.*2009, p. 92.

¹⁷³ "the Christian calendar"

¹⁷⁴ "will generate institutional facts in ways that will be clear to people familiar with the operation of the institution"

¹⁷⁵ "The capacity to impose functions on objects and people where the objects and the people cannot perform the functions solely in virtue of their physical structure. The performance of the function requires that there be a collectively recognized status that the person or object has, and it is only in virtue of that status that the person or object can perform the function in question" SEARLE, *ibid.*2009, p.92

¹⁷⁶ "Status Funtions"

¹⁷⁷ "our ability to follow a set of rules, procedures or practices, whereby we count certain things as having a certain status" SEARLE, *ibid.*, 2003, p. 8.

semelhante qualquer, fazemo-no classificar *senador* ou *bispo*, do mesmo modo que um objeto ordinário como o papel “faz-se contar por dinheiro em nossa sociedade”¹⁷⁸, que, diante das materialidades acústicas que nos cabem produzir por meio do aparato biológico que nos constitui, uma dada “seqüência de sons”, ou marcação, “contam como uma sentença”¹⁷⁹. Este processo de atribuição de papéis e valores, que, de modo axial, constitui a vera explicitação da *Linguagem*, ao possibilitar, como vimos, um *contar como sentença*, possibilita também, dentre elas, um tipo específico das mesmas, classificado, em Searle, como “speech acts”¹⁸⁰, ou *atos de fala*. É “essa propriedade, a distinta propriedade humana, de contar certas coisas como tendo o status que elas não têm intrinsecamente”¹⁸¹, aquilo que, constituído por “atos de fala”, fazem “garantir, com tal status, uma gama de funções, que podem apenas ser performadas em virtude da aceitação coletiva do status e da função correspondente”¹⁸² e que tal processo “cria a vera possibilidade de existência de fatos institucionais”¹⁸³, já que “fatos institucionais são constituídos pela existência das funções de status”¹⁸⁴. Assim que, em resumo, por meio das postulações de Searle, a *realidade social* – “Social Reality” – se faz produzir à partir do manejo e execução disso que chama “atos de fala”, tipos particulares de formulações dentre os frutos da *Linguagem*, que, por significarem designações – e *designarem significações* – fundamentam na “instituição” isso que designa seu poder, seu “poder institucional”, ou a capacidade de designar responsabilidades, obrigações, regras, etc., que, por sua vez, atribuem ao domínio do real uma outra categoria de fatos, mais além da natureza. E isso porque, a subjetividade humana ou animal, diante daquilo que há, organiza os “fatos” do mundo, na literatura de Searle, entre aquilo que se faz *existir subjetivamente x objetivamente*, e aquilo que se faz *experimentar* pelas mesmas vias.

Munidos de tal compreensão, nos cabe, em conclusão, pontuar que se “a natureza dos “estados funcionais” requer que eles sejam coletivamente reconhecidos para que possam funcionar”¹⁸⁵, por conseguinte, é necessário “que hajam alguns

¹⁷⁸ “such a type of object counts as money in our society” SEARLE, *ibid.*, 2003, *loc. cit.*

¹⁷⁹ “sequence of sounds or marks counts as a sentence” SEARLE, *ibid.*, 2003, *loc. cit.*

¹⁸⁰ P.8

¹⁸¹ It is this feature, the distinctly human feature, to count certain things as having a status that they do not have intrinsically. SEARLE, *ibid.*, 2003, *loc. cit.*

¹⁸² “to grant, with that status, a set of functions, which can only be performed in virtue of the collective acceptance of the status and the corresponding function” SEARLE, *ibid.*, 2003, *loc. cit.*

¹⁸³ “that creates the very possibility of institutional facts” SEARLE, *ibid.*, 2003, *loc. cit.*

¹⁸⁴ “Institutional facts are constituted by the existence of status function” SEARLE, *ibid.*, 2003, *loc. cit.*

¹⁸⁵ “the nature of status functions requires that they be collectively recognized in order to do their work” SEARLE, *ibid.*, 2003, p.10

procedimentos anteriormente aceitos pelos quais os fatos institucionais possam vir a ser reconhecidos¹⁸⁶, ou seja, um modo viabilizador pelo qual possam ser convencionados, eis ai, como vimos, o papel da *Linguagem* e suas *materializações*. Pois por ela, “temos procedimentos pelos quais fazemos declarações, produzimos questões e firmamos promessas¹⁸⁷, tornando os “estados funcionais” comunicáveis a outros. Uma vez que, para todos os efeitos, “apenas existem pela condição de serem validados, reconhecidos, e aceitos¹⁸⁸ por agentes distintos, em uma dada comunidade, cultura, tempo histórico, etc. Por isso “a linguagem é constitutiva de fatos institucionais¹⁸⁹ ao operar, através de si, a formula “X conta como Y em C¹⁹⁰ – o que é dizer que uma *coisa* representa *outra* em uma terceira –, pois a reorientação de X para Y, como na formula acima, “só pode existir condicionalmente a representação de sua existência¹⁹¹. Pois, ademais, “não há nenhum atributo físico presente no termo Y que não estivesse presente no termo X. Em realidade, o termo Y é apenas o termo X representado de certo modo¹⁹², e, por fim, para que tal representação possa ocorrer, é preciso que haja Linguagem, e que dela, pelas razões elencadas aqui, se permita e patrocine confeccionar “realidades sociais”.

5 O “CHIRRÍN CHIRRIÓN” NO PLANALTO.

Conforme estabelecido, já por percurso e estrutura, nos propusemos, primeiro, compreender os aspectos da *Linguagem* que nos auxiliam compreender a natureza e o caráter operacional de um fenômeno – humano por excelência –, tal qual o evidenciado no episódio “Golpe” x “Impeachment”, à ser trabalhado no presente capítulo. Nossa opção estrutural primeira, de resguardá-lo, por assim dizer, de abordagens diretas nos percursos constitutivos dos capítulos anteriores, serviu ao propósito de, uma vez apresentados em abstrações, compreender, agora, em específico, aspectos constitutivos da relação dicotômica “Golpe” x “Impeachment”, de modo a nos libertar, no efetivar de

¹⁸⁶ requires that there be some antecedently accepted procedure in accordance with which the institutional facts can be acknowledged” SEARLE, *ibid.*, 2003, *loc. cit.*

¹⁸⁷ “we have procedures by which we make statements, ask questions and give promises” SEARLE, *ibid.*, 2003, *loc. cit.*

¹⁸⁸ “only exist as long as they are acknowledged, recognized, or otherwise accepted” SEARLE, *ibid.*, 2003, *loc. cit.*

¹⁸⁹ “language is constitutive of institutional facts” SEARLE, *ibid.*, 2003, p.11

¹⁹⁰ “X counts as Y in C” SEARLE, *ibid.*, 2003, p. 9

¹⁹¹ “can only exist insofar as it is represented as existing” SEARLE, *ibid.*, 2003, p.11

¹⁹² “There is no physical feature present in the Y term that was not present in the X. Rather the Y term just is the X term represented in a certain way.” SEARLE, *ibid.*, 2003, *loc. cit.*

nosso trajeto, de qualquer ilusão interpretativa que, por ventura, nos fizesse, caso optássemos por um caminho distinto, incorrer no equívoco de compreendermos o paradoxo em questão não como fruto legítimo do próprio processo constitutivo da *Linguagem*, mas em função de alguma estrutura outra, histórica, social, jurídica, lexical, etc., que, em realidade, para além de metonímias e disciplinas, constituem, e suas complexidades constitutivas, desdobramento da categoria maior que é a *Linguagem*. Por razão disso, logramos discorrer, por todo o trajeto que nos constituiu, acerca de pormenores constitutivos dos aspectos da *Linguagem* que, em razão de nossa delimitação e tema, nos cabia, por estrutura e percurso, investigar. Tal intenção pedagógica, intencional, nos permitiu privilegiar, de um modo mais amplo, as bases epistêmicas – biológicas, psicológicas, estruturais, etc. – que contribuíssem compreender a constituição da dicotomia “Golpe” x “Impeachment” e sua relação com o real, para além de sua relação ideológica, mais óbvia. Abordando, agora, desde o que superficializa em Léxico, Semântica, Memória, etc., ao que, em função disso faz modelar, à seu modo, a “realidade social”. Daí que, diante da pavimentação constituinte de nosso trajeto presente, e das contribuições que, por toda sua extensão, lhe serviram por eixo, estendemos o convite de, agora, munidos de tais vicissitudes, recordar e aplicar, em face aos fatos presentes, conceitos e perspectivas anteriormente percorridas, preparadas com o intuito de, antes mesmo de examinarmos os pormenores de nosso problema título¹⁹³, já pudéssemos, por vias de nossa cadenciada construção, haver incorporado as ferramentas e perspectivas que, agora, diante dele, se fazem precisas. Assim, ao encerrarmos nosso percurso, na evidenciação, propriamente dita, de nosso problema de pesquisa e sua crucial contextualização, cabe-nos, em especial, esclarecer que em função dos atributos latentes que nele se fazem manifestar, como, por exemplo, seu **a)** intrínseco aspecto popular, **b)** seu caráter semântico-paradoxal, **c)** sua qualidade totalizadora – produtora de recortes –, **d)** sua inerente psicologia motivacional, **e)** sua brevidade inerente, **f)** sua transitoriedade, etc., justifica-se, aqui nosso trajeto por vezes conciliatório, tendo em vista sua potencialidade interdisciplinar, e suas peculiaridades históricas, lingüísticas, culturais, etc., possível das contradições da *Linguagem*, para além, todavia, de qualquer consideração reducionista, ainda que igualmente válidas. Assim que, viabilizados pelas constatações que nos alicerçaram, tomaremos, por fim, o paradoxo “Golpe” x “Impeachment”, e o pensaremos, por exercício, à luz de nossas convicções.

¹⁹³ O Chirrin Chirion no Planalto.

5.1 O CHIRRÍN CHIRRIÓN DO DIABO¹⁹⁴

“Todas as máscaras que a alma humana // para si, mesma usa, eu arranquei – // A própria dúvida, trementemente, // Arranquei eu de mim, e inda depois // Outra máscara”¹⁹⁵. *Fernando Pessoa*¹⁹⁶, em sua adaptação de *Fausto*¹⁹⁷, enuncia em primeira pessoa as angústias desse hepta-centenário personagem¹⁹⁸, e explicita, como no trecho em recorte, sua constituinte relação entre conhecimento do mundo – ou da busca humana pela *verdade* –, e os processos psicológicos, subjetivos, da constituição da identidade. Assim, seja aonde quer que se manifeste – na poesia de *Pessoa* ou de *Goethe*, ou no cinema recente de *Sokurov*¹⁹⁹ –, *Fausto*, como arquétipo, logra sempre encarnar, nas entrelinhas de sua trajetória, a projeção da vontade ou espírito humano, em sua inquietação mais essencial, diante da concepção de sua auto-insuficiência e paradoxal vocação combatente, indômita, por vezes herege, *pedra angular* de suas ponderações e infelicidades. *Fausto*, como preferimos fazê-lo, também pode ser compreendido, desde uma interpretação histórica. Considerado como *tipo* ou *significante*, de um eixo, ideologicamente inconciliável, entre a histórica constituição do homem pré e modernidade e seu devir modernizado, de modo a reconhecer-se em face aos próprios limites. É curioso pensar que *Roberto Gomes Bolaños*²⁰⁰, cidadão latino-americano do século XX, em sua vocação popular, televisiva, cômica, tenha se interessado em adaptar a contemplativa narrativa de *Fausto* a uma peça de humor e leveza, em uma de suas celebres obras seriadas: “*Él Chapulín Colorado*”²⁰¹, em 1974.

O *Fausto* de *Bolaños*, diferentemente dos demais, ao se deparar, em toda sua agonia e inadequação, diante do diabo Mefistófeles, recebe do mesmo um artefato

¹⁹⁴ El Chirrin Chirrión Del Diablo, (De acordo com o Diabo), é um episódio do programa El Chapulín Colorado, (Chapolin Colorado), exibido em 1976, onde a personagem interpretada por Florinda Meza convoca ao Chapolin para ajudar a lidar com uma situação em que seu noivo deseja roubar a invenção de seu pai, o Professor Inventivo. Para solucionar o problema o Chapolin conta a história de Fausto ao Noivo. Na história Fausto faz um pacto com o Diabo, que lhe dá o ChirrinChirrión do Diabo em troca de sua alma, com o ChirrinChirrión ele consegue reaver sua juventude e tenta conquistar Margarida ao realizar seus desejos.

¹⁹⁵ PESSOA, Fernando. Primeiro Fausto. Poesia Completa. Companhia José Aguilar, Rio de Janeiro, 1972, p. 638.

¹⁹⁶ Fernando Pessoa foi um escritor e pensador português, principalmente conhecido, em seu nome e através de heterônimos, como poeta.

¹⁹⁷ PESSOA, ibidem, 1972.

¹⁹⁸ Fausto é o protagonista de uma popular lenda alemã de um pacto com o demônio, baseada no médico, mago e alquimista alemão Dr. Johannes Georg Faust.

¹⁹⁹ Faust, (Fausto), é um filme dramático russo dirigido por Alexandr Sokurov, que venceu o Leão de Ouro do 68.º Festival de Veneza em 2011.

²⁰⁰ Roberto Bolaños, conhecido como Chespirito, foi um ator, comediante, produtor e roteirista mexicano, ícone do humor latinoamericano, também foi o criador dos programas El Chavo delOcho, (Chaves), El Chapulín Colorado, (Chapolin Colorado) e do Programa Chespirito.

²⁰¹ El Chapulín Colorado, (Chapolin Colorado), é uma série humorística mexicana concebida por Roberto Bolaños que circula na televisão e também em revistas de quadrinhos.

mágico cujo modo de operação se dá através de um comando vocal dirigido, no proferir de duas palavras antagônicas. Desse modo, tendo em posse o objeto mágico de Mefistófeles, bastava que Fausto intencionalmente dissesse “*Chirín*”, para que as coisas aparecessem e ““*Chirrión*” para que desapareçam”²⁰², logrando assim materializar diante de si qualquer realidade possível, tão fácil quanto alienava-se dela, ao fazê-la desaparecer. A narrativa em questão, por seu caráter lúdico, humorístico, popular, aparenta ser menos complexa do que de fato se constitui ser. Pois, mesmo ao banalizar, em risos irreverentes, toda a carga contemplativa da tradição, sucede, por exemplo, transpor as sutilezas de seu original ao, por exemplo, concluir-se em narrativa, logo diante dos créditos de encerramento, na anunciação da invenção de um gênio cientista, que, sem se dar conta, havia criado em laboratório o mesmo dispositivo dado a Fausto por Mefistófeles, todavia sem que ainda pudesse usá-lo, por não conhecer os dispositivos de fala que o acionam. Contêm-se aí, a título ilustrativo, a representação do embate paradoxal entre “ciência” e “magia” tão caro à figura e contexto de Fausto. Outro ponto fundamental de tal adaptação, e que nos inspira a acioná-la em título, como síntese metafórica de nosso percurso, é a constituição do drama em questão, por vias de um contrato jurídico, entre o diabo Mefistófeles, interpretado por *Ramon Valdez*²⁰³, e o personagem de Bolaños, o Dr. Fausto. Na narrativa, o diabo dá a Fausto um emblemático dispositivo, adquirido ao concordar entregar, por vias de um contrato, sua própria alma eterna. Todavia *Bolaños*, contrário a toda tradição, mediante um manejo interpretativo das condições jurídicas estabelecidas por Mefistófeles, designa a vitória do embate a Fausto e não ao diabo, quando este primeiro, diante da cobrança final do segundo, utiliza o dispositivo que comprara para fazer desaparecer a diabólica e pétrea normativa jurídica. Eis então, para termos de nossa empresada, a ilustração que nos norteia: pois através do emprego de meras palavras, em um contexto jurídico escatológico, se fazem “aparecer” e “desaparecer” realidades funcionais distintas.

5.2 (...) ÀS MARGENS PLÁCIDAS // DE UM POVO HERÓICO (...) ²⁰⁴

²⁰² Transcrição da fala da personagem de Florinda Mesa, tal qual apresentada em português. (Marcações são de nossa autoria.)

²⁰³ Ramón Valdez foi um ator e comediante que iniciou sua carreira na Época de Ouro do Cinema mexicano e foi consagrado como ícone da cultura popular latinoamericana com o personagem Seu Madruga ou Don Ramón.

²⁰⁴ Recorte da poesia de Olavo Bilac, “A última flor do Lácio”, presente no Hino nacional entre as frases: “Ouviram do Ipiranga às margens plácidas // de um povo heróico, o brado retumbante”. Valendo-nos da mesma construção narrativa que constitui hoje as epígrafes da bandeira de Minas Gerais, no recorte de igual natureza do poema de Virgílio, insinuamos aqui, a partir do texto da nação, por excelência, a idéia de que, mesmo em recorte literal, todo sentido se constrói à partir do subjetivo, do histórico e do cultural. Pois não há lugares seguros na Linguagem.

As eleições de 2014 no Brasil, não configuraram eventos ordinários. Situadas um ano depois dos eventos que configuraram as “Jornadas de Junho”, onde irromperam por todo o país manifestações contra o aumento da passagem de ônibus²⁰⁵, demonstrações posteriores “anti-corrupção”²⁰⁶, ocupações de caráter horizontal organizadas em várias cidades do país²⁰⁷, etc., em esforços indivisivelmente corporais, necessariamente presenciais, em que se viam engajar, em grandes números, coletivos humanos por várias ruas do país. É nesse contexto que, em 2014, diante de seu opositor, o senador mineiro Aécio Neves²⁰⁸, em disputa de segundo turno acirrada, Dilma Rousseff²⁰⁹, então presidenta do Brasil, vence a corrida eleitoral, com 54.501.118 votos²¹⁰, sagrando-se detentora do cargo presidencial, por uma vantagem de 3.28% total. Um ano mais tarde, dá-se início o controverso processo que, em 2016, destituiria do poder máximo a eleita presidenta, por vias de uma ação legalista. Todos os detalhes de tal operação, suas resoluções, motivações, constitutivos legais, fundações ideológicas, formações discursivas, ontologias, etc., por via de regra, não nos interessam aqui. Pois, daquilo que sucedeu nos anos subseqüentes a 2015, **a)** o afastamento da presidenta, **b)** seu processo de defesa, **c)** a histórica votação da “Câmara dos Deputados”, **e)** a subseqüente votação da casa do Senado federal, **f)** a efetivação do seu desvincular do acento presidencial e subseqüente assunção de seu *vice*, **g)** toda sorte de escândalos políticos²¹¹ que marcaram a subseqüente gerência do país desde então, **h)** a perseguição midiática em torno da figura do ex-presidente da República Luís Inácio Lula da Silva²¹², **i)** o desvelar da Lava-Jato²¹³, e **j)** as controversas “delações premiadas”, parte constituinte

²⁰⁵ CHARLEAUX, João Paulo. “O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013. E no que elas deram”. Nexo, Junho de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>>

²⁰⁶ VILLELA, Gustavo. “O Brasil foi às ruas em junho de 2013”, O Globo, Maio de 2014. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-foi-as-ruas-em-junho-de-2013-12500090>>

²⁰⁷ “Manifestantes seguem na ocupação da Câmara Municipal de BH”, G1, Junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/manifestantes-seguem-na-ocupacao-da-camara-municipal-de-belo-horizonte.html>>

²⁰⁸ Aécio Neves é um economista e político brasileiro filiado ao PSDB, também é Senador por Minas Gerais e foi governador do mesmo estado. É neto de Tancredo Neves.

²⁰⁹ Dilma Rousseff é uma economista e política brasileira filiada ao PT, foi presidente do Brasil tendo sido afastada pelo processo de impeachment.

²¹⁰ <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/dilma-vence-em-15-estados-aecio-em-12-e-no-df.html>>

²¹¹ “A solução mais fácil era botar o Michel”. Os principais trechos do áudio de Romero Jucá. El País, Maio de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html>

²¹² “Justiça confirma: Lula voltará a Curitiba para depor a Moro na próxima semana”. Agência Estado, Gazeta do Povo, Setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/justica-confirma-lula-voltara-a-curitiba-para-depor-a-moro-na-proxima-semana-3um422mmbgxtun8z8m6baenzp>>

²¹³ A Operação Lava Jato foi um conjunto de investigações em realizadas pela Polícia Federal do Brasil, que teve início em 17 de março de 2014 e conta com 47 fases operacionais, autorizadas pelo juiz Sérgio Moro, durante as quais mais de cem pessoas foram presas e condenadas. Investiga crimes de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, organização criminosa, obstrução da justiça, operação fraudulenta de câmbio e recebimento de vantagem indevida. De acordo com investigações e delações

das investigações e engajamentos da Polícia Federal no pós “Golpe” x “Impeachment”, **k)** as denúncias envolvendo ministros da base aliada²¹⁴, e etc., não nos será, em pormenores, levado em consideração na constituição de nossa empreitada. Pois nos interessa, em específico, a constituição da *coisa palavra* e seu reflexo no mundo, ou seja, nos convêm pensar um possível “Chirrín” lingüístico e seu respectivo “aparecer” factual, do mesmo modo que, como face outra da mesma moeda, se possa pensar o contrastivo “Chirrión”, e seu efetivo real em possível “desaparecer”. Todo o mais, de modo referencial, nos posiciona embasados em uma realidade histórica, complexa, e ainda em curso, e estariam, diante da construção e organização de nossa empresa, à margem de nossa abordagem. Pois a razão de nossa empresa é pensar, diante das investigações elencadas sobre a *Linguagem*, o papel da “palavra”, neste contexto específico, diante da confecção de distintos projetos de realidade que, em maior ou menor intensidade, logram perpetuar-se.

5.3 “GOLPE” X “IMPEACHMENT”

Valeremos-nos agora de elementos constitutivos dos capítulos anteriores de nossa empresa, na tentativa de “desnudar”, diante das palavras que logram interagir e provocar “fatos” políticos de nossa época, dois projetos ou leituras do real, igualmente significativas. Por essa razão, nos muniremos de escritos jornalísticos de *Luiz Victor de Queiroz*²¹⁵, publicados no Estadão, no dia 15 de Outubro de 2015, ainda no desvelar dos acontecimentos que, agora, fazemos considerar em retrospecto. Seu texto, intitulado “Impeachment ou Golpe?”, à despeito de sua (argumentável) *não cientificidade*, nos permite pensar o entrave entre ambas palavras, desde **a)** um ponto de vista histórico delimitado, inserido de modo direto no embate que se desvelava, produzido por um agente histórico, “enunciador”, experimentando, em tempo presente, o mesmo processo histórico que descreve. Por razão adicional, o texto de *Queiroz* **b)** não se trata, apenas, de um produto de caráter informativo, mas um que, mesmo ao sê-lo, a todo tempo denuncia-se, em função de seu discurso, em posicionamentos políticos sólidos,

premiadas recebidas pela força-tarefa da Operação Lava Jato, estão envolvidos membros administrativos da empresa estatal petrolífera Petrobras, políticos dos maiores partidos do Brasil, além de empresários de grandes empresas brasileiras. A Polícia Federal considera-a a maior investigação de corrupção da história do país.

²¹⁴ “Vazamento global de informações revela empresas offshore de Meirelles e Blairo Maggi no Caribe”. O Globo, Novembro de 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/vazamento-global-de-informacoes-revela-empresas-offshore-de-meirelles-blairo-maggi-no-caribe-22032040#ixzz50nj95ZOX>>

²¹⁵ Leon Victor Queiroz é professor adjunto da Universidade Federal de Campina Grande, pesquisador do Centro de Estudos Legislativos da UFMG e do PRAETOR - Grupo de estudos sobre Poder Judiciário, Política e Sociedade (UFPE), desenvolve pesquisa em política comparada sobre instituições judiciais na América Latina e escreve para o Estado de São Paulo pelo Blog Legis-Ativo.

coerentes. Ademais, consideramos o texto de *Queiroz*, **c)** por razão de sua enunciação: trata-se de um texto publicado pelo Jornal Estado de São Paulo, diante do processo de afastamento da presidenta Dilma, estruturado de modo a fazer-se destinar a leitores que, dentre outras coisas, se interessam pelos problemas políticos de seu tempo, desde um conforto intelectual e econômico que lhe constituem acesso ao mesmo, fazer sentido das sucessivas reviravoltas políticas, econômicas, culturais, etc., de sua respectiva contemporaneidade. De modo que, diante de tais razões, um texto do dia 15 de Outubro de 2015, produzido próprio epicentro temporal do torvelinho “Golpe” x “Impeachment”, nos serve, agora, por ferramenta epistemológica preciosa.



Figura 1 – Discurso ante o Senado.

Foto: *La tinta.com.ar/* 2016. Disponível em: < 2016/08/impeachment-el-discurso-completo-de-dilma-rousseff-ante-el-senado/>

Queiroz, em seu texto, evidencia o fato de que a palavra “Golpe”, em termos políticos, de modo indissociável, “significa manobra traiçoeira”²¹⁶. E que, ademais, “pressupõe a quebra das regras do jogo”²¹⁷, pois faz denotar uma “ruptura institucional”²¹⁸. O termo em questão, portanto, ao predispor-se traduzir ou *revelar* uma realidade política, denota, implícito a partir de si, **a)** um juízo moral, por sua associação a termos como “traição” e seu correlato “deslealdade”. Denota também: **b)** um juízo jurídico, por sua associação inerente a noção de “instituição”, em ato de “violação” e “sabotagem” em

²¹⁶ QUEIROZ, Leon Víctor. Impeachment ou Golpe? Blog Legis-Ativo, Estadão, Outubro de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/impeachment-ou-golpe/>>

²¹⁷ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

²¹⁸ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

relação à mesma. De modo que, se constitui também, por um âmbito mais genérico: **c)** associado, em metáfora, as “práticas de jogos”, na condição de exemplo execrável, e, de modo mais óbvio, à *práticas de violência*. De modo que, um “Golpe” – seja ele “de estado” ou “empresarial” –, segundo a abordagem de *George Lackoff*, trazida à tona no capítulo três de nossa empresa, denuncia, antes mesmo da ação que denuncia em contexto, uma relação com o *caráter constitutivo de nossos processos cognitivos*, como evidencia *Lackoff*, já por vias de uma memória associativa, essencialmente metafórica, da própria palavra “Golpe” empregada. Por conseguinte, ao seguirmos o modelo de *Lackoff*, descobrimos que no campo da construção “Golpe”, obtêm-se, em associação a tal construção, o emprego de significantes e palavras relacionadas a “figuração” de situações e realidades de *violência*, *jogos* e/ou de *execução deliberada de ações*, ao retratá-lo e referenciá-lo por construções que se constituem pelo emprego de signos lingüísticos como “tomada”, “ruptura”, “manobra”, “traição”, etc. De modo que, para além da semântica de seu uso, se ordene também uma notável estruturação, já no campo da escolha das palavras que, em composição estrutural, lhe servem de auxílio. Daí que, não muito diferente da construção inaugural de nossa empresa, no ilustrar de um texto bíblico em recorte, mesmo diante de uma proposição estrutural, léxica, que, em termos frasais, deveria fazer-lhe tênue, como, por exemplo, se somada a construção defendida por *Chomsky*, na junção de um adjetivo em anexo, consegue em positividade dissipar seu negativo latente. Pois “Golpe Brando” – ou “*Soft Coup*”²¹⁹ –, ao adicionar-lhe, em construção, um claro *positivador*, atenuante por natureza, não pode ainda reverter em “Golpe” sua estruturação negativa apresentada. Haja vista que, já no encontro de “(+)” e “(-)”, por resultado, têm-se explicitado, não a adjetivação do substantivo – convertendo a brutalidade de um “míssil” em “pluma” –, mas, do contrário, a poluição do adjetivo atenuante diante das características do substantivo “Golpe” que adorna. Fazendo-se assim, na resultante do encontro, um todo *ainda mais* “permeado por artimanhas” que outrora lograva ser. Ainda mais “asqueroso”, em campo sensorial. E ainda “menos confiável” que o termo em estado bruto. Por conseguinte, como o “Chirrin” de “Chapulín”, a palavra “Golpe”, na condição aspirante de “ato de fala”, circunscreve o real à partir da denúncia de uma realidade oculta, “ocultada”, escancarada na própria palavra “Golpe”, empregada na condição metafórica de balaustre ou lanterna, acionando nos “fatos” seu caráter ocultado, de modo similar ao que Bolaños descreveu em seu mundo fictício.

²¹⁹ CHOMSKY, Noam. Chomsky: O Brasil está sofrendo um golpe brando. Blog da BOITEMPO, 18/05/2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/18/chomsky-o-brasil-esta-sofrendo-um-golpe-brando/>>

Figura 2 – A História não absolverá golpistas.



Foto: [La tinta.com.ar/](http://La.tinta.com.ar/) 2016. Disponível em: < 2016/08/impeachment-el-discurso-completo-de-dilma-rousseff-ante-el-senado/>

Sobre o termo “Impeachment” – menos intuitivo –, por seu caráter institucional implícito, *Queiroz* esclarece que o termo, na constituição brasileira, pertence a classe de elementos que “acabam se tornando incoerentes com a própria natureza do sistema presidencialista”²²⁰, por se tratar de um “instrumento típico do parlamentarismo”²²¹, destinado, em tal contexto, a verificação e possível juízo da conduta relacionada ao cargo de primeiro-ministro, natural de tal sistema político. Todavia, *Queiroz* anuncia, em construção frasal negativa, isto que não poderia vir a definir um “Impeachment”: **a)** tratá-lo como espécie de “voto de confiança”²²², metrônomo de força política e razão para novas alianças ou **b)** um “recall”, ou destituição por razão de “juízo de valor de seus eleitores”²²³, arrependidos de seu voto anterior. Pois, no Brasil, conforme definido por *Queiroz*, “Impeachment significa a perda do mandato do presidente da República em caso de incorrer (subsumir) nas hipóteses de crime de responsabilidade, tratadas na Constituição Federal e na Lei 1.079 de 1950”²²⁴. Desse modo, “Impeachment”, termo jurídico, técnico, só nos revela em termos de nossa compreensão metafórica a seu respeito, aquilo que, empregado em construções em seu contexto, se faz evidenciar. Assim que, de “Impeachment”, os termos “perder”, “sofrer”, “destituir”, “retirada”, etc., contribuem, de modo menos evidente que o analisado em “Golpe”, para um escopo semântico-estrutural

²²⁰ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

²²¹ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

²²² QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

²²³ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

²²⁴ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

negativo de construções que a abarquem em metáforas, ainda que, diferentemente de “Golpe”, a palavra “Impeachment” não se classifique, necessariamente como metáfora.

Ademais, em tentativa de explicitar a impossibilidade de, à partir da letra da lei, incorrer em interpretações objetivas, isto é, de se resguardar, em processo interpretativo, de qualquer interferência “subjativa”, em intencionada aplicação literal dos predicados em questão, *Queiroz* torna evidente, à partir do próprio texto em recorte, o caráter indivisivelmente “subjativo” da escritura da Lei, e sua inquestionável inadequação para *produzir objetividades*. É assim que, no caso de Dilma Rousseff, que foi afastada por supostos crimes de responsabilidade²²⁵, seu julgamento se se fez incluir dentre as interpretações subjativas daqueles que julgaram que estes “atentem contra a probidade na administração”²²⁶, e que, em acréscimo a isto, como descrito na constituição brasileira – no artigo 9º da Lei 1.079 –, a respeito sua conduta presidencial se faça interpretar “proceder de modo incompatível com a dignidade, honra e do decoro do cargo”²²⁷. A conclusão de *Queiroz*, diante dos aspectos “subjativos” latentes da Lei, e da própria configuração da práxis político-administrativa brasileira, é que “a leitura completa da Lei 1.079 mostrará que não é difícil que um presidente da República sofra processo de impedimento”²²⁸, porque, como descreve, “as hipóteses são muitas e, em muitas vezes, imprecisas, abertas, o que leva a múltiplas interpretações”²²⁹. Em acréscimo, diante da extensa gama de justificações plausíveis por lei para a efetivação de um processo de “Impeachment” no país, “quem atua como juiz sobre supostas infrações, é o Senado Federal”²³⁰, que muito não se fazem compor, em quorum, por juristas profissionais ou administradores por vocação. Fato que, segundo *Queiroz*, “acaba sendo um mecanismo político para chantagear o presidente, uma vez que é aparentemente fácil incorrer em uma das hipóteses dos crimes de responsabilidade”²³¹. Daí que, diante das explicitações jurídicas, e de um conhecimento pragmático do modo de operação de suas engenharias, “o impeachment é um julgamento político, que não precisa de nenhuma condenação jurídica ou colegiada”²³². Assim que, diante da permissividade, constitutiva da construção de seu enunciado – sempre de modo impessoal, “objetivado” –, prevalece, de modo alarmante, a condição “subjativa” de sua interpretação diante da *não suficientemente*

²²⁵ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

²²⁶ Queiroz sobre art. 9º.

²²⁷ Lei 1.079 art. 9º VII: “proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.”

²²⁸ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

²²⁹ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

²³⁰ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

²³¹ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

²³² QUEIROZ, *ibid*, loc. cit.

“objetiva” construção do texto da Lei. É por esta razão que, nas palavras de *Atahualpa Fernandez*²³³, quando diante de tais impasses, “a própria existência de normas ambíguas - nas quais uma série de palavras expressa pelo menos dois pensamentos - prova que pensamentos não são a mesma coisa que uma seqüência ou classes de palavras”²³⁴, e que, todavia, como visto anteriormente em relação as materializações da *Linguagem*, “a língua não poderia funcionar se não se assentasse sobre uma vasta infra-estrutura de conhecimento tácito sobre o mundo”²³⁵, por processo de “figuração”, a princípio, mas que se constitua, ademais de uma representação dos fatos brutos do mundo, também “sobre as intenções de outras pessoas”²³⁶. Pois, na assertiva de *Fernandez*, “as palavras sempre são interpretadas no contexto de uma compreensão mais profunda das pessoas e suas relações”²³⁷. Desse modo, ao pensarmos o “Impeachment” como um ato jurídico, veremos, já no caso específico de Dilma Rousseff, que “por mais que o direito se sustente por estruturas teóricas, é necessário se preocupar com a figura humana do juiz”²³⁸, que, à despeito de qualquer tentativa ou pretensão de “objetividade”, “não pode, a pretexto de uma segurança jurídica ou de uma força vinculante da jurisprudência, matar o que há de mais digno e louvável na atividade judicante: o sentimento”²³⁹, ou, como aqui nos referimos por todo o percurso enunciativo: sua “subjetividade” – denunciada em por menores nas instâncias trazidas no capítulo três de nossa apresentação.

Deste modo, se – como defendemos –, a (matriz) *Linguagem*, por via das normativas impositivas (convencionadas) que *materializa*, logra, como a si mesma, constituí-las imanentemente “subjetivas”, logo, por vias de sua própria manutenção e usufruto, tendo em mente o fator indissociável das relações humanas que lhe constituem, logra, também e principalmente, promover, através das mesmas, processos inerentemente “subjetivadores”. De modo que, mediante tal compreensão, logra fazer-se também na instância da *materialização*, como a criança diante da mãe – portadora de seu potencial constitutivo indivisível, ainda que dependente da mesma por nutrição e subsistência –, a *substanciação* dos atributos da *matriz* na entidade *materializada* em função dela.

²³³ Atahualpa Fernandez é membro do Ministério Público da União/MPU/MPT/Brasil, Doutor em Filosofia Jurídica, Moral y Política, pesquisador em Teoría Social, Ética y Economía, Mestre em Ciências Jurídico-civilísticas e Profesor Colaborador Honorífico Universitat de les Illes Balears- Human Evolution and Cognition Group/UIB/Espana.

²³⁴ FERNANDEZ, Atahualpa. Hermenêutica filosófica e interpretação jurídica: por uma consciência do cérebro. Research Gate, 2013, p. 4.

²³⁵ FERNANDEZ, *ibid.*, et. seq.

²³⁶ FERNANDEZ, *ibid.*, et. seq.

²³⁷ FERNANDEZ, *ibid.*, et. seq.

²³⁸ VARGAS, Robson de. “O juiz e o ato de julgar: alguns aspectos envolvidos na construção da decisão judicial” Jus Navigandi, Agosto de 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25142/o-juiz-e-o-ato-de-julgar>>

²³⁹ VARGAS, *ibid.*, loc. cit.

5.4 O “CHIRRÍN CHIRRIÓN” NO PLANALTO

Conforme estabelecemos a pouco, de modo análogo às palavras mágicas de “Chapulín Colorado”, o paradoxo “Golpe” x “Impeachment”, pelas razões outrora listadas, de modo metafórico, por elas se fazem tipificar. Todavia, ao fazê-lo, não sucedem “figurar”, em definição *wittgensteiniana* – explicitada no capítulo segundo da presente empresa –, nenhum aspecto “ontologicamente objetivo” do real. Pois, em realidade, como discorrido no capítulo quatro de nossa empresa, constituem projetos ou potencialidades de confecção de “realidades sociais”, tanto em seu aspecto metafórico inerente, outrora abordado, quanto por seu caráter institucional axial, denunciativo, por vias opostas, de poderes igualmente “deônticos”, constituindo, nas concepções de Searle, isso que classifica por “atos de fala”. De modo que, tal qual em relação a criação do universo no “gêneses” judaico, no quando em que “Deus disse, haja luz: e luz se fez”²⁴⁰, em “Golpe” x “Impeachment”, quanto ao que diz respeito ao campo das “realidades sociais”, explicitadas na formula “X conta como Y em C”²⁴¹, evidencia, pela mesma formulação, que, também em função da *Linguagem, Dilma*, pelas normas institucionais convencionadas – e por pactos convencionados de realidade –, logra *presidir* a “Instituição” Brasil em 2014 e que, por vias da “subjetividade” de agentes outros, patrocinadas pelos caracteres “subjetivadores” da própria *materialização*, passa a deixar de relacionar-se, *como “X”, na função “Y”, no grande “C” que é configura a República Federativa Brasileira*. Portanto, dizer “Golpe” e dizer “Impeachment”, inescapavelmente, constitui, através de uma projeção de “realidade social” cuidadosamente confeccionada – “ontologicamente subjetiva”, ainda que “epistemicamente objetiva” –, o advogar, em ambos os casos, da manutenção de sua respectiva produção “enunciativa” em combate a outra, e *vice versa*. Por isso, diante da liberdade emprestada da metáfora de Bolaños, compreendemos que, desde 2015, no Brasil, ao invés dos engraçados regionalismos mexicanos de “Chapulín”, gritamos “Golpe”, “para que as coisas apareçam”, e “Impeachment”, pelo contrário, “para que desapareçam”. E que todo “aparecer” x “desaparecer”, assim compreendido, não configuram “figuração” do real verdadeiro, mas um projeto de confecção de “realidade social”, por vias da *Linguagem*. Pois, como visto em *Queiroz*, tão certo como dizer “Golpe” não garante a “figuração” pura dos fatos históricos, dizer “Impeachment”, ao contrário do que se possa pensar, também não pode sequer se constituir por discursiva defesa das propriedades administrativas da instituição

²⁴⁰ “And God said, Let there be light: and there was light.” Gênesis 1:3, K. J. V., 1979.

²⁴¹ Capítulo 4 do presente texto

Federal (e da Lei). E que nem tampouco pode constituir defesa de pressupostos de ordem ética ou moral, ou qualquer legado “anti-corrupção”, uma vez que, em realidade, dizer “Impeachment” é, no contexto dos embates históricos do tempo político em recorte, esconder que, pela mesma Lei, “não dá pra aceitar a correção de um suposto erro com outro”²⁴². Ambos processos, ainda que opostos, se configuram pelo manejo mais simples e direto de construções discursivas, ideológicas, enviesados, na clara intenção de evidenciar e de ocultar aspectos da realidade social que lhe sejam de interesse.

É importante considerar, ademais, que, nas palavras de Queiroz, “a Constituição concedeu ao presidente da Câmara a função exclusiva de aceitar ou rejeitar pedidos de impeachment”²⁴³, e que os deu a *ele*, apenas. De sorte que “nem a Constituição, nem a Lei 1.079, falam em recurso contra a decisão do presidente da Câmara”²⁴⁴. Ergo, a própria gênese do processo efetivador do “Impeachment”, supostamente mais “objetivo” que o discurso do “Golpe”, depende inteiramente da disso que se entende por “subjetividade do juiz” – ou juízes, no caso –, e dos respectivos “poderes deônticos” a eles conferidos pela “Instituição” Brasil, na confecção de uma realidade distinta, alternativa, em que, pelos canais que viabilizam as “subjetivações”, *X viesse a não mais contar como Y em C*²⁴⁵. A metáfora do “Impeachment”, como o “Chirrión” de Bolaños, denuncia, ainda mais que em “Golpe”, a subjetividade da Linguagem e o processo de confecção das “realidades sociais”, ao fazer com “que as coisas desapareçam”²⁴⁶.

Se pensado em coletivo, no grande escopo das agências que lhe constituem, o processo político do “Golpe” x “Impeachment”, para além de sua dicotomia evidente, se estrutura, ademais, por construções semânticas outras, essencialmente metafóricas, igualmente evidenciáveis de processos de “realidade social” e “enunciação”, como, por exemplo, os títulos atribuídos às “Instituições” que, em função dos processos históricos, sob a autoridade e tutela da *Polícia Federal* brasileira, se fizeram formar nos períodos adjacentes a ele. Dentre as quais, destacamos a importância da “Lava-Jato”, carro-chefe das investigações e contradições constitutivas deste período histórico, e seus desdobramentos operativos, metafóricos, discursivos, socialmente construídos, etc. Consideremos, por exemplo os nomes das seguintes operações da já metaforicamente

²⁴² QUEIROZ, *ibid*, loc. cit

²⁴³ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit

²⁴⁴ QUEIROZ, *ibid*, loc. cit

²⁴⁵ Ver capítulo 4 da presente empresa.

²⁴⁶ Referencia capítulo 5.

construída instituição “Lava-jato”: operação “Leviatã”²⁴⁷, em Fevereiro de 2017, operação “Descobridor”, em Novembro 2016, operação “Resta Um”, em Agosto de 2016, ou operação “Caça-Fantasmas”, em Julho de 2016, em que a própria escolha dos nomes, em significação semântica “enunciativa”, “tipificada”, imprime juízos discursivos e temas a procedimentos supostamente “objetivos”, no imaginário popular. Consideremos, ademais, pela vastidão dos exemplos produzidos por ela, nomes como “Acarajé”, “Pixuleco”, “Juízo Final”, “Asfixia”, “Blackout”, e a mais recente, de nome “Cobra”, em “referencia ao codinome dado ao principal investigado”²⁴⁸, em Julho de 2017, que, coincidentemente ou não, ostenta por nome próprio o título do clássico filme de ação protagonizado por Sylvester Stallone²⁴⁹.

De natureza essencialmente discursiva, enunciativa, “subjativa”, etc., constitui-se também a construção temática de um “Tchau Querida”²⁵⁰, empregada no processo de impeachment por grupos da oposição, onde, na estrutura da construção, o signo linguístico “Tchau”, destinado a cotidianos acenos, passa então a significar a destituição, propriamente dita, do cargo da presidenta no processo de jurídico que o possibilitaria. E que, por “Querida”, construção afetiva do campo das relações humanas, embebida de “sarcasmo” – elemento subjetivo por excelência –, passa a ressignificar-se em referência a figura Dilma Rousseff a quem, pelo contrário, *não se quer bem*. De tal modo que, a mesma placa nas mãos dos deputados e transeuntes no dia da votação de caso, num cenário outro, como, por exemplo, a ambientação de um aeroporto em dia de semana, significaria coisa completamente distinta, em nada associada à *Rousseff* ou ao processo de “Impeachment”.

Figura 3 - Câmara dos Deputados (Impeachment Já!)

²⁴⁷ Site da Polícia Federal sobre a operação Lava-Jato: www.gov.br/imprensa/lava-jato/fases-da-operacao-lava-jato-1, todas as posteriores possuem a mesma referência.

²⁴⁸ Site da Polícia Federal: www.pf.gov.br/agencia/noticias/2017/pf-deflagra-42-fase-da-operacao-lava-jato

²⁴⁹ Cobra (Stallone Cobra) é um filme estadunidense de 1986, dirigido por George P. Cosmatos e distribuído pela Warner. Bros.

²⁵⁰ <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/tchau-querida-camara-autoriza-impeachment-de-dilma-vitoria-parcial-contra-a-impunidade/>> e <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762082-veja-frases-dos-deputados-durante-a-votacao-do-impeachment.shtml>>



Foto: Marcelo Camargo/ Agência Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.tribunadosertao.com.br/2016/04/impeachment-de-dilma-e-aprovado-por-367-votos/>

É curioso também pensarmos na construção da campanha “Impeachment Já!”²⁵¹, titulação referente a mesma oposição de “Tchau Querida!”, e que, de modo distinto, se estrutura em conexão com lembrança política de um momento histórico-político outro, num passado não muito distante. Pois “Impeachment Já!”, não acidentalmente, se estrutura em relação ao bordão do passado: (eleições) “Diretas Já!”²⁵², herdando de modo gratuito a memória de discursos democrático-participativos latentes, vivos no imaginário popular, mas que, estruturado como um “Chirrión” de Bolaños, faz-se excludente daquilo de mais importante no original: sua pulsão democrática, de fato. Pois que oculta em seu breve enunciado – de modo implícito, dissimulado –, o fato de um “Impeachment Já!” não necessariamente advogar, como outrora, um processo de eleições diretas. Excluindo em seu emprego e constituição *memorável*, aquilo que, na relação evocada com o “Diretas Já!”, lhe trás legitimidade. Oculta portanto, ao dizer, em plena dissimulação, a realidade que de fato evoca.

Figura 4 - Câmara dos Deputados (Tchau Querida!)

²⁵¹ BRASIL, Felipe Moura. “Impeachment já!” Veja as 10 exigências do Movimento Brasil Livre na ‘Marcha Pela Liberdade’ até Brasília”, Veja, Abril de 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/8220-impeachment-ja-8221-veja-as-10-exigencias-do-movimento-brasil-livre-na-8216-marcha-pela-liberdade-8217-ate-brasilia/>>

²⁵² Diretas Já foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido em 1983-1984.



Foto: Antônio Cruz/ Agência Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/898/impeachment-segundo-tempo>

Desse modo, em breve síntese, basta-nos dizer que diversos muitos “fatos” políticos constitutivos do período histórico em questão – referido, aqui, em metonímia, pelo embate “Golpe” x “Impeachment” –, logram ilustrar verificações dos processos abstratos que constituíram os primeiros quarto capítulos de nossa empresa. Assim que, no capítulo um, ao evidenciarmos a relação entre *Linguagem* e o conceito de “Cultura” e sua contribuição para a formação disso que nos constitui humanos, intentamos reparar, em denúncias, as más compreensões do termo *Linguagem* que de modo equivocado, lhe fazem restringir a suas materializações. Do contrário, como agora, não poderíamos pensar a dicotomia “Golpe” x “Impeachment” para além de sua manifestação textual ou social. Pois, como vimos, ademais de sua óbvia relação comunicacional, uma construção como “Golpe” x “Impeachment”, necessariamente, existe *externa* e *interna* e relação ao referencial humano, pois não poderia existir tal qual é e se impõem, separados em nenhum destes. Pois uma construção como “Golpe” x “Impeachment” se faz configurar, essencialmente, por processos convencionais, sociais, arbitrários, mas que, de igual modo, carecem ser produzidos também por processos psicológicos, *internos*, seja em forma de *discurso* ou interpretação. De modo que, se assim não fosse, tal qual no exemplo bíblico empregado no primeiro capítulo, não poderia, a partir de um enunciado como “Golpe” x “Impeachment”, produzir-se compreensões dúbias, “negativas” e “positivas” a partir da mesma entidade social “afigurada”. Por conseguinte, na impossibilidade explicitada de restringirmos ou adequarmos o fenômeno “Golpe” x

“Impeachment” em função única e exclusiva de sua estrutura sintática – como por exemplo, nos estudos pioneiros de Saussure –, ou, pelo contrário, em função de sua relação comunitária, social, – como, por exemplo, nas contribuições de Bakhtin –, foi impreterível que o concebêssemos à partir da relação entre representação e coisa representada, na estruturação dos signos lingüísticos e sua relação com o mundo – como encontrados no capítulo segundo de nossa empresa.

No capítulo terceiro, sob a ciência de sua estruturação e sua relação com o mundo dos “fatos”, com o intuito de compreendermos em “Golpe” x “Impeachment”, sua constitutiva impossibilidade de, uma vez construídas e firmadas por convenção – no léxico e na Lei – representarem realidades sociais “objetivas”, explicitamos na estrutura da materialização, o reflexo “subjativador” da matriz *Linguagem*, que não somente a atravessa, pois, como evidenciado em Benveniste, no próprio manejo dos signos da *Língua*, encontram-se as ferramentas que lhe permitem simular ou explicitar sua “subjatividade” constitutiva. No capítulo quarto, uma vez concebido que nem tampouco a estrutura das materializações nos garante “objetividade”, intentamos compreender como “Golpe” x “Impeachment” podem confeccionar realidades sociais, à partir de objetividades instituídas, por “atos de fala” e poderes “deônticos”. Vimos também, que em Lacan, a própria possibilidade de um real que ignore o “subjativo” é, em si, uma impossibilidade. O que, em “Golpe” x “Impeachment”, faz-se evidenciar ao compreendermos, por ambos, seu caráter enviesado, tendo por base o mesmo texto legal.

Desse modo, no capítulo presente, diante das considerações acima listadas, intentamos evidenciar, ainda que superficialmente, manifestações de fenômenos tais quais abordados nos capítulos anteriores. E elegemos por epítome a designação metafórica da alegoria de Bolaños, ao compreendermos “Golpe” x “Impeachment”, como respectivos “Chirrín” x “Chirrión”, ou “atos de fala” de Searle, que, por vias de “Instituições” e respectivos poderes “deônticos”, disputam no campo do real, a “figuração” *prospectiva*, “futura”, que sua “subjatividade” conclama. E que é, justamente nesse sentido, que “Golpe” x “Impeachment” logra, como em Bolaños, ocultar e/ou explicitar realidades sociais. Ademais, diante da fissura explicitada no paradoxo acima, e da impossibilidade de repará-la por vias de nossa empresa, lamentamos, como Drummond²⁵³, ser esse *nosso tempo*²⁵⁴, talvez tanto quanto o dele, um “tempo de

²⁵³ Carlos Drummond de Andrade é um poeta brasileiro, nascido em Minas Gerais.

²⁵⁴ Título de um poema de Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1945

partido. // tempo de homens partidos”²⁵⁵, “tempo de divisas”²⁵⁶, “tempo de meio silêncio”²⁵⁷, “tempo de cortinas”²⁵⁸, tempo de disputa nos domínios do *real* por vias das potencialidades da *Linguagem*.

²⁵⁵ ANDRADE, Carlos Drummond. “Nosso Tempo”. Antologia Poética. Record, Ed. 41, 1999, p.119-126

²⁵⁶ *Ibidem*. Et.seq.

²⁵⁷

²⁵⁸

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto de *Queiroz*, trazido em recorte, se destaca dentre os demais por fazer-se enunciar, aos moldes das considerações de Benveniste, como participante ativo do processo histórico que, metonimicamente, aludimos pela dicotomia “Golpe” x “Impeachment”. De modo similar, a própria construção de nossa empreitada, ainda que arquitetada por predicados distintos, acadêmicos por natureza, não sucedem ser menos produto de seu tempo que o texto de *Queiroz* ou nenhum outro. As delimitações de nosso objeto de estudo, suas imanentes provocações e constitutivas complexidades, nos sugerem ser esta, para além de uma análise comprometida, também uma ponderação inescapavelmente mediada pelas angústias de seu *zeitgeist*²⁵⁹. Desse modo, diante de um processo que, todavia, ainda está em desdobramento – indiferente a conclusão de nossa investigação –, propor solucioná-lo ou compreendê-lo, em circunspecção, é tarefa altamente especulativa. Entretanto, pela própria natureza de sua configuração, suas propriedades constitutivas – experimentadas, pelos agentes de seu tempo, tanto coletiva quanto individualmente –, faz-se urgente sua abordagem, e necessária as proposições que, por ventura, lhe façam aclaradas, em maior ou menor nível, diante desses que, como nós, a experimentam. Nos propusemos, portanto, diante da impossibilidade de considerar o paradoxo “Golpe” x “Impeachment” como coisa encerrada, e por percebermos que o mesmo, por constituição e manifestação, apresentava características típicas de outras, revelando em si mesmas, para além das manifestações sócio-históricas que lhe caracterizam, faculdades constitutivas de fenômenos estudados pela disciplinas da Linguística e da Filosofia, por exemplo, nos propusemos, portanto, abordá-lo por vias de sua relação com a *Linguagem* e suas inerentes complexidades, por vias interdisciplinares.

Desse modo, diante do processo que se encerra, concluímos que, diante da complexidade da constituição “Golpe” x “Impeachment”, e seu caráter inerentemente

²⁵⁹ “conjunto de opiniões que dominam um momento específico da história e que, sem nosso saber, ou inconscientemente, formam o pensamento de todos os que vivem em seu contexto” Cf. BRANDÃO, J.M.; MAHFOUD, M.; GIARNODOLI-NASCIMENTO, I. F.A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. *Paidéia*, vol. 21, n. 49, 2011, p. 263-271.

interdisciplinar, nos seria preciso, em ocasião futura, aprofundarmo-nos no exercício de análise aqui iniciado, de modo a permitirmo-nos considerá-lo, para além de um produto possível dos processos da *Linguagem* – como aqui sucedemos fazer –, também como produto histórico, em ocasião da possibilidade de abordá-lo como processo mais uniforme, mais definido, e sob perspectivas outras, para além das contribuições da *Filosofia da Linguagem*, *Lingüística*, etc., aqui organizadas. Entretanto, para além do desejo de darmos seqüência as ponderações aqui inauguradas, é lícito que, também, consideremos os méritos e dificuldades que, aqui, nos constituíram empresa. Pois, de modo norteador, intentamos investigar se na dicotomia “Golpe” x “Impeachment”, por sua vera condição de produto da *Linguagem*, podia-se averiguar processos ou projetos distintos de construções de realidade por vias de seus predicados. E, para que isso fosse possível, nos propusemos organizar, por 4 distintos tomos ou capítulos, uma apresentação teórica, teórico-metodológica ou conceitual, distinguida por temas, acerca dos princípios da *Linguagem* que nos possibilitasse embasar uma aproximação de tal natureza, em um capítulo último. Nossas dificuldades se constituíram em função de desafios impostos pela logística de nossa empresa, condensados em nossa inexperiência e inadequação diante de conceitos tão densos, de caracteres distintos, oriundos de tempos e correntes históricas complementares, e o desafio de relacioná-los. Assim que, diante das proposições estabelecidas e dificuldades encontradas, consideramos haver conseguido, em maior ou menor grau, ter dado cabo das tarefas que, em um primeiro momento, nos impomos realizar. Nos sendo possível, portanto, concluir que, por vias das fundamentações teóricas elencadas acerca das propriedades da *Linguagem*, a construção “Golpe” x “Impeachment”, tal qual se estabelece e desenvolve, denota, ante o escopo das *realidades sociais*, por via da *Linguagem*, um modelo de construção do real, feitos possíveis pelo exercício dos poderes “deônticos” da Lei e das “Instituições”, de um modo geral. E que estes só podem vir a constituir-se realidade por vias dos “atos de fala”,

propriedades criadoras da *Linguagem*, que, dentre outras coisas, nos permite *prometer* coisas e *designar* atribuições e responsabilidades a outros seres e coisas, em função do caráter inexoravelmente “subjativador” e “subjetivo” da *Linguagem*, que, ao materializar-se em Língua, Letra, Símbolo, etc., institui no cerne das convenções e arbitrariedades a eles associados, as ferramentas de manejo e construção de impressões ou efeitos enunciativas que, junto a nossa cognição metafórica e o caráter subjetivo de nossa organização e percepção do *real*, nos fazem, em coletivo, confeccionar e compartilhar realidades sociais, para além das realidades naturais, tal qual exemplificado na presente empresa ao abordarmos elementos constitutivos do paradoxo “Golpe” x “Impeachment”, e sua (metafórica) familiaridade com o “Chirrín Chirrión” de *Roberto Gomes Bolaños*.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. Problemas de Lingüística Geral I, da Subjetividade da Linguagem. Editora Universidade Estadual de Campinas, 1988.

BOROWSKI, Maciej. Language and its influence on how we understand reality. SKASE, Journal of Theoretical Linguistics, vol. 12, no.2, 2015, p. 70-91. Disponível em: <http://www.skase.sk/Volumes/JTL28/pdf_doc/06.pdf>

BRASIL, Felipe Moura. “Impeachment já!” Veja as 10 exigências do Movimento Brasil Livre na ‘Marcha Pela Liberdade’ até Brasília”, Veja, Abril de 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/8220-impeachment-ja-8221-veja-as-10-exigencias-do-movimento-brasil-livre-na-8216-marcha-pela-liberdade-8217-ate-brasilia/>>

BRANDÃO, J.M.; MAHFOUD, M.; GIARNODOLI-NASCIMENTO, I. F. A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. Paidéia, vol. 21, n. 49, 2011, p. 263-271.

BRONCKART, J.P. Atividade de Linguagem, Textos e Discursos: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 2003.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. Benveniste: enunciação e referência. Revista Estudos da Linguagem, n.5, v.1, Belo Horizonte, 1997, p. 67. 65-86.

CHARLEAUX, João Paulo. “O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013. E no que elas deram”. Nexo, Junho de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>>

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. Editora Ática, Ed. 14, 2010.

CHOMSKY, Noam. Chomsky: O Brasil está sofrendo um golpe brando. Blog da BOITEMPO, Maio de 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/18/chomsky-o-brasil-esta-sofrendo-um-golpe-brando/>>

DORETTO, Shirlei Aparecida; BELOTI, Adriana. Concepções de linguagem e conceitos correlatos: a influência no trato da língua e da linguagem. Revista Encontros de Vista, Ed. 8, p. 89.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Análise do Discurso, reflexões introdutórias. Sem data, sem editora, p. 14.

FERNANDEZ, Atahualpa. Hermenêutica filosófica e interpretação jurídica: por uma consciência do cérebro. ResearchGate, 2013. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/236670607>>

FIORIN, José Luiz. Conceito de Enunciação, aula 1, Cursos Livres, Univesp TV, TV Cultura, 2012.

LARAIA, Roque de Barro. Cultura, um conceito antropológico. Editora Zahar, Ed. 27, Rio de Janeiro, 2015.

MCWHORTER, John. The Story of Human Language, Part I. The Teaching Company, 2004.

MONTANO, Eugenia Allie. El concepto de verdad en Lacan: los Escritos. TRAMAS, Ed. 17, 2001, p. 137-155.

PINZÓN DAZA, Sandra Liliana. Lenguaje, lengua, habla, idioma y dialecto. Lenguas del Mundo. Por La ruta de Babel. Revista La Tadeo, Ed. 71, 2005, p. 9-21.

QUEIROZ, Leon Victor. Impeachment ou Golpe? Blog Legis-Ativo, Estadão, Outubro de 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/impeachment-ou-golpe/>>

The Holy Bible, King James Version, 1979.

TRAVAGLIA, L. C. Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez, 1996.

SEARLE, John. Social Ontology and Political Power, 2003.

SEARLE, John. Making the Social World, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. Org. Charles Bally; Albert Sechehaye. Editora Cultrix, São Paulo, 2006.

VARGAS, Robson de. "O juiz e o ato de julgar: alguns aspectos envolvidos na construção da decisão judicial" Jus Navigandi, Agosto de 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25142/o-juiz-e-o-ato-de-julgar>>

WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus Logico-Philosophicus. Cia. Editora Nacional, v. 10, USP, São Paulo, 1968.

VILLELA, Gustavo. "O Brasil foi às ruas em junho de 2013", O Globo, Maio de 2014. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/o-brasil-foi-as-ruas-em-junho-de-2013-12500090>>

"A solução mais fácil era botar o Michel". Os principais trechos do áudio de Romero Jucá. El País, Maio de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html>

"Manifestantes seguem na ocupação da Câmara Municipal de BH", G1, Junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/manifestantes-seguem-na-ocupacao-da-camara-municipal-de-belo-horizonte.html>>

"Justiça confirma: Lula voltará a Curitiba para depor a Moro na próxima semana". Agência Estado, Gazeta do Povo, Setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/justica-confirma-lula-voltara-a-curitiba-para-depor-a-moro-na-proxima-semana-3um422mmbgxtun8z8m6baenzp>>

“Vazamento global de informações revela empresas offshore de Meirelles e Blairo Maggi no Caribe”. O Globo, Novembro de 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/vazamento-global-de-informacoes-revela-empresas-offshore-de-meirelles-blairo-maggi-no-caribe-22032040#ixzz50nj95ZOX>>